

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

DENIS CARDOSO

RECURSOS NATURAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DA RESERVA BIOLÓGICA DA MATA
ESCURA NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS.

Porto Alegre
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

DENIS CARDOSO

RECURSOS NATURAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DA RESERVA BIOLÓGICA DA MATA
ESCURA NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Área de Concentração: Dinâmicas Socioambientais no Espaço Rural.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre
2007

DENIS CARDOSO

RECURSOS NATURAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DA RESERVA BIOLÓGICA DA MATA
ESCURA NO VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Área de Concentração: Dinâmicas Socioambientais no Espaço Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de junho de 2007.

Prof. Dr. Roberto Verdum
UFRGS

Prof^ª Dr^ª. Gabriela Coelho de Souza
UFRGS

Dr. Eduardo Audibert
Consultor

À Maria de Lourdes Cardoso, minha mãe, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e toda minha família, que sempre me apoiaram nas minhas aventuras pela vida.

Ao Prof. Eduardo Ernesto Filippi, pela orientação, paciência e pela amizade que construímos nesse período e, a qual espero, possamos manter.

À Flávia Galizoni e Eduardo Magalhães Ribeiro, que me apresentaram o Vale do Jequitinhonha anos atrás e que possibilitaram o meu regresso para este trabalho. À todos também do Projeto Padre Justino pelo apoio.

Aos professores e funcionários do PGDR.

À Eliane Sanguiné, pela amizade e constante carinho.

À CAPES, que através da concessão da bolsa de estudo, possibilitou a realização deste trabalho.

Ao Fabrício, pela mais verdadeira forma de amizade e pelo *status* de irmão.

À toda turma de 2005. À Larissa, Mariana e Ely que sempre me incentivaram.

À Débora (a doce e blasè Frida) e Renata pelos bons momentos.

À Kacy McKinney, que mesmo distante, continua em meus melhores pensamentos.

Às amigas que conquistei ao longo desse período: Heraida, Hélio, Cidriana, Rogério, Fernanda Moscarelli (a charmosa ruiva), Natália, Rafael, Malena, Érika, Adreana Cobain, Thiago Vargas e colegas de vôlei da ACM e àquelas de longas datas: Adriana, Gabrielle, Júlio, Célia, Fábio.

Aos companheiros e companheiras do MST pela luta, à Vera e Kelly e suas lindas filhinhas, Jovana e toda a turma “Sementes de um novo tempo”, pelo carinho.

À todos que me hospedaram nas viagens à Minas: Marcelo e Néia (Lavras), Eduardo e Paulo (BH).

Ao amigo Samuel pela hospedagem e atenção em Jequitinhonha, à todas as famílias e entidades do Vale que me receberam para este trabalho. Aos “guias” nas comunidades rurais Gildon, Marcílio, Fabiano e Tiago que, entre uma chapada e outra, me possibilitaram conhecer um pouco mais desse povo.

Ao povo do Vale do Jequitinhonha por me mostrar um outro tipo de riqueza.

Enfim, àqueles que acreditaram e me apoiaram nessa etapa de minha vida.

“Só mineiros sabem. E não dizem nem a si mesmos o irrevelável segredo chamado Minas”.

(Carlos Drummond de Andrade)

MAS JÁ QUE SE HÁ DE
ESCREVER...

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas”.

(Clarisse Lispector)

RESUMO

A criação de Áreas Naturais Protegidas é considerada uma das mais importantes ações desenvolvidas por governos e entidades ambientalistas para a conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. Entretanto, tais áreas, quando estabelecidas em ambientes antropizados, como no bioma Mata Atlântica no Brasil, propiciam o surgimento de conflitos e disputas entre gestores públicos e comunidades residentes no interior ou no entorno das mesmas. Este trabalho aborda a gestão e utilização de recursos naturais por comunidades rurais e, a partir daí, os conflitos socioambientais resultantes da proposta de criação da Reserva Biológica da Mata Escura, localizada na região do Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. Nesse contexto, a natureza emerge como centro de disputas, de negociações, onde o caráter mais preservacionista da legislação ambiental se defronta com as complexas interações, historicamente estabelecidas, entre os agricultores e o ambiente onde se inserem. O conflito, assim, não se estabelece tendo como base questões objetivas; é, antes de tudo, uma criação social (HANNIGAN, 1995), de grupos em disputa por legitimação de suas propostas em um ambiente de arenas (FUKS, 1998, 2001). As propostas, portanto, refletem diversos interesses – econômico, político, social, técnico/científico - por parte das entidades que as propõe. O conflito socioambiental estudado é recente; assim, seu cenário está sendo configurado, as entidades e as comunidades se posicionando em relação a negociar uma natureza que, até então, era concebida apenas como fonte de recursos naturais e de onde se estabeleciam suas relações sociais e, que agora, “deve ser protegida” através da implantação da Reserva Biológica da Mata Escura, uma das categorias mais restritiva de Unidades de Conservação.

Palavras-chave: Áreas Naturais Protegidas, Reserva Biológica da Mata Escura, Vale do Jequitinhonha, Conflitos socioambientais, Arena pública.

ABSTRACT

The creation of Protected Natural Areas is considered to be one of the most important actions developed by governments and environmentalist organizations for the conservation of the environment and natural resources. However, those areas when established in areas that are inhabited by human populations, as is the biomass of the Brazilian Atlantic Forest, can lead to a surge in conflicts and disputes between public administrators and resident communities within or around these areas. This work examines the administration and utilization of natural resources for rural communities and, from there, the socioenvironmental consequences of the creation of the Biological Reserve of Mata Escura, located in the region of Baixo Jequitinhonha, in the state of Minas Gerais. In this context, nature emerges as the center of disputes, of negotiations, where the more preservationist character of the environmental legislation meets with the complex interactions, historically established, between agriculturalists and the environment. The conflict, in this way, does not establish itself based on objective questions; it is, above all, a social creation (HANNIGAN, 1995), of groups struggling to legitimize their proposals in a space of arenas (FUKS, 1998, 2001). These proposals reflect diverse interests – economic, political, social, technical/scientific – on the part of the entities that propose them. The socioenvironmental conflict studied here is recent; as such, the scene is being configured at present, the entities and communities are positioning themselves in order to negotiate a nature that, until now, was conceived as little more than a source of natural resources and where social relations were established and that now “should be protected” through the implantation of the Biological Reserve of Mata Escura, one of the most restrictive categories of Conservation Units.

Keywords: Protected Natural Areas, Biological Reserve of Mata Escura, Vale do Jequitinhonha, Socio-environmental conflicts, Public arena.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.....	22
Figura 2: Imagens do Rio Jequitinhonha em sua nascente, representadas pelas fotos ao alto e o rio ao atravessar o município de Jequitinhonha, nas fotos inferiores.....	24
Figura 3: O Rio Jequitinhonha e sua bacia hidrográfica.....	26
Figura 4: O ambiente de produção da farinha de mandioca: a farinheira e o moedor movido à óleo diesel.....	34
Figura 5: O mercado municipal e a feira-livre de Jequitinhonha.....	35
Figura 6: A Rebio da Mata Escura e as comunidades pesquisadas.....	44
Figura 7: As propostas de UC's existentes para a região da Mata Escura.....	80
Figura 8: Arena Pública e o Parque Estadual Delta do Jacuí/RS.....	112
Figura 9: O posicionamento das entidades no cenário de conflito socioambiental.....	118
Figura 10: O PA Brejão e as áreas de sobreposição à Rebio da Mata Escura.....	121
Figura 11: O PA Craúno e as áreas de sobreposição à Rebio da Mata Escura.....	123
Figura 12: A Rebio da Mata Escura e as alterações de uma UC.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reflorestamento em Minas Gerais e na Região do Jequitinhonha.....	28
Tabela 2 – A % de área coberta por UC's nos continentes – década de 1980.....	59
Tabela 3 – A distribuição das UC's públicas federais em relação aos biomas, em 1995.....	60
Tabela 4 – Cobertura vegetal do Município de Jequitinhonha.....	65

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental
BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CERH - Conselho Estadual dos Recursos Hídricos.
CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEAM - Fundação Estadual de Meio Ambiente
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FUBRA - Fundação Universitária de Brasília
FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
GT - Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN - World Conservation Union
MMA - Ministério do Meio Ambiente
PA - Projeto de Assentamento
PADVALE - Projeto de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha
PL - Projeto de Lei
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPR - Sindicato dos Produtores Rurais
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UCPI - Unidade de Conservação de Proteção Integral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS MINAS GERAIS E O VALE DO JEQUITINHONHA	20
2.1 Os Vales do Jequitinhonha	23
3 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	37
3.1 O estudo exploratório – conhecendo o Baixo Jequitinhonha	40
3.2 A definição da amostragem	40
3.3 O entorno da Rebio: apresentando as comunidades	42
3.4 Apresentando as entidades envolvidas na constituição da Rebio	53
4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E OS RECURSOS NATURAIS DO VALE	58
4.1 Diversidade ambiental em Minas Gerais	63
4.2 Minas Gerais e sua política ambiental.....	66
4.3 As Unidades de Conservação no Brasil	67
4.4 O SNUC e a categoria Reserva Biológica	70
4.5 A conservação da natureza através de Reserva Biológica	74
4.6 A Reserva Biológica da Mata Escura	77
4.7 Os Recursos Naturais no Vale do Jequitinhonha	80
5 NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	95
5.1 A “ambientalização” da Sociologia.....	96
5.2 A natureza no centro de disputas e conflitos.....	100
5.3 Os Conflitos socioambientais.....	103
5.4 A Rebio da Mata Escura como conflito socioambiental - o quê está em jogo?....	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS	140
Apêndice A - Formulário de Entrevista – Agricultores (as).....	148
Apêndice B - Formulário de Entrevista – Entidades.....	151
Apêndice C - Informações sobre os entrevistados.....	152
Anexo A – Decreto de criação da Reserva Biológica da Mata Escura.....	155
Anexo B – Portaria n. 354 que institui o Grupo de Trabalho da Mata Escura.....	161
Anexo C – Reportagens publicadas sobre a Reserva Biológica da Mata Escura.....	164

1 INTRODUÇÃO

A execução desta dissertação reflete um exercício que há tempos me instiga e provoca curiosidade: compreender como são definidas áreas para a implantação de Unidades de Conservação da Natureza. Associado a isso, como são manejados os recursos naturais por comunidades no entorno (portanto, vizinhas) ou mesmo no interior dessas áreas destinadas a um sistema de uso diferenciado de seus recursos.

Tenho aprendido com o povo do Vale do Jequitinhonha que uma boa forma de uma pessoa se apresentar perante os demais é através de seu trabalho e sua história de vida, carregada de lembranças (boas e outras nem tanto), de pessoas presentes mesmo distantes, do rosto enrugado queimado de sol num corpo franzino moldado nas duras tarefas da roça e da vida do campo e do sorriso franco surgido de repente quando, aparentemente, não há motivos para tal. Assim sendo, inicio minha apresentação compartilhando alguns passos que foram fundamentais na minha trajetória profissional e que contribuíram pelo encantamento à temática escolhida e pela região de estudo.

Saio da capital paulista e dos limites do estado pela primeira vez para, sozinho, ainda jovem, descobrir as Minas Gerais e iniciar meu curso de Agronomia na Universidade Federal de Lavras, no sul do estado. O que me levava a optar pelo curso foi a vontade de ter um maior contato com a natureza e compreender seus detalhes; para tais propósitos, em especial o primeiro, a graduação numa escola estritamente técnica não foi tão eficiente como esperara. Entretanto, pude conhecer grupos de extensão que atuavam com a temática ambiental no município e comecei a participar de suas atividades, principalmente voltadas à educação ambiental. Tive os primeiros contatos como o universo rural, agora como um profissional em formação. Começo a perceber que a agricultura não se resume a apenas plantar e colher, que o agricultor não é somente um produtor de bens e que os frutos da terra não são somente os que compõem uma dieta alimentar, ou commodities do agronegócio.

Assim começa meu interesse para as relações envolvendo homem e natureza. Iniciando os estudos em ecologia, constato que a atividade antrópica normalmente é vista pelos biólogos e ecólogos como predatória ao meio ambiente. Em muitos casos realmente o é. Porém, há comunidades que historicamente estabelecem relações com a natureza onde se

inserir, conhecem e respeitam seus ciclos, negociam formas de manejo. No final do período de graduação participei de um projeto de extensão desenvolvido com agricultores familiares no nordeste de Minas Gerais, na região do Alto Jequitinhonha. Foi meu primeiro contato com o Vale e sua gente, sua cultura, sua beleza, sua simplicidade que traduz grandiosidade e o modo com que os seus “filhos” convivem entre si e com os recursos naturais disponíveis.

Terminada a graduação, minha vida rumou para outros ares. Fui participar de um intercâmbio de dezoito meses nos Estados Unidos, no ano em que aviões se chocaram contra torres gêmeas. Trabalhei em três fazendas produtoras de flores de vaso e corte na cidade de Salinas, estado americano da Califórnia. O homem lá, o empresário com suas estufas coloridas nos dias de colheita, não tem nenhuma relação com a terra, fora a exploração. A terra parece ser considerada apenas mais uma peça de uma engrenagem que não pode parar. Viajando aquele país tive a oportunidade de acampar por alguns dias em Yosemite National Park (criado em 01 de outubro de 1890), considerado, junto com Yellowstone (criado em 1872), os primeiros expoentes do modelo de preservação norte-americano baseado na criação de grandes parques, modelo exportado para demais países.

Retornando ao país começo a exercer atividades voluntárias nas ONG's Fundação SOS Mata Atlântica e 5 Elementos, ambas em São Paulo, até ser convidado para participar de um convênio técnico firmado entre INCRA e MST, atuando no ITEPA – Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária, localizado no oeste do Paraná. Além da atuação técnica nos assentamentos da região, também participei da coordenação político-pedagógica do Curso Técnico em Agroecologia, tendo a UFPR como parceira, onde exerci, além da coordenação, a função de educador do curso. O ITEPA localiza-se às margens da BR-101, que corta o estado ligando sua capital, Curitiba à Foz do Iguaçu. É, portanto, pertencente à área de entorno do Parque Nacional do Iguaçu (criado em janeiro de 1939, com área atual de 185.262,2 ha, sendo o segundo parque nacional brasileiro). Assim, trabalhar com assentamentos rurais num contexto onde se localizam na vizinhança, de um lado, de um Parque Nacional e de outro o lago da hidrelétrica de Itaipu, me fez refletir sobre a possibilidade de ingressar num programa de mestrado e pesquisar essa interface. Ao ser aprovado no PGDR, a princípio tinha em mente que minha pesquisa seria realizada no Paraná (onde estabeleci contatos) com a questão dos corredores ecológicos ou em alguma

UC no Rio Grande do Sul, pelas facilidades (menor distância, menores gastos) apresentadas. Foi quando fui convidado pelo Prof^o que coordena o projeto que participei na UFLA, durante a graduação, para realizar minha pesquisa no Vale do Jequitinhonha, e que o projeto me ofereceria aporte financeiro para a mesma. Não recusei a oportunidade de regressar ao Vale e conhecer o Baixo Jequitinhonha.

Nessa região do nordeste mineiro, em 2003 foi criada a Reserva Biológica¹ da Mata Escura, abrangendo os municípios de Jequitinhonha e de Almenara. A criação de tal UC – Unidade de Conservação -, com propósito de proteger um dos últimos fragmentos contínuos do domínio Mata Atlântica da região, veio acompanhada de um clima de insatisfação por parte dos moradores da área afetada, de diversas entidades e de representantes políticos locais. Esse caso não representa uma exceção, é apenas um a mais na lista de conflitos socioambientais promovidos quando se ignora a participação local na implantação de áreas naturais protegidas, especialmente as de proteção integral.

O modelo atual de implantação de áreas destinadas à conservação da natureza, principalmente em países em desenvolvimento, muitos deles detentores de grande parte da biodiversidade mundial, é uma questão de não fácil consenso entre cientistas preservacionistas, movimentos sociais, ONG's ambientalistas, poder público e comunidades residentes no interior ou no entorno das mesmas.

No Brasil, muitos projetos voltados para o campo, como os de conservação de recursos naturais, são desenvolvidos sem se observar os contextos ambientais e sociais onde são implantados (DIEGUES, 1998), que também observa que faz-se importante o resgate e a valorização dos conhecimentos de comunidades tradicionais, como indígenas, caiçaras, quilombolas e agricultores familiares nas ações governamentais de conservação, porque, além de estes atores estarem em íntima relação com o meio onde estão inseridos, historicamente implantaram sistemas adaptados de gestão e utilização dos recursos naturais disponíveis. Assim, percebe-se uma racionalidade social, econômica e cultural para a utilização de recursos naturais disponíveis. Tal fator é desconsiderado nas ações de conservação do ambiente natural ao se implantarem UC's que desassocia o homem de sua terra, onde as práticas agrícolas utilizadas por essas comunidades muitas vezes são

¹ Nesse trabalho será utilizado o termo Rebio como abreviação para a categoria Reserva Biológica, bem como UC para Unidade de Conservação.

consideradas causadoras de degradação ambiental, fato que justificaria a criação de UC's para protegê-lo da ação antrópica degradadora e assegurá-lo para as futuras gerações.

Neste cenário, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: **quais as formas de acesso e gestão de recursos naturais praticadas pelas famílias de agricultores no entorno direto ou em áreas sobrepostas à Reserva Biológica da Mata Escura, no Baixo Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais e os conflitos subjacentes ao processo de criação da UC existentes entre os atores envolvidos?**

A implantação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, na modalidade de Reserva Biológica, uma das mais restritivas existentes, pode estar cercada de diferentes interpretações, vindas de diversas entidades, sobre sua eficácia na conservação de recursos naturais. Assim, diferentes posicionamentos podem levar a uma situação de impasse, que se estendido, pode contribuir para o agravamento das condições de vida de famílias que, direta ou indiretamente, serão afetadas com desapropriações ou limites de uso dos recursos naturais, em especial de suas terras.

Como ainda são inexistentes trabalhos acadêmicos sobre a Reserva da Mata Escura e sua relação com as comunidades e instituições envolvidas, este trabalho pode contribuir para a compreensão, formulação e adoção de medidas de desenvolvimento rural que associem a conservação dos recursos naturais às práticas agrícolas das comunidades, que podem se tornar as mais eficientes parceiras para a manutenção de tais recursos.

Com a questão de pesquisa definida, o objetivo principal do presente trabalho será o de **identificar quais as propostas apresentadas por diferentes entidades, públicas e da sociedade civil, num ambiente de disputas por definição da área destinada à implantação da Reserva Biológica e o conflito socioambiental instaurado por conta de diferentes interesses e percepções acerca da UC.**

Como objetivos específicos do trabalho destacamos:

- a) Compreender como são elaboradas e aplicadas as políticas de criação de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil, bem como as motivações das instituições oficiais que levaram à implantação dessa categoria de Unidade de Conservação na região e os conflitos subjacentes a essa implantação;
- b) Identificar as normas e/ou arranjos comunitários referentes ao acesso e gestão e de recursos naturais;

- c) Identificar as expectativas da população local envolvida com a implantação da Reserva Biológica, em relação à conservação dos recursos naturais.

O presente trabalho possui duas referências que o norteiam: os recursos naturais e os conflitos socioambientais. Assim, a primeira parte é dedicada ao estudo dos recursos naturais, bem como da temática das UC's, criadas, à priori, para a sua manutenção nas gerações atual e futura. Em seguida, é discutida a temática dos conflitos socioambientais, originados, dentre outros motivos, pelas diferentes percepções sociais a respeito do meio ambiente. Lembramos que, recursos e conflitos não são pólos opostos neste trabalho e, sim, análises complementares que se inter-relacionam.

Nesse sentido, se este trabalho pudesse ser sintetizado numa única frase, essa provavelmente seria: conflitos socioambientais em relação à criação de uma Reserva Biológica tendo como motivo a não aceitação do estabelecimento de relações harmônicas entre Homem-Natureza nos usos de recursos naturais por comunidades rurais. Mas, como a tarefa é maior que o de definir uma simples frase-síntese, apresento a seguir os capítulos que ajudam a compreender este cenário de estudo que envolve indivíduos, entidades, recursos naturais e, sobretudo, as sutis interfaces que os envolvem.

Assim, a primeira parte do estudo, intitulada *As Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha*, consiste em apresentar o Estado de Minas Gerais e em especial a região Vale do Jequitinhonha, ambiente onde a pesquisa foi realizada, ressaltando as regiões conhecidas como Alto e Baixo Jequitinhonha e, para esta última, apresentando o fenômeno da agregação como característica relevante ao entendimento da ocupação atual da área destinada à UC. Para isso, autores como Galizoni et al. (2004), Ribeiro (2002) e Silva (1990) foram fundamentais para a tal compreensão.

Em seguida, *Trajetória Metodológica* descreve a escolha da metodologia para a realização dessa pesquisa, a coleta e tratamento de dados, baseando-se em Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) e Bardin (1977) para tal definição. É apresentado o entorno da Reserva Biológica da Mata Escura através das cinco comunidades estudadas e, posteriormente, as entidades envolvidas no processo de criação da UC ou com a questão ambiental.

A terceira seção do trabalho - *As Unidades de Conservação da Natureza e os Recursos Naturais do Vale* - apresenta, finalmente, a Rebio da Mata Escura e uma discussão sobre as Unidades de Conservação, tanto no Brasil como no contexto internacional, sendo que Diegues (1998) e Morsello (2001) foram essenciais ao estudo. Em seguida é discutido o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação e como a categoria Reserva Biológica se enquadra nessa legislação. Como entendemos que a criação de uma UC tem como fundamento central a conservação de recursos naturais contidos na área destinada, a presente seção prossegue discutindo como o fenômeno da reciprocidade pode explicar formas de acesso e gestão desses recursos, sendo imprescindíveis o estudo de Mauss (2003) e Sabourin (2003). Seguindo essa lógica da reciprocidade como norteadora de arranjos sociais, são apresentados, posteriormente, os recursos água e terra, analisados nesta pesquisa.

No intuito de apresentar um campo teórico para se trabalhar com conflitos, a seção intitulada *Natureza e Conflitos Socioambientais* inicia com a discussão sobre a possibilidade de tratá-los “ambientalizando a sociologia”, tomando como referência os trabalhos de Lenzi e de Ferreira, ambos de 2006. Num cenário onde a natureza é central na formulação de problemáticas, apresentamos os conflitos socioambientais, sendo fundamentais para nossa análise os estudos de Acselrad (2004 a/b, 2005), Hannigan (1995) e Fuks (1998, 2001); este último, de certa forma, se inspirando no modelo de arena proposto por Hilgartner e Bosk (1988). Finalmente, é apresentada a Reserva Biológica da Mata Escura, as propostas em disputa relacionadas à mesma, os atores envolvidos e as comunidades rurais direta ou indiretamente abrangidas pelo seu traçado atual.

Por fim, são elaboradas as *Considerações finais* acerca da utilização de recursos naturais e do modelo de criação de UC's no Brasil, em especial o caso da Rebio analisado e, posteriormente, apontamos as limitações do presente trabalho e recomendações de futuros estudos.

2 AS MINAS GERAIS E O VALE DO JEQUITINHONHA

Esta seção do trabalho procura apresentar o Vale do Jequitinhonha, cenário de realização da pesquisa e local onde o Estado decidiu implantar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Se fôssemos fazer um retrato do Brasil, muitos de seus traços e curvas teriam como inspiração as Minas Gerais, com seu ouro e diamantes, seu rebanho, seu café com leite, sua gente. O estado, localizado na região sudeste do país, faz divisa com Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, o que faz com que Minas Gerais se encontre numa posição estratégica no eixo de desenvolvimento econômico nacional.

O estado é considerado de grande potencial hídrico com suas bacias hidrográficas formadas pelos rios São Francisco, Grande, Parnaíba, Doce e Jequitinhonha. Tal oferta de recursos hídricos confere ao estado alto potencial em produção de energia elétrica, onde, dos 11.435 MW de capacidade instalada no estado, 22% correspondem à energia hidrelétrica (correspondendo a 17% de energia hidrelétrica do país), segundo dados do INDI – Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (2004), citados por Drummond (2004a). Não faz surpreender, portanto, o grande interesse na construção de complexos hídricos, em especial as usinas hidrelétricas, como a Itapebi Geração de Energia S/A, construída no ano de 1999 e que teve sua compensação ambiental direcionada para a Rebio da Mata Escura, como será discutido nesse trabalho.

Em termos demográficos, a população mineira pode ser considerada uma população jovem, com 34,6 % da população com até 19 anos de idade; 54,9 % de 20 a 59 anos e apenas 10,5 % da população encontrando-se acima dos 60 anos de vida (IBGE, 2005).

A história do povoamento de Minas pelos portugueses tem início com a determinação desses homens em desbravar o interior do país, através do movimento conhecido como “bandeiras”. Essas tiveram três ciclos principais: o ciclo de caça aos indígenas, as bandeiras de limpeza de área e, por fim, o ciclo de ouro e diamantes, este último mais relevante para a história, tanto para o povoamento como para a economia de Minas Gerais, “[...] pois, além das bandeiras alcançarem com ele sua maior intensidade,

importância e dramaticidade, elas trouxeram ao solo mineiro os primeiros agrupamentos numerosos que deviam povoá-lo.” (JOSÉ, 1970, p.29).

Fernão Dias Pais, destemido bandeirante paulista, partiu em 21 de julho de 1674 com a bandeira intitulada “Caçador de Esmeraldas” e parece ter sido o desbravador que obteve as melhores conquistas desse ciclo. Passando pelos Rios Araçuaí e Jequitinhonha, essa bandeira conheceu terras onde, posteriormente, se originariam as atuais cidades de Araçuaí, Minas Novas, Grão-Mogol, Itamarandiba e Diamantina (JOSÉ, 1970).

O extenso e diverso estado de Minas Gerais, segundo INDI (2004), atualmente pode ser dividido em nove regiões administrativas, a saber:

- Região Central: rica em recursos minerais, detendo importantes reservas de ferro, ouro, manganês e calcário. Abriga a capital do estado, Belo Horizonte.
- Zona da Mata: situa-se entre Belo Horizonte e o estado do Rio de Janeiro; é considerada uma das mais populosas do estado, tendo Juiz de Fora como principal cidade, com diversificado pólo industrial.
- Sul de Minas: é uma região estratégica equidistante com a capital do estado e com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além de indústrias de diferentes segmentos, destaca-se pelo turismo no conhecido Circuito da Águas. É também a principal região produtora de café do Brasil.
- Triângulo Mineiro: é considerada também uma das mais ricas regiões do estado, onde estão importantes cidades como Uberlândia e Uberaba. Destaca-se pela agropecuária com alta produtividade e, conseqüentemente abriga indústrias de processamento de alimentos, açúcar, álcool, fertilizantes, dentre outras.
- Noroeste de Minas: a região apresentou na última década a maior taxa de crescimento acumulado do estado, apresentando grande potencial para a produção de grãos, com destaque para o milho e a soja.
- Norte de Minas: essa região abriga dois grandes pólos de desenvolvimento: Montes Claros e Pirapora. Além de atividades industriais, em relação à agricultura possui relevante projeto de fruticultura irrigada, o Projeto Jaíba.
- Rio Doce: a região concentra importantes empresas siderúrgicas e abriga importantes cidades, como Governador Valadares e Ipatinga.

- Centro Oeste: região onde se expande a agricultura no cerrado mineiro e também atividades do ramo florestal; Divinópolis e Itaúna são importantes centros urbanos.
- Alto Parnaíba: região onde vem se instalando empresas agroindustriais, devido à grande produção de grãos, em especial milho, soja e café. A cidade de Patos de Minas e o pólo turístico de Araxá se destacam nessa região.
- Jequitinhonha e Mucuri: o destaque é para a produção e comércio de pedras preciosas, além da pecuária de corte, atividades que já foram mais significativas para a região. Diamantina, Teófilo Otoni e Nanuque são as principais cidades.

A Figura 1 auxilia a visualização da região onde o estudo foi realizado - o Vale do Jequitinhonha - e sua posição no Estado de Minas Gerais.



Figura 1: A localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2006.

2.1 Os Vales do Jequitinhonha

A região conhecida como Vale do Jequitinhonha localiza-se na parte nordeste do estado de Minas Gerais. É considerada um dos bolsões de pobreza do país, conhecido como “Vale da miséria” e da fome. Os veículos de mídia normalmente divulgam a região associando-a ao desemprego e a más condições de vida.

O Vale do Jequitinhonha compreende o Alto, o Médio e o Baixo Jequitinhonha, tendo por característica que os diferencia suas altitudes médias (Diamantina, no Alto, está situada a 1.113 metros de altitude; Araçuaí, no Médio, a 307 metros de altitude e a cidade de Jequitinhonha, no Baixo, está a 223 metros de altitude) e, a partir daí, adicionam-se outras diferenças como tipos de solo, relevo, disponibilidade de água, vegetação e também diversidade socioambiental, econômica e cultural.

A região tem em sua história relevantes ciclos econômicos, destacando, principalmente, a extração mineral e a produção algodoeira. Com o declínio da atividade de mineração, a pecuária extensiva surge na economia do Vale como a atividade que a conduziu a uma nova organização produtiva e da vida social.

A partir da década de 1950, no Baixo Jequitinhonha, já há o predomínio de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio pastoril, como observado por Silva (1990), e no Alto a existência de um binômio latifúndio/minifúndio, com acentuada produção agrícola de abastecimento, termo sugerido por Sahlins (1970).

Um importante componente da história do Vale é o rio Jequitinhonha. Este nasce numa curva no município mineiro de Serro, a aproximadamente 1.260 metros de altitude, na Serra do Espinhaço e, com declividade média em torno de 0,98 metros/kilômetro, chega à cidade divisa do estado mineiro com a Bahia com uma altitude de 100 metros; são 920 km de leito rumo nordeste e depois a leste. A última cidade de Minas cortada pelo rio é Salto da Divisa e suas águas vão finalmente conhecer o mar no município baiano de Belmonte. A bacia do rio Jequitinhonha, ainda em Minas, faz divisa ao sul com as bacias dos rios Doce e Mucuri; a oeste com o maciço do Espinhaço, que a divide da bacia do São Francisco; a norte com o rio Pardo e a leste com o estado da Bahia (FREIRE, 2001).

São cerca de 70.315 km² de bacia hidrográfica, sendo que 94% encontra-se no nordeste mineiro e 6% no sudeste baiano, com uma extensão de 739 km dentro do estado mineiro. Nas fotos inferiores da Figura 2 podemos observar que o rio vem sofrendo intenso processo de assoreamento e formação de “praias” em sua margem, bem como o afloramento de rochas.



Figura 2: Imagens do Rio Jequitinhonha em sua nascente, representadas pelas fotos ao alto e o rio ao atravessar o município de Jequitinhonha, nas fotos inferiores.
Fonte: Fotos do autor (2006).

O rio Jequitinhonha foi fundamental para o povoamento da região. Pequenas vilas e povoados foram formados em suas margens e também nas de seus afluentes, em especial o rio Araçuaí, tanto pelas primeiras expedições portuguesas que partiam da Bahia como pelas bandeiras paulistas, como citado anteriormente. Até mesmo a distância entre cidades está relacionada com o tempo de viagem dos desbravadores pelas margens do rio; assim, após “um dia de tropa” (de 50km a 60km) os agrupamentos fixavam acampamentos e iam surgindo novas vilas, configurando a ocupação do Vale. Estas, crescendo cada vez mais, atraíam aventureiros devido à fartura de ouro e diamantes até meados do século XVIII.

Já no início da década de 1960 o Vale apresentava uma posição econômica considerada periférica, devido aos baixos índices de circulação monetária interna e à pouca articulação com outros centros econômicos, tanto mineiros como nacionais. Até mesmo a agropecuária, principal atividade econômica, possuía baixos índices de produtividade. A questão, para Silva (1990), era a falta de articulação intersetorial na estrutura produtiva do Vale. Assim, o estado mineiro, ao final dos anos 50, começa a adotar medidas para romper o isolamento da região com outros centros, promovendo a abertura de estradas (em especial a MG-2, que liga Belo Horizonte a Salto da Divisa, cidade na divisa com a Bahia); a criação, em 1964, da CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Em 1967, esta instituição publica o Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, abordando a economia da região, suas potencialidades em recursos locais e as deficiências de infra-estrutura, associados à falta de condições sociais mínimas às quais a população encontrava-se submetida.

A abertura e a manutenção de estradas na região também favoreceu a própria atividade pecuária, isso porque no Vale os rebanhos bovinos passavam pelas fases de cria e recria, enquanto que o processo de engorda dos animais ocorria em outras regiões, tanto mineiras como do nordeste e sudeste do país (SILVA,1990; DEAN, 1996).

Enquanto a pecuária extensiva era praticada principalmente nas grandes fazendas do Baixo Jequitinhonha, o Alto começa a ganhar nova conformação com a chegada das empresas madeireiras.

Assim, observa-se que o Vale do Jequitinhonha não é uma região homogênea e, sim, possuidora de contrastes na população, nos costumes, na cultura, na economia passada e atual. É também uma região diferenciada em relação ao ambiente natural o qual, ao ser conformado, molda juntamente consigo relações entre pessoas que encontram na oferta de seus recursos naturais, a possibilidade, ou não, de se manterem como “um (a) filho (a) do Vale”.

Com a figura a seguir, observamos a Bacia do Rio Jequitinhonha cortando o Vale, onde destacamos as cidades de Diamantina (pólo do Alto); Araçuaí, (pólo do Médio) e Jequitinhonha e Almenara, no Baixo, local onde foi criada a Rebio da Mata Escura.

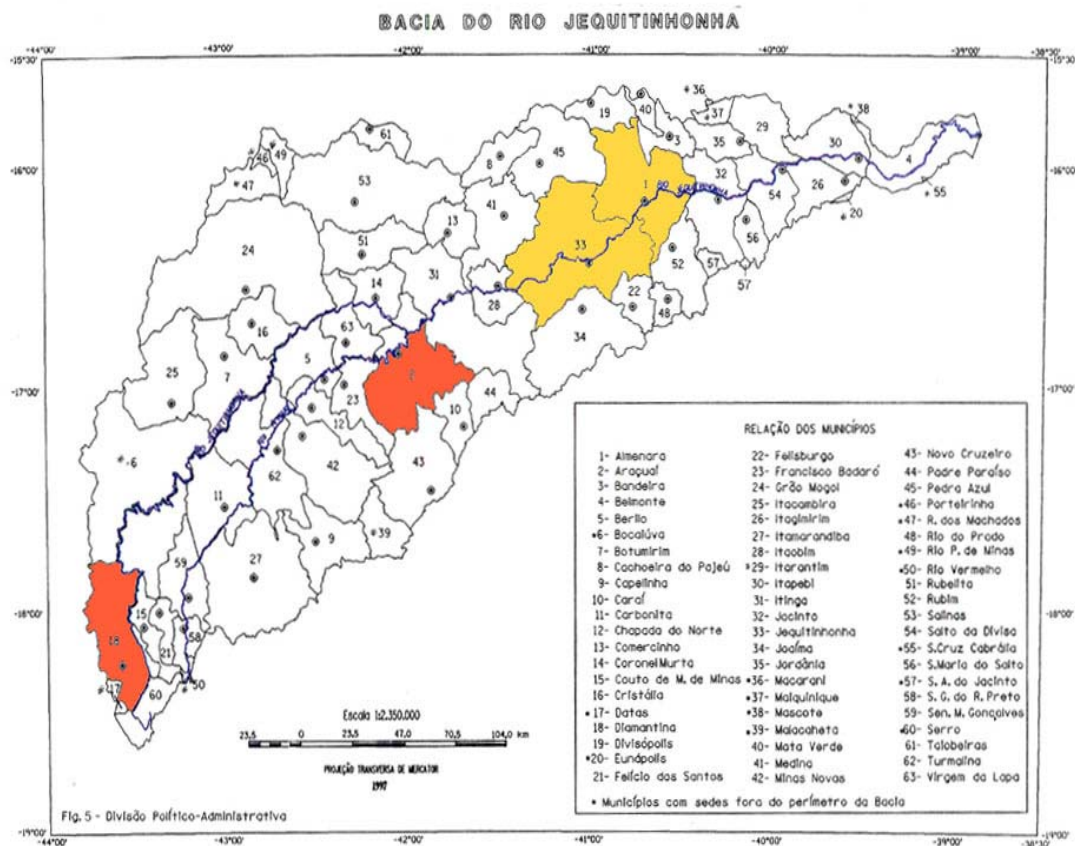


Figura 3: O Rio Jequitinhonha e sua bacia hidrográfica.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de IBGE, 2006.

2.1.1 A região do Alto Jequitinhonha

O Alto Jequitinhonha, acima da foz do Rio Araçuaí, abriga dois importantes centros urbanos: Diamantina e Serro.

O relevo apresentado pelo Alto é marcado por suas extensas áreas de terras planas conhecidas como chapadas, e com áreas de meias encostas conhecidas como grotas ou veredas (daí “Grande sertão: veredas”, de Guimarães Rosa, 1956), com predomínio do bioma Cerrado. Chapadas e grotas são ambientes diferentes, muitas vezes encontrados num mesmo terreno, o que leva então a uma racionalidade por parte do agricultor nos usos desses espaços; as chapadas são áreas de menor fertilidade do solo, utilizadas

principalmente para extração vegetal e pastoreio comunitário, sem cercamento; já as grotas são áreas mais próximas às nascentes e/ou percursos d'água, portanto mais propícias à atividade agrícola, por serem mais férteis, e onde as famílias estabelecem sua unidade de produção: as moradias, os quintais e suas roças (GALIZONI; RIBEIRO, 2000).

A chegada de empresas madeireiras no Alto, na década de 70, com os programas de desenvolvimento regional, também pode ser considerada uma ação do estado para promover a inserção do Vale no contexto econômico regional. O Vale é a região mineira que mais recebeu investimentos em indústrias florestais, ação corroborada com a Lei 5106 (02/09/1966) que cria incentivos fiscais para atividades de reflorestamento, pela abundância de terras e pela proximidade com a região do Vale do Aço, destino do carvão originado dessa região. Para se ter uma idéia da proporção, entre os anos de 1972 a 1985, 402 mil ha de eucaliptos e demais espécies florestais foram introduzidas em 20 dos 27 municípios que compõe o alto Jequitinhonha, como aponta Silva (1990).

Com o reflorestamento avançando sobre as terras, pôde-se observar uma mudança nos aspectos socioambientais e de relação homem-natureza, devido a essas empresas utilizarem para seus plantios, principalmente de eucalipto, as extensas áreas de chapadas, tradicionalmente utilizadas pelas comunidades rurais. Nesse cenário, novos arranjos nos meios de produção por parte das comunidades são demandados, a partir do momento em que as chapadas tornam-se áreas particulares, delimitadas e não mais pertencentes à comunidade, à gestão coletiva, além de que, trazer os animais para as grotas diminui a área anteriormente destinada às roças.

Abaixo, apresentamos dados referentes ao reflorestamento por eucalipto e pinus na área de abrangência da bacia do rio Jequitinhonha. Embora o reflorestamento por pinus possa parecer não relevante, a variação no período estudado mostra-se positiva em relação ao eucalipto na região:

Tabela 01 – Reflorestamento em Minas Gerais e na Região do Jequitinhonha

Fisionomia	2003		2005		Variação	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Eucalipto Minas Gerais	984.796	1,68	1.015.633	1,73	30.837	3,13
Pinus Minas Gerais	153.026	0,26	151.638	0,26	-1.392	-0,009
Eucalipto Bacia rio Jequitinhonha	155.147	2,36	161.665	2,46	6.518	0,10
Pinus Bacia rio Jequitinhonha	21.284	0,32	21.241	0,32	-43	0,00
Eucalipto Município de Jequitinhonha	0	0,00	255	0,07	255	0,07
Pinus Município de Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SCOLFORO; CARVALHO, 2006.

Com a terra então tornando-se um recurso escasso para a reprodução social da família, tem-se, então, o aparecimento de outra característica do Vale, principalmente do Alto, que é o fenômeno das migrações rurais. As migrações podem ser definitivas e sazonais, esta última mais comum na região. É praticada mais pelos jovens, que na época das secas no Vale partem para atividades em outras regiões, como, por exemplo, as colheitas de café no sul de Minas ou da cana-de-açúcar no interior paulista. Outro destino da migração são as fronteiras agrícolas, em especial para a região Centro-Oeste do país, na monocultura da soja. Passada a época da seca, os migrantes retornam ao lar na época das águas para auxiliar as famílias na formação de novas roças.

Assim, compreender a migração é reconhecer uma estratégia familiar eficaz e necessária para a reprodução familiar, como observado por Galizoni e Ribeiro (2000). Os autores concebem a migração como uma estratégia familiar quando há dificuldades de se manter padrões de subsistência para todos os membros da família numa terra “cansada” e esgotada em fertilidade. Dessa maneira, os que saem vão em busca de meios de subsistência, ao mesmo tempo que asseguram os meios de vida aos que permaneceram na

terra. Há uma expressão comumente utilizada na região que é “viúva de marido vivo”, empregada às esposas que se mantêm nas terras enquanto os homens migram.

2.1.2 O Baixo Jequitinhonha: o cenário da pesquisa

O Baixo Jequitinhonha, que abriga o município de Jequitinhonha, onde realizou-se este trabalho, apresenta características que o diferenciam do Alto e Médio. O frescor é maior, dando boas vindas à Mata Atlântica e deixando para trás a predominância do Cerrado. Tal passagem é observada também pelo viajante Saint-Hilaire (1938), que percorrendo a região, descendo o rio Jequitinhonha, descreve¹ que

[...] vegetação toma outro aspecto, as arvores não são mais desprovidas de folhas, e tive o prazer de rever flôres e caminhar sob uma abobada de verdura impenetrável aos raios do sol; em uma palavra, entrara na região das mattas. (p.120).

Saint-Hilaire hospedou-se no povoado de São Miguel, criado em 1811, atual município de Jequitinhonha. Sobre a população que chegara ao povoado, observa que

[...] não são homens ricos os que se dispoem a deixar seus lares para fundar uma povoação em territorio desprovido de todos os recursos, e habitado por barbaros², embora essa região offereça as maiores esperanças quanto ao futuro. Os habitantes de S. Miguel não passam de indolentes artezãos, a quem ninguem queria confiar trabalho, e as mulheres de má vida, que vivem com os militares do posto. O comandante offereceu terras a varios delles; mas preferem passar a vida na ociosidade, e condemnar-se a privações, do que trabalhar no cultivo do sólo. (p.125).

Além da vegetação, a paisagem do Baixo Jequitinhonha também se apresenta diferente; as chapadas, que no alto compreendem as extensas áreas contínuas, no baixo são

¹ As citações de Saint-Hilaire foram mantidas em sua íntegra, da obra de 1938.

² Os bárbaros em questão eram os índios botocudos, importantes personagens da história do baixo Jequitinhonha quando de seu povoamento e ocupação, principalmente devido às batalhas e resistência aos colonizadores.

consideradas os altos de morros, há o predomínio do bioma Mata Atlântica e tem na grande propriedade rural um elemento marcante de sua história, onde predominava a atividade de pecuária extensiva.

Para Tavares (1998), o Baixo Jequitinhonha veio a despertar interesse dos colonizadores a partir da decadência da atividade mineradora, no século XVIII, em outras áreas. O autor observa que “Para esta região, se dirigiram mineradores e faiscaidores, à cata de pedras preciosas e ouro de aluvião; e colonos, à procura de novas terras para a agricultura, o que levou à devastação da mata habitada pelos Botocudos.” (p.26).

O Baixo Jequitinhonha, devido à forma predominante de propriedade rural – grandes áreas - e solos mais férteis, foi de certa forma incluído em políticas direcionadas para a região Nordeste do país, como a expansão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia, “que sustentou a pecuária da região e permitiu, já no século XX, a abertura de novos mercados para o gado da região em Vitória da Conquista e no norte e Minas Gerais” (GALIZONI et al., 2004, p.32). É considerada pertencente ao semi-árido brasileiro e possui forte influência econômica, social e cultural do sul da Bahia.

Assim, com a presença da grande propriedade de terra, a história do Baixo Jequitinhonha possui um cenário e um sujeito relevantes para a compreensão das relações ali existentes: o cenário é a imponente fazenda e o sujeito é o agregado, estes formando uma relação chamada de agregado, ou agregação.

A compreensão do fenômeno de agregação torna-se importante no contexto deste trabalho, pois foi fundamental para a configuração do acesso às terras na região pelos pequenos agricultores, inclusive de comunidades presentes na área da Rebio. A agregação está presente na história desse povo, juntamente com a figura do fazendeiro e de seu latifúndio.

O agregado é o indivíduo, normalmente pequeno agricultor, que não possui posse da terra, mas possui produção própria; em outros termos, possui sua roça, numa relação de subordinação à fazenda, onde pode ser empregado por ela. Então, agregados, administradores, vaqueiros produziam seu próprio alimento e, como observado por Galizoni et al. (2004, p.33), “Era uma relação baseada em uma série de trocas de favores, dons, direitos e obrigações; tudo mediado pelo poderio do fazendeiro.” e que,

A fazenda desfrutou, e talvez simbolicamente ainda desfrute, de grande poder nesta região, um poder originado da terra. Organizou-se como sistema de produção – de mantimentos e gado – mas também como fonte de mando e prestígio, que se exercia tanto internamente, quanto externamente, na política. (p.33).

O agregado se difere do vaqueiro, este último desfrutava de maior prestígio com o fazendeiro, numa relação próxima, até mesmo podia conviver na casa principal. Era realmente contratado, recebia pagamento, muitas vezes na forma de gado. O serviço de vaqueiro era especializado. Todavia, não era qualquer homem que podia tornar-se um vaqueiro. O sujeito deveria ser hábil e saber improvisar, “[...] enfrentava o desconhecido, pois gado criava seu ritmo próprio [...]”, além de ser “[...] um domínio com manias e segredos.” (RIBEIRO, 2002, p.231).

Estudando a questão camponesa e a política no Brasil, Martins (1995) reconhece o agregado, como os índios e os mestiços, sem direitos de propriedade, após o fim da legalidade da escravidão indígena, no século XVII. O agregado, para o autor, possuía seus direitos efetivados na figura do fazendeiro, como extensão dos direitos do dono legal das terras, através de uma relação de trocas mediado por um “[...] complicado balanço de favores prestados e favores recebidos.” (p.35).

Para o fazendeiro, a presença de agregados em suas terras apresenta certa lógica de expansão de seu poderio, como a marcação efetiva de seus domínios, além de possibilitar ao fazendeiro “se assenhorear de mais terras”; assim, para o agregado “a sua luta era luta do outro.” (MARTINS, 1995, p.35-36).

O agregado às vezes era chamado para serviços esporádicos, como consertar uma cerca, fazer um roçado, uma capina, e também recebia por esses serviços; fora isso, contribuía com o fazendeiro “presenteando-o” com parte de sua produção, como um saco de feijão, farinha de mandioca, frutas. Tal era a forma de agradecer o direito de poder usar suas terras e também para assegurar o vínculo estabelecido, sua permanência.

Pode-se observar uma relação de complementaridade entre criação com agregação e lavouras, isso porque a derrubada de matas virgens para formação direta de pastos era um processo trabalhoso e caro. A abertura das matas ocorria para a produção agrícola de alimentos e o gado somente adentrava depois, quando havia uma terra já “amansada”, como sugerido por Ribeiro (2002), também observado por Martins (1995). Entende-se, assim, que

as matas derrubadas para fins agrícolas propiciaram a introdução da atividade pecuária no Baixo Jequitinhonha.

Até a metade do século XX, segundo Ribeiro (2002), esse ajuste era possível. Todavia, na metade final do referido século as terras já estavam enfraquecidas em fertilidade, ou “cansadas”, como se costuma dizer. Esse fato, associado ao recrudescimento dos preços das mesmas, fez com que tal ajuste se tornasse inviável e a fazenda começasse a perder seu “mando”, outrora conquistado. Houve um manejo insustentável dos recursos naturais onde a terra limpa era mais valorizada, considerada uma benfeitoria.

No município estudado, como em boa parte do Baixo Jequitinhonha, a pecuária deixou de ser a atividade econômica principal no meio rural. As comunidades pesquisadas, embora sejam diversificadas em relação aos itens cultivados, têm na mandioca e sua farinha sua principal fonte de renda, comercializada nas feiras-livres de Jequitinhonha e Pedra Azul, como será analisado a seguir.

2.1.3 Feira-livre e farinha de mandioca: a constituição de uma sociabilidade local

O sábado é um dia especial em Jequitinhonha: há uma movimentação intensa de pessoas, de carros, de moto-boys realizando mais “corridas”, tudo devido à feira-livre. Os caminhões, vindos das comunidades rurais localizadas do outro lado do rio Jequitinhonha, boa parte nos limites da Rebio da Mata Escura, são a única forma de transporte para os agricultores e suas mercadorias; estas, mesmo antes de deixarem as caçambas dos veículos, já começam a ser comercializadas. As comunidades se encontram, os negócios são realizados, o culto evangélico, realizado ali numa calçada, ecoa suas palavras que se misturam às agitadas falas dos negociantes, o animal de carga cabisbaixo em uma esquina espera o seu dono.

A feira-livre não é um espaço somente para a comercialização de mercadorias. Pode ser considerado um momento, para muitos o único da semana, onde a sociabilidade é praticada. Vêm-se pessoas felizes atrás de seus afins e contatos, dos acertos, de seus tratos.

Assim, a feira pode ser considerada uma expressão da vida social das comunidades. Neste cenário os produtos comercializados são diversos e essa diversidade varia com a época do ano. À época da pesquisa (junho), por exemplo, era a vez das “frutas”, mas essas se resumiam aos citros (laranja e tangerina Ponkan). Ademais, podemos encontrar banana, feijão, arroz, verduras, derivados de leite, corantes (urucum), dividindo espaço com artesanato local (principalmente pequenas peças de madeira e barro), roupas e até com cd’s e dvd’s. Porém, o item mais relevante para as famílias que comercializam na feira é a mandioca e seu principal derivado, a farinha. Muito além de quantidade comercializada, a feira é a expressão da vida das comunidades, onde seus produtos – a farinha, o queijo, a rapadura - podem ser considerados um “bem cultural” diferenciado, procurados por um consumidor fiel que os valorizam.

A produção da farinha de mandioca, atividade encontrada em todas as comunidades pesquisadas, merece atenção. É uma tarefa que envolve toda a família, até mesmo as crianças, numa espécie de “ritual” onde cada membro tem um papel: um grupo descasca a mandioca que, rapidamente, é levada ao moedor mecânico onde o pai a espera; após a moagem, o material é prensado por algumas horas para perder a água contida e somente então é levado para a farinheira, de alvenaria, de onde a farinha é obtida. Entretanto, se a família não possui um moedor mecânico (movido à energia elétrica ou a óleo diesel), a tarefa se torna mais difícil: o moedor manual exige movimentos sincronizados e precisos dos dois “operadores” que o conduzem, e de uma terceira pessoa para alimentá-lo com a mandioca; nessa situação, força nos braços e sincronia são requisitos fundamentais para a obtenção da farinha.

Através da Figura 4 observamos a farinha sendo produzida e o cenário de sua produção: um espaço também de sociabilidade, onde os vizinhos se “achegam”, a família se reúne e, mesmo com a falta de energia elétrica, um “radinho” à pilha distrai o trabalho que se repete a cada amanhecer.



Figura 4: O ambiente de produção da farinha de mandioca: a farinheira e o moedor movido à óleo diesel.

Fonte: Fotos do autor (2006).

Chegada à feira, a farinha é vendida diretamente a consumidores ou repassada para atravessadores locais, que abastecem o município. A medida de peso usado para a farinha é o “prato”, com aproximadamente 1 kg. O preço do prato varia de acordo com a oferta do produto, em torno de R\$ 0,80 a R\$ 1,50³. A determinação do preço a ser praticado não envolve cálculos precisos - como custo de produção -, o agricultor não tem informação sobre o preço real de seu produto, mas sabe que precisa comercializá-lo rapidamente para honrar compromissos existentes com o comerciante local, que é, “[...] ao mesmo tempo, quem lhe vende e quem lhe compra.” (CÂNDIDO, 1979, p.166). O preço da farinha se dá no início e no decorrer da feira, como já mencionado, dependendo da quantidade do produto. A farinha também é “moeda” local: o que sobra da feira (ou a quantidade já encomendada) é trocado nos supermercados e mercearias por outros produtos que o agricultor necessita. Percebemos, assim, que a farinha dinamiza a economia local. Como disse um feirante: “gasta-se num raio de 100 metros da feira o que nela se negocia”. Com a oscilação do valor da farinha, não se espera uma relação de equivalência com os preços dos demais produtos barganhados na cidade, pois, como analisado por Cândido (1979),

³ Faixa de valores praticada na época da pesquisa de campo, em junho de 2007.

[...] a formação de preços para os produtos agrícolas produzidos em pequena escala obedece a fatores diferentes, e muito mais variáveis (na presente conjuntura) do que os fatores mais constantes que regem a formação de preço dos produtos industriais. (p.166).

Ademais, a existência desse produto, que serve ao mesmo tempo para o auto-consumo e para a troca na cidade, confere ao mesmo a “marca da alternatividade”, observada por Garcia Júnior (1989). A alternatividade proporcionada pela mandioca, estudada pelo autor no nordeste brasileiro, assemelha-se ao encontrado em nossa pesquisa, que pode ser traduzida em

[...] atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc. (p.117).

O espaço da feira-livre, em frente ao mercado municipal, não possui uma organização por parte da prefeitura. Assim, enquanto os agricultores (que deveriam ser os mais beneficiados) comercializam seus produtos diretamente no chão, os atravessadores possuem bancas e ocupam a área central da feira, considerada a melhor localização. A Cáritas Diocesana possui um projeto de organização da feira, através de um levantamento dos agricultores, buscando a melhoria da infra-estrutura do espaço.



Figura 5: O mercado municipal e a feira-livre de Jequitinhonha.
Fonte: Fotos do autor (2006).

Assim, conhecendo-se o Baixo Jequitinhonha e sua economia baseada na agricultura familiar, outrora pela pecuária de corte, a próxima seção do trabalho apresenta os aspectos metodológicos que norteiam o presente estudo, bem como as comunidades e entidades selecionadas para a amostragem.

3 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A implantação de Unidades de Conservação no Brasil e no restante do mundo, geralmente associa, em maior ou menor grau, certo tipo de envolvimento com populações residentes no interior ou no entorno das mesmas. E esse fato não é diferente no presente trabalho. No início da pesquisa, percebeu-se a existência de dois grupos distintos e interligados que formariam a amostragem para a pesquisa; o primeiro grupo, constituído por entidades – públicas ou da sociedade civil – que atuam diretamente na área estudada ou sobre a questão de UC's.

Já o segundo grupo é formado por agricultores (as) residentes principalmente no entorno da Rebio. Esse item merece esclarecimento. A idéia inicial era a de entrevistar somente famílias com sua área de abrangência (moradia e trabalho) localizada no entorno da Unidade. Desta forma, o trabalho resultaria em um estudo do comportamento de atores localizados em uma área limitada em relação ao acesso a seu vizinho, nesse caso, o interior da Rebio. Porém, como o estudo exploratório revelou uma incerteza sobre “quem está dentro e quem está de fora”, além de possibilidades de mudanças na configuração atual da Rebio, algumas famílias também com áreas parcialmente sobrepostas ou no interior da mesma foram selecionadas.

Para a realização desse trabalho, o tipo de estudo adotado foi a pesquisa qualitativa, visto que os métodos qualitativos possuem maior capacidade de abranger particularidades e especificidades do objeto a ser estudado. Reconhecendo-se, entretanto, a sua limitação de generalizações para outras realidades, como observado por Serapioni (2000).

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) contribuem com a questão salientando que não existem escolhas metodológicas “boas” ou “ruins” e, sim, metodologias adequadas ou inadequadas para o tratamento de um problema em estudo. Os autores acreditam que ao proceder um trabalho qualitativo, o pesquisador torna-se o principal instrumento de investigação.

Nesse sentido, para nossa tarefa de investigação, optou-se por algumas ferramentas para a coleta de dados, como a adoção de roteiros de entrevistas utilizando-se de formulários semi-estruturados¹.

Em relação ao formulário utilizado com os agricultores, buscou-se concentrar as questões sobre a Rebio ao final do mesmo, quando já se havia estabelecido algum grau de informalidade nas entrevistas; porém, tomou-se a precaução de não desviarmos a atenção em relação aos objetivos do trabalho. Optou-se por trabalhar com dois recursos naturais, a água e o solo, entendidos pelo pesquisador como fundamentais para a caracterização da disputa socioambiental. Ademais, todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados.

Outro recurso utilizado foi a observação participante em momentos considerados fundamentais do trabalho em campo, como as reuniões da Comissão Pró-defesa da Mata Escura e do GT – Grupo de Trabalho - instituído especificamente para tratar de questões referentes à Unidade em estudo. Essa técnica permitiu o contato com atores, sendo que alguns foram entrevistados posteriormente, em momentos onde se relacionavam com outros atores, aliados ou não às suas propostas. Assim, pude perceber como os atores se comportam em ambientes de definição coletiva, de disputa de idéias, enfim, de certa “tensão no ar”.

Esses recursos citados foram subsidiados com a adoção de um diário de campo, tendo como inspiração Brandão (1999). A adoção desse dispositivo como instrumento complementar de coleta de dados deve-se ao fato do mesmo poder ser empregado tanto na coleta quanto na análise de dados, permitindo, assim, a descrição e a análise imediata de um fato, um retrato momentâneo de uma dada situação, mesmo assumindo as dificuldades de distanciamento e centralidade (manter o foco de estudo) que o recurso pode apresentar.

A utilização de documentos como atas de reuniões, matérias de jornais, folders de entidades e outros, também proporcionaram maior compreensão do objeto analisado. Esses documentos e as entrevistas realizadas foram trabalhados optando-se pela análise de conteúdo. Esta possui três etapas: a pré-análise, a exploração do material coletado e, finalmente, o tratamento dos dados, inferência e interpretação; essa última etapa visando tornar os dados válidos e significativos para o objeto estudado (BARDIN, 1977). Assim, a

¹ Os roteiros encontram-se anexados no final trabalho.

observação de Lakatos e Marconi (1991, p.167) de que “A importância dos dados está não em si mesmos, mas em proporcionarem respostas às investigações.” foi, em muitos momentos, motivo de reflexões pelo pesquisador.

A realização de pesquisa num ambiente de conflitos, de disputa por legitimação de posições, de incertezas e inseguranças por parte dos entrevistados, não é uma tarefa fácil de ser executada, principalmente devido ao fato que os indivíduos a serem entrevistados não estão apenas narrando um conflito, mas participam do mesmo, fazem parte de seu corpo. Percebe-se uma posição de defesa, utilizando-se de discursos pré-formulados que se repetem em diferentes ocasiões. Para a pesquisa, nesse caso, o cuidado com a postura que refletia neutralidade e transparência no trabalho foi sempre necessário. Assim, antes de cada entrevista, principalmente com as comunidades de agricultores, fazia-se uma apresentação dos motivos que me levavam a estar ali, um pouco da minha trajetória de vida, deixando claro o que representava minha pesquisa e o caráter acadêmico de meu trabalho. Mesmo assim, só o fato de ouvir determinados informantes – líderes comunitários, principalmente - parecia dar a entender que eu os apoiava. Pelo menos era assim o tom quando uns me apresentavam aos outros. Assim, estar conversando com determinada pessoa, onde essa conversa se realizava, e quem estava a observar tal conversa, podia ser crucial para estabelecer ou desmembrar o elo de confiabilidade que estava se criando entre mim e os informantes. Tive que recusar auxílio por parte de entidades públicas que atuam na região no transporte às comunidades, por exemplo – que seria de grande ajuda -, mas que poderia ligar minha atuação às suas, o que dificultaria, ou até mesmo impediria, a obtenção dos dados necessários. A opção então, nesse caso, era recorrer aos serviços de moto-boys, comuns na cidade de Jequitinhonha, e/ou pegar carona nos caminhões que transportam agricultores à cidade às sextas-feiras e sábados para participarem da feira livre. Em campo, o olhar de pesquisador se faz sempre constante; assim, a observação participante também é exercida mesmo na carroceria de um caminhão, “espremido” em meio a caixas de frutas, sacos de farinha e todas as pessoas que dividem o pouco espaço que resta, cortando grotas e compartilhando a paisagem da Mata Escura com aqueles que a conhece muito bem.

3.1 O estudo exploratório – conhecendo o Baixo Jequitinhonha

O trabalho de campo iniciou-se em fevereiro de 2006, com uma visita de reconhecimento ao município de Jequitinhonha e áreas da Rebio. Os principais objetivos dessa atividade foram conhecer a área onde se localiza a Reserva Biológica da Mata Escura (cenário da pesquisa), as comunidades ali existentes, as instituições que atuam no município e determinar um recorte para minha amostragem. Nesta primeira incursão foram visitadas três comunidades e algumas instituições, a saber: Quilombo Mumbuca, Assentamento Brejão e Comunidade Maranhão; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o IBAMA, e a Paróquia Nossa Senhora do Rosário. A situação de conflito e de disputas já se manifestou nesse primeiro contato, conseqüentemente, avaliamos positivamente a necessidade de incorporar a temática dos conflitos socioambientais ao presente estudo.

3.2 A definição da amostragem

Desde o início do trabalho, como já descrito, pretendeu-se trabalhar com dois grupos de entrevistados: os representantes de entidades e os (as) agricultores (as).

A escolha das entidades a serem entrevistadas baseou-se em algumas características, tais como i) estar diretamente atuando com as comunidades de agricultores envolvidas; ii) pertencer a Comissão Pró-defesa da Mata Escura ou, iii) entidades ligadas a trabalhos de conservação da natureza, como as ONG's ambientalistas selecionadas.

Já em relação às comunidades e suas famílias a serem entrevistadas a tarefa foi mais trabalhosa. Partindo-se da proposta de trabalhar diferentes pontos da Rebio, para não se ter uma visão localizada do objeto, definiu-se trabalhar com cinco áreas de entorno da mesma, incluindo, nessas áreas, famílias em sobreposição ou no interior, devido às indefinições existentes no traçado, como discutiremos adiante. Dessa forma, foram selecionados, em princípio, o Assentamento Craúno, o Assentamento Brejão, a Comunidade Mumbuca e a

Comunidade Nova Araçatuba, essa última margeando o Rio Jequitinhonha e sem nenhuma instituição que a respalde legalmente.

A segunda viagem ao Baixo Jequitinhonha foi realizada durante os meses de junho e de julho de 2006, agora me sentindo mais conhecedor e mais seguro do trabalho que tinha pela frente. Essa fase durou cerca de quarenta dias, divididos entre a cidade de Jequitinhonha e as comunidades visitadas. Aqui, cabe um esclarecimento: como a Rebio avança sobre uma área localizada no município de Almenara, buscou-se também entrevistar um representante da prefeitura local.

As visitas às comunidades eram programadas aos sábados, dia da feira-livre de Jequitinhonha e de maior movimento na cidade, onde era fácil encontrar e negociar datas com os líderes comunitários.

Nas comunidades, a recepção por parte das famílias foi sempre muito boa, mesmo àquelas que não puderam ser avisadas previamente. Cada entrevista era diferente, mesmo utilizando-se do mesmo roteiro. Logo de início, um fato que chamava atenção era a dificuldade de entrevistar isoladamente o (a) agricultor (a): não raramente outros membros da família se aproximavam e começavam a participar da “conversa”. Tal fato, que a princípio me preocupava, mostrou-se enriquecedor por dois motivos; primeiro, por permitir a obtenção de uma diversidade maior de dados e, segundo, porque o entrevistado sentia-se mais a vontade quando rodeado por seus afins. Ao final da entrevista gravada, sempre se procurou caminhar com o agricultor pelo seu quintal e sua(s) roça(s) como forma de melhor compreender e visualizar suas práticas, até mesmo se essas correspondiam ao respondido minutos atrás. Um comportamento foi facilmente identificado: os agricultores com maior fartura no quintal, detentores de uma roça mais “bonita”, bem cuidada, faziam questão de mostrá-las, percorrê-las e explicá-las; assim, muitas vezes, atravessávamos córregos e subíamos chapadas para tentar compreender seus domínios sobre os recursos disponíveis e sua forma de manejá-los. Outros entrevistados já avisavam que não estavam com roças no momento e a conversa terminava percorrendo os arredores da casa.

Como o cotidiano do trabalho de campo revela novas possibilidades e, conseqüentemente o pesquisador deve estar atento à elas; a comunidade Maranhão foi acrescentada ao estudo após reunião do Grupo de Trabalho, onde mostrou-se um dos focos de maior debate, como será analisado adiante.

Assim, definido as comunidades a serem visitadas, a próxima tarefa foi selecionar as famílias em cada uma delas a serem entrevistadas. Como o número de famílias é grande, e o tempo é escasso, alguns critérios de orientação para tal seleção foram adotados, como a distribuição geográfica na comunidade, relação de parentesco (com o cuidado para não entrevistar somente parentes), tamanho da família (para observar uma possível pressão antrópica sobre os recursos naturais), tempo na comunidade e faixa etária (buscando entrevistar tanto jovens como idosos), formação da renda familiar (agricultura x outras atividades), gênero e participação em alguma entidade (sindicato, associação). A partir desses critérios estabelecidos, começou-se um levantamento dos possíveis agricultores e agricultoras a serem entrevistados. Para isso foi fundamental o auxílio de entidades conhecedoras dessas comunidades, em especial a Cáritas Diocesana e o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – de Jequitinhonha, que me proporcionavam o contato com os agricultores, alguns deles como líderes comunitários. Dessa maneira, o líder era a referência inicial que eu dispunha. Este me apresentava à comunidade, organizava minha estadia e me auxiliava na seleção das famílias. Um outro cuidado nesse processo merece ser revelado aqui: o de procurar não entrevistar somente os agricultores indicados por seus líderes comunitários ou pelas entidades, para não haver a formação de uma amostragem direcionada, digo, objetivada. Assim, as indicações eram analisadas; algumas, aceitas, outras, discretamente refugadas, e muitas vezes uma família entrevistada remetia a uma outra que, dentre os critérios acima descritos, seria interessante conhecer. Ao final da pesquisa foram entrevistadas vinte e quatro famílias, sendo cinco famílias por comunidade, com exceção da Comunidade Nova Araçatuba, onde foram realizadas quatro entrevistas.

3.3 O entorno da Rebio: apresentando as comunidades

As cinco comunidades pesquisadas possuem diversidade, seja econômica, política, social e cultural devido principalmente aos distintos processos de ocupação e acesso à terra e demais recursos. A Figura 3 apresenta a localização das comunidades pesquisadas em relação à Rebio da Mata Escura. Em seguida são apresentados dados relativos a essas

comunidades. Os assentamentos e o quilombo possuem informações resultantes de documentos oficiais e estudos já realizados em suas áreas:

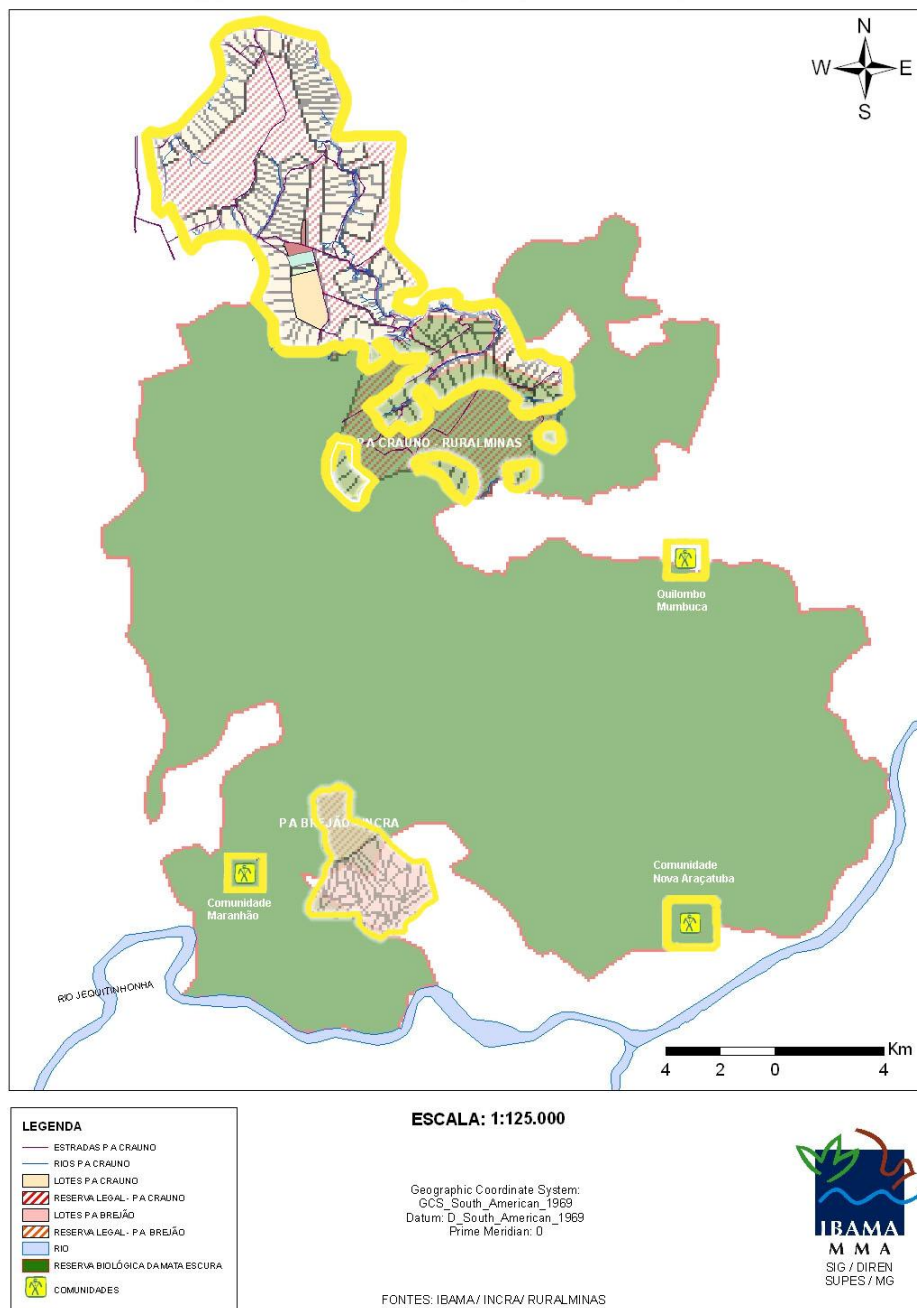


Figura 6: A Rebio da Mata Escura e as comunidades pesquisadas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa cedido pelo diretor da Rebio.

3.3.1 O Projeto de Assentamento Brejão

O Projeto de Assentamento Brejão (PA Brejão), regularizado pelo INCRA, foi criado em 1997. Abriga trinta e uma famílias, com lotes que variam de 17,92 ha a 51,95 ha (média de 32,72 ha/família). O motivo da diferença em relação ao tamanho dos lotes é a proximidade com relação aos córregos e rios, implicando em maior ou menor fertilidade da terra. Os lotes mais próximos aos córregos são, portanto, menores. Já nas terras de chapadas são maiores. O PA Brejão está localizado na Bacia do Rio Jequitinhonha e é cortado pelos córregos Brejão (muitas comunidades e vilarejos do Vale possuem o nome do córrego que a atravessa), Pinheiro, Samambaia, Panela e Chapadinha.

O PA Brejão foi originado a partir da desapropriação da fazenda Margem do Córrego Labirinto de Cima, que pertencia a Otoni Bernardino, neto de um fazendeiro da região, Isidoro Pereira Murta. Na época da desapropriação, vinte e nove famílias viviam como posseiros, praticando agricultura de subsistência, cultivando feijão, arroz, milho e mandioca; possuíam também algumas cabeças de gado. Essas famílias, em estreita relação com o STR de Jequitinhonha, contataram o INCRA para que o órgão fizesse a vistoria da área, pois estavam sendo ameaçados de expulsão caso a fazenda fosse negociada com o Sr. Nalas, fazendeiro da cidade de Governador Valadares. O INCRA, constatando terra improdutiva, estabelece o PA, formado pelas famílias ali já residentes e mais duas famílias convidadas, oriundas das comunidades de Cachoeira e Bananeira, indicadas pelo STR.

Além da área correspondente aos lotes, há no assentamento duas áreas comunitárias, com 3,90 ha e 0,33 ha que abrigam a sede da associação, uma capela católica e a Escola Municipal Antonio Silvério Pereira. A área correspondente à Reserva Legal do Assentamento possui 357,65 ha e está integralmente no interior da Rebio, como será mostrado, abrigando as principais nascentes d'água da comunidade. Já em relação aos lotes, quinze são atingidos pelo traçado atual da Rebio.

A principal atividade da comunidade é a agricultura, com produção de farinha de mandioca, abacaxi, tangerina, milho e feijão, estes dois últimos principalmente para auto-consumo. A produção é individual e há um projeto de roça coletiva para a área comunitária

do assentamento, de 2 ha, envolvendo treze famílias. Algumas famílias trabalham para fazendeiros, mas são minoria.

As moradias foram construídas pelas próprias famílias. Como em muitas regiões rurais, utilizando-se de materiais rústicos, encontrados na proximidade, embora algumas são de alvenaria. A cozinha geralmente é o maior cômodo da casa e freqüentemente é separada do conjunto sala/quartos, isso porque além de ambiente para o preparo das refeições, compreende também o lugar de sociabilidade, onde a família se encontra e recebe visitas (isso se a visita for de confiança, ao contrario, é recebida no ambiente formal da sala). A cozinha também tem ligação direta com o quintal e o terreiro, onde não raro encontra-se uma pequena horta. A sala-de-banho, quando há, geralmente é externo à casa e, mesmo nas construções mais recentes, com banheiros acoplados, estes possuem entrada externa, como se não fizessem parte da cultura dessas famílias, sendo utilizados muitas vezes como depósito de utensílios e sementes.

Anteriormente ao projeto de assentamento, o Brejão era uma comunidade de coletores que adentravam às matas, sem área individual demarcada por lei para exercerem suas atividades. Assim, com o assentamento, as famílias passaram de extrativistas a agricultoras, agora com lotes delimitados, onde é delimitada também sua ação na esfera coletiva. Conseqüentemente, alguns lotes encontram-se abandonados, devido também à falta de assistência técnica contínua que oriente a produção agrícola. Outro problema social encontrado é o alcoolismo, inclusive entre adolescentes. Uma frase, comentada na feira-livre de Jequitinhonha por E8, M, 49 anos², parece sintetizar essa ruptura de sistema de organização social extrativista para agricultura “antes o coronel fazendeiro que o coronel INCRA”, referência à “dor de cabeça” e à “trabalheira danada” que é ter conta em banco, financiar a produção, endividar-se e, conseqüentemente, ter a obrigação de produzir para comercializar e assim quitar as dívidas. Depreende-se que a vida era mais simples e menos trabalhosa na fase extrativista.

Com a implantação da Rebio, o PRONAF chegou a ser bloqueado no ano seguinte, em 2004, sendo posteriormente liberado novamente pelo INCRA para as famílias, inclusive

² Para manter em sigilo a identidade dos entrevistados optou-se por caracterizá-los a partir do número da entrevista (neste caso, E1), seguido do sexo (H ou M) e idade.

as que serão desapropriadas. Nesse sentido surgem alguns questionamentos (por parte dos agricultores e entidades locais), como o porquê continua sendo liberado recursos e como as famílias irão pagá-los, se sairão da terra; inclusive o IR – Imposto Rural – continua a ser cobrado.

Dos trinta e um lotes do PA, quinze estão sobrepostos à Rebio. Muitos lotes não são propícios à atividade agrícola de maior escala, com uso de maquinário, devido ao relevo do local, com muitas chapadas. A expansão da agricultura também é limitada pela legislação ambiental vigente, principalmente em relação às APP's - Áreas de Proteção Permanente. Então, excluindo as terras encontradas nos morros (com declividade acima de 45°) e as matas ciliares, pouco sobra de terra fértil para a agricultura no PA Brejão.

3.3.2 O Projeto de Assentamento Craúno

O projeto de Assentamento Craúno, estabelecido há dezenove anos, representa a maior comunidade de entorno da Rebio da Mata Escura: são 156 lotes que abrigam cerca de 184 famílias; os lotes variam de 6,28 ha a 51,43 ha.

O PA é fruto de um programa estadual implementado na década de 1980 intitulado PADVALE - Projeto de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O Projeto estabeleceu quatro núcleos de atuação: Taiobeiras, Minas Novas, Grão Mogol e Jequitinhonha, num total de 230 lotes em uma área de 27.600 ha, com média de 120 ha/lote. As culturas trabalhadas foram milho, feijão, soja e trigo (BDMG, 1985).

Como justificativa do projeto destaca-se a “implantação de um projeto de impacto em região subdesenvolvida”, alegando que a região do Vale do Jequitinhonha era a de menor índice de participação no PIB mineiro (2,1% em 1974) e que “[...] o melhor desempenho da economia regional, com introdução de novas técnicas e diversificação de atividades, acarretará consigo a melhoria das condições de vida da população do Vale.” (BDMG, 1985, p.9).

Outra justificativa do projeto era a fixação do homem no campo, dado que a população economicamente ativa do setor agropecuário vinha diminuindo no período estudado (décadas de 1970 e 1980), denominando a região como “expulsora de população”. E, por fim, o “desenvolvimento regional harmônico”, onde a agropecuária é citada como principal atividade da região, porém moldada “em níveis rotineiros e tradicionais”. Novamente o ideal de incorporação de novas tecnologias agrícolas é reforçado:

As amarras tradicionais e mantenedoras do processo somente poderão ser rompidas pela adoção de técnicas e práticas modernas de exploração do solo e a introdução de uma mentalidade empresarial capazes de dar o ‘take off’ na economia local. (BDMG, 1985, p.10).

O trabalho de acompanhamento do projeto coube inicialmente à Ruralminas. O mesmo parece nunca ter saído do papel; muitos lotes encontram-se abandonados, quando não são comercializados com outras pessoas sem relação com a entidade responsável.

Os limites da Rebio atingem a área sul do assentamento, mais precisamente 48 lotes; destes, 19 estão integralmente no interior e 29 com parte da área sobreposta à mesma, em maior ou menor proporção. Estes lotes fazem divisas com uma das duas Reservas Legais do PA, que juntas cobrem uma área de 4.651,64 ha.

Devido à extensa área do PA, houve a formação de quatro associações de produtores: Craunilha e Fazenda Nova, não afetadas pelos limites da Rebio; Rio Preto, com dois lotes sobrepostos e o caso mais conflituoso, o Mangue, com todos os lotes total ou parcialmente em sobreposição à Rebio. Cada associação é independente para elaborar seus projetos, como financiamento para compra de maquinário, construção de moradias ou para outros fins.

As famílias, dependendo em qual associação pertencem, comercializam seus produtos em diferentes mercados. Assim, as famílias da Craunilha comercializam sua produção na cidade de Pedra Azul, devido à proximidade, enquanto que as famílias do Mangue participam da feira de Jequitinhonha. Já em relação às famílias de Rio Preto e da Fazenda Nova, há divisão dos destinos, as famílias fazem opção então de qual feira participarão. O transporte, quando há, é realizado na carroceria de um caminhão cedido pela Prefeitura de Jequitinhonha, cabendo aos agricultores pagarem o combustível.

Embora também existam chapadas nessa região, os lotes são, aparentemente, mais aptos para a agricultura que o PA Brejão, encontrando-se, boa parte deles, em terrenos mais planos, possibilitando a mecanização.

3.3.3 A comunidade quilombola Mumbuca

Partindo de Jequitinhonha, atravessando por balsa o rio de mesmo nome e tomando o lado direito da estrada de terra, após cerca de 26 km, chega-se à Comunidade Mumbuca.

O quilombo foi reconhecido em 2004 pela Fundação Palmares. Compreende um total de aproximadamente 80 famílias; dessas, de 40 a 50 vivem na Comunidade Mumbuca e as demais espalhadas na área considerada o território do quilombo, que se estende até a Comunidade Cachoeira. O território quilombola ainda não foi demarcado, dependendo de laudo antropológico para isso, que pode ter processo acelerado por conta da implantação da Rebio.

O quilombo é formado por quatro núcleos de moradia: Laranjeira, Escuta, Vai-quem-quer e Mumbuca, é cortado pelo Rio Preto e pelos córregos Laranjeira e Mumbuca.

A história do quilombo é interessante. Contam que José Cláudio de Souza, um ex-escravo letrado e com posses foi o fundador do mesmo, vindo do sertão (não há confirmação se natural do sertão baiano ou mineiro, particularmente de Minas Novas), fugindo da seca e fome com sua família e algumas cabeças de gado. Comprou as terras em 1861 por 50 mil réis e registrou-as em 1862 na sede da comarca, Minas Novas, percorrendo cerca de 300 km para efetuar tal registro, como analisado por Souza (2006).

A escolha da região para estabelecer-se tem a ver, segundo a autora, com a procura de um lugar seguro para instalar o quilombo, principalmente para proteger-se dos fazendeiros brancos. Assim, o alto da chapada, associado à fartura de água do córrego da Mumbuca, parece ter se mostrado o local ideal para moradia. Mais tarde, a fim de proteger suas terras dos grandes fazendeiros, os bisnetos de José Cláudio de Souza – Martinha, Filipe e Camila – fizeram uma doação para a Igreja Nossa Senhora do Rosário, padroeira da comunidade, da área conhecida como Comunidade Laranjeira, sede da Mumbuca, onde se

encontra a Capela Nossa Senhora do Rosário, a rádio, a farinha comunitárias e a Escola Prof^o Josino Silva.

Até a década de 1960, a principal atividade do quilombo era o cultivo do café, em especial a venda de mudas; porém, devido à queda drástica dos preços da cultura, houve a substituição pela mandioca, principal atividade até hoje. Por conta da crise do café, algumas parcelas de terras começaram a ser vendidas pelos quilombolas. Outras começaram a sofrer invasões de fazendeiros, principalmente para a atividade pecuária na segunda metade do século XX.

Atualmente, a principal atividade da comunidade quilombola é a agricultura, com produção de algumas variedades frutíferas (“as da época”); porém o forte da produção é a farinha de mandioca. A produção é individual, e os produtos são comercializados na feira de Jequitinhonha, às sextas e sábados.

A comunidade Laranjeiras possui uma farinha comunitária: cada família associada tem direito de usá-la semanalmente e produzir sua farinha para ser comercializada na feira-livre do final-de-semana. Todo domingo, após o culto religioso, as famílias interessadas decidem a programação do uso para a semana, sendo que quatro famílias utilizam-na por dia. Chegado o dia, a ordem de uso depende da quem raspa primeiro e está com a mandioca pronta para ser trabalhada. Para ter direito à farinha é preciso “estar em dia” com a associação de agricultores da comunidade e repassar quatro pratos de farinha por cada alqueire produzido, sendo que um alqueire de farinha corresponde a cinquenta pratos (o não-sócio repassa oito pratos). Essa quantidade repassada é comercializada pelo tesoureiro da Associação na feira-livre e a receita destinada à manutenção da mesma.

3.3.4 As comunidades Maranhão e Nova Araçatuba

Essas duas comunidades não possuem documentos oficiais que tratem de suas trajetórias, portanto, as informações foram obtidas por intermédio dos entrevistados.

A comunidade Maranhão, inserida na fazenda Porto Alegre, de aproximadamente 150 alqueires era de propriedade de Dona Araci, com quatro herdeiros, e a principal atividade praticada foi a pecuária de corte. Possui setenta e quatro famílias, com uma média de cinco pessoas por família.

A área da Comunidade Maranhão é de aproximadamente 75 alqueires; há duas famílias de agregados (uma com o morador mais antigo, nascido na comunidade, com sessenta e três anos). Como terras de espólio, as cerca de 54 famílias não apresentam qualquer documentação de título sobre as mesmas. Assim, as parcelas de terra possuem tamanhos diferentes, pois foram - e ainda são - comercializadas apresentando, nesse sentido, uma heterogeneidade de casos: posseiros, ex-agregados e até “invasores” (após a criação da Rebio), que não possuem documentação das terras. A especulação fundiária é grande, mas como observamos, e como não há documentação legal, o que se comercializa na verdade é o “direito” e não a terra em si. Há famílias antigas na área como também de instalação recente, de cerca de um ano e meio, vindas principalmente pela possibilidade de cobijarem indenizações (por benfeitorias e/ou terras documentadas) com a implantação da Rebio, bem como aquelas que vivem nas cidades e não exercem atividade agrícola em suas áreas.

A principal atividade é a agricultura, com produção principal de mandioca, mas também milho, abóbora, feijão. Os produtos são comercializados na feira de Jequitinhonha, algumas famílias participam semanalmente, outras a cada quinze dias.

Não há produção coletiva, nem um espaço coletivo na comunidade; porém, é comum o arrendamento de terras entre os próprios agricultores.

A comunidade também é conhecida como Assentamento Maranhão, porém não houve nenhum avanço por parte do INCRA em estabelecer ali um assentamento, devido à quantidade de terra insuficiente, segundo pesquisado.

A área é de relevante interesse biológico para a Rebio e por isso gerou-se um impasse na reunião do GT em Jequitinhonha, havendo a necessidade de propor a constituição de um grupo especial para analisá-la.

A comunidade Nova Araçatuba é a mais próxima do município de Jequitinhonha, às margens do rio. As terras foram adquiridas pelos agricultores através de compra direta ou de “doação”. Na verdade, tratam-se de indenizações por parte da fazendeira, a qual não

tinha como pagar em dinheiro os direitos trabalhistas aos empregados da fazenda, principalmente seus agregados. Possui atualmente cerca de 30 famílias, algumas localizadas dentro dos limites da Rebio.

Na comunidade é praticada a agricultura de auto-consumo, como nos demais casos pesquisados; porém, pode-se encontrar também o que é considerado - pelo órgão de extensão rural e agricultores que já a pratica - a atividade promissora da região: a fruticultura empresarial, em especial a produção de banana e coco. O relevo aqui também é mais suave, possibilitando mecanização das atividades agrícolas.

Ambas as comunidades possuem um líder comunitário que as representam, tanto interna como externamente, em um mandato que geralmente compreende dois anos. O líder é uma figura ágil, comunicativo ou calado (dependendo da conversa); parte com frequência à cidade e conhece com precisão sua comunidade, as famílias e seus domínios, mesmo, em alguns casos, com pouco contato com as mesmas.

Vale ressaltar que as cinco comunidades estudadas (ou “situações”, termo utilizado no Grupo de Trabalho da Mata Escura) formarão o entorno da Rebio. Embora com características distintas, tanto em relação aos recursos apresentados, como na ocupação humana, essas comunidades apresentam certo grau de similaridade quando observamos as práticas agrícolas desenvolvidas por suas famílias. Como visto, para algumas delas essas práticas são limitadas pelo relevo, conferindo, assim, dificuldades no emprego de maquinários agrícolas. Assim, não havendo perspectivas em relação a aumento de área produtiva, o que se observa é a diversidade de cultivos, em pequena escala, fundamental para a reprodução dos agricultores, considerando-se que a diversificação na produção propicia sua permanência também em condições desfavoráveis.

A seção seguinte apresenta as entidades pesquisadas. Algumas exercem suas atividades diretamente com as comunidades acima apresentadas, outras atuam na temática das UC's em nível nacional. Assim, conhecer as comunidades e as entidades auxilia a compreensão do ambiente repleto de detalhes ao qual a Rebio da Mata Escura está envolta.

3.4 Apresentando as entidades envolvidas na constituição da Rebio

Assim como as comunidades de agricultores apresentam alta diversidade, em diferentes aspectos, as entidades que participam da constituição da Rebio também não são homogêneas. Mesmo não se tratando especificamente da Rebio, algumas divergem entre si, pois possuem linhas de atuação diferenciadas. Em relação à UC, não se percebe conflitos estabelecidos entre as mesmas, embora existam maneiras distintas de conceber a questão, não havendo, portanto, um posicionamento único.

As entidades entrevistadas foram:

- a) Públicas: Prefeituras dos Municípios de Almenara e Jequitinhonha, EMATER (escritório de Jequitinhonha), Polícia Ambiental de Jequitinhonha, IBAMA (escritório de Jequitinhonha), IEF – Instituto Estadual de Florestas - (escritório de Jequitinhonha e Diretoria em BH);
- b) Entidades da Sociedade Civil: Cáritas Diocesana, Sindicato dos Produtores Rurais de Jequitinhonha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha;
- c) Igreja: Paróquia Nossa Senhora do Rosário;
- d) Ambientalistas: Fundação SOS Mata Atlântica (SP) e Fundação Biodiversitas (BH)

A seguir são apresentadas algumas considerações sobre as entidades, principalmente referentes à sua atuação, de acordo com o representante entrevistado:

A EMATER atua há 40 anos no Vale do Jequitinhonha, sendo 30 anos no Baixo. Atua mais precisamente em três comunidades da região que são Nova Araçatuba, Campo Novo (assentamento rural situado à margem direita do Rio Jequitinhonha) e Mumbuca, mas também atua em outras comunidades quando demandada. Suas principais atividades estão relacionadas com a organização rural, tendo o agricultor familiar como público alvo. A entidade possui projetos relacionados à segurança alimentar e também à produção de artesanato com as comunidades. Possui boa relação com demais entidades atuantes na região e, em relação às comunidades atendidas, afirma que não há como trabalhar toda a demanda apresentada; assim, “temos a consciência e a convicção que fazemos parte do desenvolvimento rural do município, mas não somos responsáveis pelo desenvolvimento rural do município”.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha atua há 37 anos no município, em todas as comunidades rurais. As principais atividades estão relacionadas com o fortalecimento da agricultura familiar, linhas de crédito do PRONAF, defesa trabalhista e previdenciária, além de outras. A entidade possui boa relação com as comunidades, onde realiza trabalhos de base. Em relação às outras entidades, não se considera isolado, buscando parcerias com entidades que trabalham em conjunto.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Jequitinhonha atua há 40 anos na região, representando os interesses dos médios produtores rurais, visto que os pequenos são atendidos pela EMATER e/ou STR. Para o SPR, a grande propriedade não existe mais na região, sofrendo, desde a década de 1980, as conseqüências da seca e desestruturação dos mecanismos de financiamento. Atua diretamente nos interesses da classe, como o preço do boi e de commodities agrícolas, questões referentes às indenizações, dentre outras.

A Igreja Católica, representada pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário, atua há mais de 90 anos na região, organizando o povo em suas comunidades através de culto e missa. Exerce também atividades em projetos sociais, como a alfabetização de adultos. Sobre a relação com as comunidades, define como “muito boa, aqui é cultura religiosa cristã”. Já em relação às outras entidades “só não conseguimos ter relação boa com as igrejas evangélicas”.

A Cáritas Diocesana foi fundada em 1983. Na região, abrange toda a diocese de Almenara – 17 municípios - atuando através de cursos de formação em diversas áreas do desenvolvimento e acompanhamento mais sistemático em comunidades envolvidas em seus projetos, como o programa “Convivência do Semi-árido” e fortalecimento institucional. A relação com as comunidades é considerada boa, devido à credibilidade na região conquistada em 24 anos de atuação. Em relação às entidades não governamentais a aproximação é boa; já em relação às entidades públicas considera que nem sempre é boa, devido a diferentes propósitos.

O escritório do IEF na região atua em 17 municípios. As principais atividades do órgão são vistorias para derrubada de mata, perícia técnica, averbação de reserva legal e educação ambiental. A relação com as comunidades atendidas e demais entidades é considerada boa.

A Polícia Florestal (estadual) atua há aproximadamente 16 anos na região, em vinte e nove municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha, divididos em 7 grupamentos, sendo que o entrevistado abrange os municípios de Jequitinhonha, Joáima e Monte Formoso. A principal atividade é a fiscalização, seguida de educação ambiental em comunidades; a relação do órgão com as mesmas é considerada boa: “antigamente tinha resistência, hoje a população está bem mais consciente na região, a cultura está mudando”. Em relação às outras entidades também é considerada boa, atuando em parceria com o IEF e com o IBAMA através de convênios firmados.

O IBAMA, órgão responsável pela direção da Rebio da Mata Escura, está efetivamente com escritório na região há um ano, embora a mesma tenha sido criada em 2003. O Estado de Minas Gerais possui cinco regionais do instituto, sendo que Jequitinhonha está sobre a competência de Governador Valadares. As principais atividades do órgão tem sido a de orientar a população sobre aspectos relacionados à UC, além do combate à caça, legislação ambiental e, na época de setembro à novembro, dedicação maior em relação ao fogo, utilizado para limpeza de área e renovação de pastagens, além do fogo criminoso. A relação com as comunidades é diferenciada, umas com maior e outras com menor abertura à presença do órgão, até mesmo comportamentos diferenciados numa mesma comunidade. Considera positiva a relação com as demais entidades da região, porém tensa em alguns momentos. A presença do IBAMA é recente na região e está intrinsecamente associada à UC.

Finalmente, as duas próximas entidades atuam na questão da conservação de espécies e de ações para recuperação do bioma Mata Atlântica.

A Fundação Biodiversitas, sediada em Belo Horizonte, atua há 18 anos. A principal atividade da ong é promover a conservação da biodiversidade através da produção de dados técnico/científicos que possam embasar a atuação de gestores públicos, além de contribuir na definição de linhas de pesquisas prioritárias à conservação de espécies. A entidade atua em cinco linhas temáticas: espécies ameaçadas, áreas protegidas, educação/capacitação ambiental, planejamento regional e políticas públicas. É referência nacional na publicação de informações sobre espécies da fauna e flora ameaçados de extinção – com a divulgação

de Listas Vermelhas³ de espécies em ameaça – e possui duas UC's no Brasil, a RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional - Mata do Sossego, em Minas, habitat do muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*) e a Estação Biológica de Canudos, na Bahia, que teve sua área escolhida por ser o local de reprodução da Arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*).

Finalmente, a Fundação SOS Mata Atlântica⁴, com sede na capital paulista que inicia suas atividades em 1986, como um movimento cuja intenção era chamar a atenção da sociedade para a proteção da Floresta Atlântica. Foi a primeira entidade a chamar a atenção para o alto grau de devastação do bioma, na ordem de 93% em relação à área original. Nos últimos anos, além de atividades educação ambiental em diversas frentes, trabalho voluntariado, divulgação de imagens aéreas e elaboração de atlas da cobertura do bioma, a entidade assume, junto com outras entidades, uma luta que ultrapassou uma década (14 anos), que foi a aprovação do PL da Mata Atlântica.

As prefeituras dos municípios estudados mostraram-se pouco atuantes em relação ao conflito estabelecido. O representante político de Jequitinhonha é o seu vice-prefeito (que também exerce as funções de presidente da Associação dos Produtores de Fruticultura Irrigada de Jequitinhonha, além de comerciante local), e o de Almenara, o secretário de agricultura. Jequitinhonha concentra a maior área da Rebio, bem como de famílias afetadas. Em relação à Almenara, segundo o seu representante, a área sobreposta à Rebio abriga aproximadamente 24 famílias, que têm no cultivo de feijão e milho suas principais atividades. Essas famílias vivem prioritariamente da aposentadoria rural, não comercializando seus produtos na cidade (como fazem as famílias de Jequitinhonha), principalmente pela distância, pois encontram-se a cerca de 50 km da cidade. Ainda de acordo com o secretário de agricultura, em caso de indenizações, as famílias não possuem documentação para comprovar a posse das terras.

Assim, apresentadas as comunidades e as entidades pesquisadas, a seção seguinte aborda a temática das Unidades de Conservação da Natureza e, diretamente ligada a esta, os recursos naturais, como sendo, à priori, os verdadeiros “motivos” que levam a criação

³ As Listas Vermelhas são publicações realizadas com base em critérios científicos sobre espécies consideradas sob risco de extinção e são usadas, por exemplo, para conter o tráfico e/ou comércio ilegal de espécies.

⁴ A história do surgimento da Fundação SOS Mata Atlântica é detalhadamente contada por Rocha e Feldmann, 2006.

dessas unidades. Entretanto, observaremos que variados aspectos estão relacionados ao surgimento de uma UC e, não raro, o manejo dos recursos naturais praticado pelas comunidades abrangidas pode ser o de menor relevância.

4 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E OS RECURSOS NATURAIS DO VALE

À primeira vista, pensar num espaço destinado à manutenção de seus recursos naturais parece ser interessante. Um espaço com proteção especial, oriunda de legislação própria que o identifica e o diferencia dos demais ambientes, mesmo localizados ao seu redor. Um espaço onde o direito de uso de seus bens, quando permitido, é controlado, objetivando a adoção de práticas de manejo “racionais”. Um espaço onde a presença humana, em determinados casos, é considerada prejudicial à continuidade do equilíbrio ambiental. É um espaço, antes de mais nada, concebido pelo próprio homem, isto é, o homem determinando onde e porque tal área merece atenção especial.

Esta seção do trabalho apresenta as chamadas Áreas Naturais Protegidas, também conhecidas como Unidades de Conservação – UC’s, particularmente no cenário nacional e, em seguida, como as mesmas são tratadas legalmente, tendo como referência o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de 2000.

Antes disso, diferenciar os termos conservação e preservação parece ser relevante quando os mesmos, por muitos, são tratados, erroneamente, como sinônimos.

A definição de conservação da natureza, segundo Heywood e Watson (1995), pode ser entendida no sentido de continuidade ou manutenção de alguns ou todos componentes da diversidade biológica, incluindo também o uso sustentável dos componentes, bem como sua restauração e/ou recuperação. Os motivos para a conservação podem ser vários e diversos, dependendo do contexto e interesses vigentes.

Os benefícios da conservação, para Engel e Parrotta (2003), podem ser a curto e médio prazos. Como benefícios de curto prazo são citados os serviços ambientais do ecossistema, tais como controle da erosão, melhoria da qualidade do solo, estabilização do ciclo hidrológico, aumento da biodiversidade, da fixação de carbono, bem como benefícios diretos para o homem e melhoria da qualidade de vida. Já em relação aos benefícios de médio prazo, teríamos o enriquecimento e o aumento da complexidade estrutural do habitat, o aumento da biodiversidade e a regeneração de algumas espécies.

Entretanto, estes benefícios são estritamente relacionáveis, não havendo, portanto, clara separação e isolamento de itens ao longo do tempo; estão imbricados e são interdependentes.

Assim, enquanto o conservacionismo concebe uso ordenado de recursos da natureza, o pensamento oposto, o preservacionismo, engloba uma visão mais antropocêntrica do mundo natural, onde a vida selvagem – wilderness - deve ser apreciada esteticamente, ou seja, contemplada.

Entretanto, a seleção de áreas que se tornarão UC's pode ser injusta, direcionada, privilegiando ambientes puramente com atributos estéticos, como florestas, grandes rios, cadeias montanhosas, e desconsiderando ecossistemas menos “nobres”, como brejos ou pântanos (DIEGUES, 1998). Nesse sentido, não é difícil entender a atenção dispensada para os biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica brasileiros, tanto por entidades – públicas ou privadas - como pela própria mídia, sendo que tal atenção não é percebida para a caatinga, o pampa gaúcho e, entre outros casos, o cerrado, que pode ser considerado o bioma mais ameaçado atualmente, devido à expansão de monoculturas agrícolas, em especial a soja.

Utilizando dados do Relatório *Nosso Futuro Comum* (WORD COMMISSION ON ENVIROMENT AND DEVELOPMENT), de 1988, Brito (2003) cita a extensão, por continente, de áreas recobertas por UC's, conforme a tabela seguinte:

Tabela 2 – A % de área coberta por UC's nos continentes – década de 1980.

Continentes	% Área coberta
Europa	3,9
URSS	2,5
América do Norte	8,1
América do Sul	6,1
África	6,5
Ásia	4,3
Austrália	4,3

Fonte: BRITO, 2003, p.34.

Morsello (2001) conceitua Unidade de Conservação como sendo uma área onde medidas restritivas de uso do solo são aplicadas, para proteção de determinado atributo ali encontrado. A autora observa a extensão de área recoberta por UC's nos biomas brasileiros, como mostrado abaixo:

Tabela 3 – A distribuição das UC's públicas federais em relação aos biomas, em 1995.

Bioma	% de área protegida em relação à superfície ocupada por cada bioma
Amazônico	7,6
Mata Atlântica	2,0
Cerrado	0,9
Caatinga	0,1
Planalto brasileiro	1,1
Áreas marinhas	0,8
Zonas de transição (Pantanal)	0,7

Fonte: MORSELLO, 2001, p.46.

Observando as duas tabelas acima percebe-se que as segunda e terceira posições em proporção de áreas protegidas (África e América do Sul, respectivamente) foram, e ainda são, regiões importadoras do modelo norte-americano (primeira posição) de criação de grandes áreas destinadas à preservação. Nesse sentido, dois argumentos parecem ser relevantes: primeiro, o fato dessas áreas tropicais concentrarem grande parte da biodiversidade mundial e, segundo, podendo ser considerado consequência do primeiro, o interesse de nações desenvolvidas nos recursos naturais encontrados nos países “em desenvolvimento”. Em relação ao Brasil, as UC's estão concentradas, majoritariamente, na região amazônica, tendo a Mata Atlântica ocupado segundo lugar nos esforços por parte de organismos públicos e entidades ambientalistas, como discutido anteriormente.

Retomando, a idéia de destinar determinadas áreas à preservação surgiu, primeiramente, para espaços de belezas únicas e bucólicos ambientes históricos para as futuras gerações¹. Em diversas partes do mundo, principalmente em países em desenvolvimento, adotou-se o modelo norte-americano de conservação, como a criação de Parques Nacionais, onde não é permitida a presença de comunidades residentes e os

¹ Atualmente, os objetivos de uma Unidade de Conservação vão além da simples contemplação de belas paisagens naturais, podendo ser citados a proteção dos recursos hídricos e recursos naturais, pesquisa científica, equilíbrio climático e preservação in situ de espécies da flora e fauna.

territórios podem ser considerados “ilhas isoladas” objetivando a contemplação e a preservação da biodiversidade ali existente.

O caráter negativo da exportação do modelo americano de criação de parques é discutido por Terborgh e Schaik (2002) que questionam o posicionamento de certos autores que afirmam a existência de um imperialismo cultural norte-americano. Para os autores, duas questões são lançadas para discussão; questionam inicialmente se é errado exportar valores culturais a outras nações e, em seguida, se os custos para a criação de uma área protegida excede os benefícios de tê-la implantada. A primeira questão é discutida tendo como premissa que “o mundo é um mercado livre e aberto de valores culturais”. Assim, continuam o raciocínio “A idéia de se seja de algum modo imperialista ou imoral encorajar pessoas de outra cultura a valorizar e conservar a natureza simplesmente não tem fundamento.” (p.32).

Já sobre a segunda questão, os autores discutem a relação dos parques com as populações existentes, defendendo princípios como compensação justa, transparência no processo e responsabilidade pública. Citam a construção de rodovias, represas e instalações militares como obras que mesmo afetando diretamente comunidades locais, poucas vezes são freadas por governos, pois “Os benefícios para a coletividade são considerados superiores aos ônus que recaem sobre um número relativamente pequeno de pessoas, cujas vidas são diretamente afetadas.” (p.32).

Como ponto inicial de um possível “imperialismo cultural”, o Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, criado em 1872, além de ser considerado um marco histórico na preservação de grandes áreas naturais (modelo para outros países) e do interesse público, segundo Godoy (2000),

[...] estabelece os fundamentos do chamado modelo de Unidades de Conservação: a proteção de amplos espaços naturais, de grandes belezas cênicas capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem a interferência humana. (p.1).

Na mesma época, na Europa, surgem as reservas inglesas da natureza, visando a conservação de habitats que estavam sofrendo transformações devido à atividade humana, principalmente por conta do desenvolvimento industrial. Assim, tanto a idéia de parques como de reservas, no século XIX, contribuíram para a consolidação do mecanismo mais

utilizado mundialmente quando se trata da conservação da base biológica: a implantação de Unidades de Conservação, impulsionado pelo avanço das ciências naturais (estudos de espécies, ecossistemas, interações ecológicas) e também o desenvolvimento econômico em escala mundial como degradador de ambientes naturais (MORSELLO, 2001).

Morsello (2001) observa que o conceito de UC vem associado, geralmente, ao caráter público, no que se refere a sua gestão. Assim, as UC's em terras particulares eram consideradas de "menor valor", um problema que seria solucionado com a compra da terra pelo Estado. Entretanto, essa realidade vem tomando novos significados. Tanto entidades ambientalistas, como setores públicos ligados à questão ambiental, estão incentivando a conservação da biodiversidade em terras privadas, onde pode-se ressaltar algumas vantagens como menor ônus ao cofre público, maior alcance do raio de conservação e maior participação e envolvimento da sociedade civil na conservação ambiental.

Esse interesse na conservação por "terceiros" pode ser baseado em três justificativas, de acordo com Morsello (2001), que são ecológicas, econômicas e político-institucionais.

A justificativa ecológica está mais relacionada com a compensação por uso indevido de recursos naturais em áreas próximas (como será visto, a legislação prevê que os danos causados ao meio ambiente sejam compensados na mesma bacia hidrográfica da área afetada) com atividades econômicas, como indústrias, construção de estradas, barragens, extração mineral, dentre outras, atribuindo às áreas de conservação caráter alternativo a essas atividades.

A justificativa econômica está ligada diretamente à escassez de recursos financeiros públicos para a aquisição de terras, indenizações devidas e posterior gestão de uma UC. Entretanto, pode-se compreender uma UC particular como geradora de divisas, principalmente quando a área possui algum atrativo natural que possa ser incorporado a um pacote ecoturístico. Tal ocorre, por exemplo, em Bonito/Mato Grosso do Sul, um dos principais destinos turístico nacionais, o qual possui a maior parte de suas atrações (rios, cachoeiras, cavernas) em terras particulares, muitas ainda mantendo suas atividades agropecuárias cotidianas.

Em relação às justificativas político-institucionais, destaca-se principalmente a presença de populações humanas nas áreas destinadas à conservação, onde algumas são

amparadas legalmente – indígenas e remanescentes de quilombos. A autora aponta também como vantagem de uma UC particular a possibilidade dessa vir a contribuir no avanço de processos e políticas de gestão das UC's, com a ação de entidades conservacionistas em projetos de manejo e gestão, inclusive adquirindo terras particulares.

4.1 Diversidade ambiental em Minas Gerais

A região nordeste de Minas Gerais abriga dois importantes biomas considerados “hotspots²” de biodiversidade: o Cerrado e a Mata Atlântica. As principais características de um “hotspot” são o elevado número de espécies endêmicas que apresenta, associado ao alto índice de perda de sua vegetação original (mais de 75%). A devastação da Mata Atlântica está diretamente relacionada à história do Brasil: no bioma encontramos os principais ciclos econômicos, iniciando com a extração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), seguido dos ciclos da cana-de-açúcar, do cacau e da pecuária no Nordeste, além do café e do avançado processo de industrialização, no Sudeste (ROCHA; FELDMANN, 2006; DEAN, 1996). Atualmente, aproximadamente 62% dos municípios brasileiros encontram-se no bioma, responsáveis por 70% do PIB nacional e onde residem cerca de 60% da população brasileira.

A situação do bioma Mata Atlântica no estado mineiro reflete a encontrada nos demais estados, isso é, áreas fragmentadas em meio aos centros urbanos ou dividindo espaço com as monoculturas agrícolas e a especulação imobiliária. Assim, antes de iniciar a discussão sobre o processo de implantação e os conflitos pertinentes à Rebio da Mata Escura, faremos uma apresentação da situação da biodiversidade pertinente à região de Jequitinhonha e/ou à área onde a UC se localiza, tendo como referência a segunda edição do trabalho de Drummond et al. (2005a) intitulado “Biodiversidade em Minas Gerais – um atlas para sua conservação”. Iniciando com a fauna, em relação aos mamíferos, a região

² Esse conceito foi criado em 1988 pelo Dr. Norman Myers, o qual inicialmente estabeleceu 10 áreas críticas para conservação em todo o mundo. Atualmente a Conservation International reconhece 34 áreas prioritárias para seus programas de conservação; dessas, a Mata Atlântica figura entre as 5 mais importantes.

onde se localiza o município de Jequitinhonha é considerada de potencial importância biológica, apresentando duas áreas – São Simão e região de Felisburgo – como sendo de alta importância, região de Limoeiro e a Rebio da Mata Escura como de extrema importância biológica. Para esta última, as atividades de pecuária e de agricultura são consideradas as maiores pressões antrópicas sobre o meio e, como recomendações, são citados o plano de manejo para a UC e o inventário.

Sobre as aves, a região da Rebio é considerada de extrema importância biológica. A agricultura é considerada aqui também como principal vetor de pressão antrópica e a recomendação é a adoção de UC's para a região. O município de Almenara, que possui pequena parte de seu território na área da Rebio da Mata Escura, aparece como região de potencial importância biológica.

A região de Jequitinhonha, para répteis e anfíbios, é considerada de muito alta importância biológica, sendo consideradas a agricultura, o isolamento e o barramento de rios como principais pressões antrópicas. Como recomendação é citado o inventário.

Para peixes e invertebrados, a região é considerada de muito alta importância biológica. A agricultura, o barramento e assoreamento de rios são as principais alterações antrópicas, sendo recomendados inventário e recuperação; já em relação aos invertebrados, as principais alterações ocorrem em consequência de atividades agropecuárias e da agricultura, recomendando-se a elaboração de inventários.

Já com relação à flora, observa-se a predominância de três biomas distintos no estado de Minas Gerais: a Caatinga – ao norte do estado, com menos de 2% do território mineiro -, o Cerrado – na porção centro-ocidental do estado, recobrimdo 57% do estado – e o bioma Mata Atlântica – encontrado na parte oriental, abrangendo cerca de 41% da área do estado (DRUMMOND et al., 2005a). Em relação ao domínio do bioma Mata Atlântica, ao qual se encontra a Rebio da Mata Escura (em transição com o bioma Cerrado), foram identificadas quatro regiões que poderiam ser configuradas como corredores ecológicos: regiões leste, sudeste, Mucuri/Jucuruçu e Jequitinhonha (DRUMMOND et al., 2005a). Como exposto, a região de Jequitinhonha e a Rebio da Mata Escura são áreas estratégicas, ou prioritárias, para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Para Drummond et al. (2005a), recorrendo à Costa et al. (1998), a definição de uma área considerada prioritária para conservação é norteada por quatro premissas:

[...] a importância da biodiversidade regional como componente fundamental das estratégias de planejamento e desenvolvimento; o padrão de distribuição das espécies; a existência de áreas com alta diversidade de espécies e grande número de espécies endêmicas e, o fato de muitas áreas caracterizadas pela riqueza e abundância de espécies estarem sob forte pressão de ameaça. (p.17).

A região de Jequitinhonha é considerada de extrema importância biológica na conservação da flora mineira, tendo como principais atividades de pressão antrópica a mineração e a agricultura, havendo a recomendação de inventários florestais. A tabela abaixo apresenta a região de estudo como pertencente ao domínio Mata Atlântica, nas formas de floresta estacional semi ou decidual. Partindo-se dessa região rumo a oeste do estado, observa-se a ocorrência de áreas de transição em porções fragmentadas que anunciam o bioma vizinho a ser encontrado, o Cerrado. A Tabela 4 apresenta os tipos de cobertura vegetal encontrados em Jequitinhonha:

Tabela 4 – Cobertura vegetal do Município de Jequitinhonha

Tipo	2003		2005		Variação	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Floresta Estacional Decidual	23.226	6,62	23.212	6,61	-14	0,00
Floresta Estacional Semidecidual	118.880	33,86	117.060	33,34	-1.820	-0,52
Campo Cerrado	28.918	8,24	28.740	8,19	-178	-0,05
Cerrado Senso Stricto	44.510	12,68	43.394	12,36	-1.116	-0,32
Total da Floresta Nativa	215.534	61,40	212.406	60,50	-3.128	-0,89

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SCOLFORO; CARVALHO, 2006.

Segundo estudos especializados, a região é estratégica para a conservação de fauna e flora, além de possuir uma das últimas extensas áreas contínuas de Mata Atlântica, o que a torna prioritária nos esforços e medidas que visem a proteção e a manutenção desse bioma tão devastado. Para conter o alto índice de devastação do bioma, uma das estratégias mais utilizadas pelos órgãos ambientais e, de certa forma apoiada por ONG's ambientalistas é a implantação de UC'S de Proteção Integral, como a Rebio da Mata Escura, que apresentaremos adiante.

4.2 Minas Gerais e sua política ambiental

À partir do momento no qual os Estados reconhecem sua diversidade biológica, seus potenciais e limitações em relação a recursos hídricos, pedológicos e minerais, há a adaptação e/ou formulação de nova legislação no que concerne aos mecanismos de se lidar com a base natural, procurando associá-la ao seu desenvolvimento social e econômico. Assim, órgãos públicos são criados em níveis estadual e municipal para se tratar especificamente da temática ambiental na área que lhes competem, associando suas ações e deliberações à legislação federal existente.

No Estado de Minas Gerais a gestão do meio ambiente é subordinada à SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -, criada em 1995 através da Lei nº 11.903. Este órgão coordena o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SISEMA - criado em 1997 com a Lei nº 12.581, que tem como órgãos deliberativos o COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental – e o CERH – Conselho Estadual dos Recursos Hídricos. Como órgãos vinculado ao SISEMA tem-se a FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente, o IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas e o IEF – Instituto Estadual de Florestas.

Visando aprimorar a atuação do SISEMA, uma das medidas adotadas foi a descentralização do COPAM em oito regionais no estado, com o objetivo de promover maior integração do poder público com organizações não-governamentais, representações da sociedade civil, universidades, lideranças políticas e empresariado, principalmente em relação aos licenciamentos ambientais. Sobre os licenciamentos, estes tiveram o sistema revisado a fim de desburocratizá-lo; assim, empreendimentos de menor complexidade podem ter processos simplificados e avaliados pelos escritórios regionais da FEAM, do IEF e do IGAM.

Além de regionalizar o serviço de licenciamento ambiental, o estado instituiu o ICMS Ecológico, através da Lei nº 12.040, de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, visando à redução da poluição oriunda de esgotos domésticos e demais resíduos, bem como estimular a criação e/ou manutenção de Unidades de Conservação (DRUMMOND et al.,

2005a). A Lei nº 13.803, de 2000, em seu Artigo 1º, inciso VIII, referente ao meio ambiente, estabelece que 50% dos recursos do ICMS Ecológico serão destinados a obras de saneamento básico e os demais 50% terão como base os índices de conservação do município, sendo consideradas a existência de UC's federais, estaduais, municipais e particulares.

A destinação de recursos financeiros tendo como referência a superfície do município protegida por UC's pode configurar um incentivo para a implantação de novas áreas naturais protegidas, principalmente parques municipais e RPPN's.

Após a apresentação dos órgãos públicos que configuram o cenário ambiental em Minas Gerais e de algumas estratégias para tornar o meio ambiente – e sua conservação – como item integrante de uma proposta de gestão municipal, a próxima seção do trabalho apresenta as UC's no cenário nacional, já como forma de introdução para o caso da Reserva Biológica da Mata Escura, onde serão observadas características sobre o processo de criação e as aparentes dificuldades de implantação dessa jovem UC.

4.3 As Unidades de Conservação no Brasil

O Parque Nacional de Itatiaia (RJ) foi o primeiro a ser criado no Brasil, em 1937 e, em 18 de julho de 2000, através da Lei 9985 foi aqui institucionalizado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC³ -, que tem como objetivos, entre outros, contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Segundo essa legislação, uma unidade de conservação é um

³ Regulamentado pelo Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

e, neste mesmo artigo (2º do Capítulo 1) a conservação da natureza é entendida como

[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

De acordo com o SNUC, as unidades de conservação são agrupadas em dois grupos – Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável - e cada grupo apresenta diferentes modalidades.

As Unidades de Proteção Integral compreendem as modalidades de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre e, de acordo com o SNUC, essas unidades necessitam de audiência pública para sua implantação, excetuando-se os casos de Estação Ecológica e Reserva Biológica; as quais constituem as modalidades mais restritivas de Unidade de Conservação.

Esse grupo de UC's não permite a permanência humana em seus interiores, fato que tem causado conflitos de diversas naturezas entre órgãos de fiscalização e comunidades residentes, não raro consideradas degradadoras dos recursos naturais. Com relação às suas modalidades, um Monumento Natural ou um Refúgio de Vida Silvestre podem ser constituídos de áreas particulares, desde que “[...] seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.” (BRASIL, 2000, p.17). As demais modalidades desse grupo são de posse e domínio públicos, havendo, se necessário, desapropriação em caso de limites da unidade em terras particulares.

O segundo grupo, das Unidades de Uso Sustentável, compreende as seguintes modalidades: I) Área de Proteção Ambiental (APA), II) Área de Relevante Interesse Ecológico, III) Floresta Nacional, IV) Reserva Extrativista, V) Reserva da Fauna, VI) Reserva de Desenvolvimento Sustentável e VII) Reserva Particular do Patrimônio Natural

(RPPN), sendo que as modalidades I e II podem ser constituídas por terras públicas ou privadas e III, IV, V e VI de posse e domínio públicos e, VII de terras particulares.

A RPPN representa uma modalidade de unidade onde o proprietário da terra – empresas, pessoas físicas ou organizações não governamentais - se dispõe a destinar uma parte – ou toda – de sua área para conservação, através de um termo de compromisso junto ao órgão ambiental. Este constatará o interesse público pela área a ser conservada. As duas principais atividades desenvolvidas nessa modalidade são a pesquisa científica e a visitação pública. Para Morsello (2001), essas áreas são prioritárias para o IBAMA, devido a dificuldades de efetiva implementação de UC's na esfera pública e por demandarem menor orçamento.

Já as unidades de conservação de posse e domínios públicos, para a autora, “[...] objetiva, em geral, compensar usos indevidos nas áreas particulares adjacentes, ou seja, elas são criadas para funcionarem de forma alternativa às atividades econômicas exercidas em outras áreas.” (MORSELLO, 2001, p.27).

Em suma, é o que se conhece por compensação ambiental. Nesse sentido, uma UC de Proteção Integral pode ser criada como mecanismo compensatório, por exemplo, de uma barragem ou outro empreendimento.

É consenso que a biodiversidade encontrada nos ecossistemas brasileiros (e mundiais) necessita ser conservada. Assim, as práticas de conservação, quando reconhecem a participação das comunidades locais como uma parceria importante nesta tarefa, podem obter melhor êxito.

Ao se incorporar a atividade antrópica nos programas de conservação de espaços e recursos naturais, valorizam-se as relações estabelecidas entre as comunidades e o ambiente; relações essas que podem ser responsáveis pela biodiversidade apresentada atualmente por esses ambientes e, o qual é justamente o objeto da conservação. Isso porque, muitas vezes, as comunidades que se configuram no entorno de uma unidade de conservação, principalmente de proteção integral, estabelecem novas relações com a área que sempre tiveram acesso, que sempre conviveram, que conhecem seus ciclos (da terra, da água, dos animais); adentram a área para extração de recursos, praticando caça ou coleta de madeira, por exemplo; agora como atividades ilegais, conhecidas como crimes ambientais.

Assim, essa nova área, fechada e com limites impostos, passa a ser vista de modo diferente pelas comunidades, ocorrendo mesmo um certo sentimento de revolta ao meio natural que lhes foi negado, retirado. Passam a viver na periferia de um sistema onde foram, historicamente, personagens ativos, de interações, de observações com o ambiente e demais indivíduos.

4.4 O SNUC e a categoria Reserva Biológica

Para a compreensão de como uma legislação é aplicada, nesse caso o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, conhecido como SNUC, optou-se nesse trabalho por fazer um resgate de como o mesmo foi instituído no país.

Não é tarefa fácil proporcionar um ambiente político favorável à aprovação de uma lei, ainda mais na esfera ambiental, onde diversos interesses, inclusive antagônicos, estão presentes, oriundos de diferentes grupos com forte representação no Congresso Nacional, como a bancada ruralista, por exemplo. Assim, a aprovação do texto final de uma lei reflete, e é consequência, de um processo de longa negociação, de barganhas políticas, de alterações na redação final do documento.

Até a década de 1960, a criação de Unidades de Conservação no Brasil – principalmente nas categorias de Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva Florestal – era realizada sem nenhum ordenamento mais abrangente, em âmbito nacional, visando, por exemplo, a conservação de determinado bioma. As Unidades eram criadas para fins recreativos e estéticos mediante situações políticas que as favoreciam. Esse cenário começa ser alterado, de acordo com Mercadante (2001), na década de 1970 com a conclusão do trabalho “Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia”, que serviu de base para o “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” (elaborado em duas etapas, 1979 e 1982), que tinha como objetivos a identificação de áreas para conservação e propor a criação de UC’s para as mesmas. A iniciativa de se construir um sistema que tratasse especificamente de UC’s não era somente brasileira, outros países começam também a avançar na discussão para tal, influenciados pelo debate internacional

promovido pela IUCN – World Conservation Union - e pela FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Como observado por Mercadante (2001), na década de 1970 são elaborados os Planos Nacionais de Desenvolvimento no país, que já sinalizariam para uma proposta de desenvolvimento sem deterioração da base de recursos naturais. O autor cita Filho (1999) que analisa a elaboração do Plano do Sistema de Unidades de Conservação

[...] no contexto da ditadura militar, no âmbito de um conjunto de ações desenvolvidas durante aquele período, que visava a um planejamento globalizante e integrado – em função mesmo da índole modernizante e do caráter centralizador do governo. (MERCADANTE, 2001, p.191).

No final da década de 1980 começa a tomar forma e conteúdo a legislação atual acerca das UC's, quando a FUNATURA – Fundação Pró-Natureza - é encarregada de elaborar o anteprojeto de lei intitulado ‘Sistema Nacional de Unidades de Conservação’, como um processo de revisão e atualização do plano anterior. A versão do anteprojeto de lei é entregue em 1989, mesmo ano de criação do IBAMA; a proposta contemplava nove categorias de UC's alocadas em três grupos; no grupo de UC's de Proteção Integral estavam o Parque Nacional, Reserva Ecológica (que contemplaria os objetos da Reserva Biológica e da Estação Ecológica⁴), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; como UC de Manejo Provisório foi proposto a Reserva de Recursos Naturais e, como UC's de Manejo Sustentável, a Reserva da Fauna, a Área de proteção Ambiental e a Reserva Extrativista.

Já em 1992, talvez devido à realização da Eco 92 na Cidade do Rio de Janeiro, o anteprojeto, na forma de Projeto de Lei (PL), foi encaminhado ao Congresso Nacional, sob nº 2892/92 (MERCADANTE, 2001).

Os dois anos posteriores são marcados pela polêmica em torno do substitutivo ao PL apresentado pelo então Deputado Federal Fábio Feldmann, relator do projeto. O documento apresentava diversas críticas a respeito do PL em questão, seu caráter conservacionista, a existência de “parques no papel” devido a dificuldades de implantação

⁴ Já eram esperadas dificuldades na proposta de junção das categorias Reserva Biológica e Estação Ecológica. Assim, foram apresentadas duas versões do anteprojeto, uma com e outra sem a fusão das categorias, seguidas da advertência: “A adoção da segunda versão do anteprojeto implicará [...] prejuízo considerável à sistematização conceitual da proposta [...]” (MERCADANTE, 2001, p. 195).

na prática, bem como a falta de envolvimento da população em relação ao tema. Um trecho do substitutivo discorre que

Na realidade, se a sociedade brasileira, em geral, não está informada, conscientizada e convencida da importância dessas unidades é porque, em medida significativa, elas não são concebidas e manejadas com o propósito, claro, evidente e inequívoco, de contribuir para a promoção social, cultural e econômica da população, especialmente das comunidades do entorno dessas áreas. As unidades de conservação não têm suficiente visibilidade social, passam despercebidas para a maior parte das pessoas ou são encaradas como uma verdadeira ameaça por aquelas comunidades diretamente afetadas.
(MERCADANTE, 2001, p.198).

A categoria Reserva Biológica parece ter sido, ao longo de sua história, alvo de críticas e questionamentos sobre seus propósitos. O substitutivo apresentado anteriormente, propõe como modificação do texto a exclusão da categoria, mantendo-se apenas a Estação Ecológica, pois teriam, nessa visão, os mesmos objetivos de manejo e, portanto, poderiam ser consideradas conceitualmente iguais. Outras divergências apareceram com a substituição de Fábio Feldmann, que ocupou a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, pelo Deputado Fernando Gabeira para a relatoria do PL. Gabeira também condenou a falta de participação da sociedade nas discussões sobre as UC's: o substitutivo por ele apresentado traz algumas mudanças no texto original, como a elevação da RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Nacional – à condição de UC de Proteção Integral. Outro aspecto relevante foi o reconhecimento de populações tradicionais em UC's de Proteção Integral. Para esse caso foram propostas as alternativas de reassentamento da população, a reclassificação da UC e a permanência temporária da população mediante contrato previamente estabelecido. O documento apresentado por Gabeira obriga a realização de audiências públicas quando da criação de UC's; porém, exceto para as categorias Reserva Biológica e Estação Ecológica, coincidentemente as mais restritivas do SNUC. Para Mercadante (2001)

Uma das críticas dos preservacionistas à consulta prévia para a criação de UC é a de que ela estimularia a destruição da área como forma de se apropriar dos recursos antes de qualquer proibição de uso ou até mesmo para descaracterizar a área e acabar com a justificativa para criar a UC. Na verdade, a falta de transparência e a ausência de negociação é que pode estimular a depredação. (p.223).

Finalmente, após oito anos de impasse e negociações, o PL nº 2892/92 é sancionado em 19 de julho de 2000, como norma jurídica, Lei nº 9985/2000. Há um veto presidencial no projeto relevante para o presente trabalho, referente à definição de comunidades tradicionais, presente no Inciso XV do Artigo 2º, no qual populações tradicionais são

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. (BRASIL, 2000).

Como razão para o veto é apresentada:

[...] o conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil [...] praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais. (MERCADANTE, 2001, p. 229).

Lino (2000) ressalta alguns avanços com a aprovação do SNUC, dentre eles a elaboração, para todas as unidades, de um plano de manejo no prazo de cinco anos a contar de sua criação; o reconhecimento e respeito às populações tradicionais em unidades, reconhecendo-as como possíveis parceiras para práticas de conservação; descentralização do sistema público em relação à conservação, envolvendo, assim, estados e municípios; participação da sociedade através de conselhos consultivos e deliberativos; e estabelecimento de um prazo – 180 dias – para que os órgãos competentes apresentem propostas para casos de conflitos envolvendo sobreposições às áreas indígenas.

Entretanto, o autor destaca também pontos fracos da lei, citando questões de ordem orçamentária e operacional, como recursos humanos, para a efetividade de uma UC e

O adiamento ou a falta de clareza no tratamento de questões centrais de uma forma mais operativa, especialmente no que envolve as questões fundiárias e sociais (em particular no que toca as populações tradicionais e indígenas). (p.9).

Nesse sentido, muitas unidades criadas existem de forma precária, com falta de recursos, de técnicos especializados, de agentes fiscalizadores, encontrando-se, assim, descontextualizadas na região onde estão inseridas.

4.5 A conservação da natureza através de Reserva Biológica

A categoria Reserva Biológica não é exclusividade do SNUC. O Código Florestal Brasileiro, instituído com a lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, em seu artigo quinto, atribui ao Poder Público legitimidade para a criação de

Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. (BRASIL, 1965).

O parágrafo único do referente artigo destaca a

[...] cobrança de ingresso a visitantes, cuja receita será destinada em pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo. (BRASIL, 1965).

Dois anos mais tarde, como a Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, é introduzido no país o Código de Caça. A categoria Reserva Biológica também é aqui reconhecida no artigo quinto, o qual, igualmente ao Código Florestal, atribui ao Poder Público a criação de

Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais, onde as atividades de utilização, perseguição, caça, apanha, ou introdução de espécimes na fauna e flora silvestre e domésticas, bem como modificações do meio ambiente a qualquer título são proibidas,

ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas pela autoridade competente. (BRASIL, 1967).

Finalmente, com a promulgação do SNUC em 2000, a categoria Reserva Biológica parece adquirir um escopo que lhe confere, de certa forma, ser um aglutinador das versões anteriores. Assim, para o SNUC em seu artigo décimo, a Reserva Biológica

[...] tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. (BRASIL, 2000, p.16).

O *caput* do referido artigo possui três parágrafos, apresentados abaixo:

Parágrafo primeiro: A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Parágrafo segundo: É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

Parágrafo terceiro: A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000, p.16).

Percebe-se que com o SNUC a categoria Reserva Biológica avança para a configuração de uma UC de caráter mais restritivo. O objetivo de recreação, presente no Código Florestal foi suprimido (coerentemente, visto que tal objetivo compete aos Parques). Até mesmo atividades científicas não são contempladas no texto da lei; sendo apresentada no parágrafo terceiro, mediante cumprimento do plano de manejo estabelecido para a mesma.

Uma das etapas iniciais do processo de implantação de uma UC de Proteção Integral de domínio público é a desapropriação de áreas em terras de particulares. A indenização é prevista quando apresentada documentação que comprove a propriedade das terras, bem como sobre as benfeitorias existentes. No caso de posseiros, sem documentação legal de propriedade, a indenização será calculada baseando-se nas benfeitorias.

No Brasil, em relação às áreas particulares projetadas para UC's, formou-se a conhecida "máfia da desapropriação", onde benfeitorias são erguidas e pessoas se instalam

nas futuras áreas destinadas à conservação, em busca de possíveis indenizações. Para Benjamin (2001), o SNUC representa um avanço no intuito de coibir essas práticas, principalmente com o Artigo 45, que trata de exclusão - em relação às indenizações - de espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público (inciso III); expectativas de ganhos e lucro cessante (inciso IV); o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos (inciso V) e as áreas que não tenham prova de domínio inequívoco e anterior à criação da unidade (inciso VI).

Os incisos I – que trata da exclusão de “áreas que contenham vegetações consideradas de preservação permanente, conforme descritas no art. 2º da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965” - e II – que exclui “as áreas de reserva legal que não forem objeto de plano de manejo florestal sustentado ou estudo de impacto ambiental aprovados pelo órgão competente” - foram vetados no SNUC, pois contrariariam o interesse público, tanto incentivando o desmatamento de áreas de proteção permanente como a elaboração de planos de manejo (o que levaria a uma excessiva exploração) para áreas de reserva legal⁵.

Outro aspecto legal presente no SNUC relevante para a compreensão do estabelecimento de uma UC é o plano de manejo, considerado, de acordo com Artigo 2º, inciso XVII,

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, p.10-11).

O plano de manejo abrange a UC, sua área de amortecimento - antes de ser elaborado o plano de manejo, considera-se área de entorno 10 km a partir de seus limites, cabendo ao término do plano estender ou recuar essa área - e possíveis corredores ecológicos, “incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”, sendo “assegurada a ampla participação da população residente” na sua elaboração. É o plano de manejo, portanto, que rege todas as atividades antrópicas permitidas no interior e também na área de entorno da UC.

⁵ A Área de Proteção Permanente (APP) e a Reserva Legal, embora não sejam consideradas Unidades de Conservação, são áreas naturais protegidas por lei, criadas através do Código Florestal (Artigos II e XVI, respectivamente). Entende-se assim, que uma UC é apenas uma das estratégias que faz parte de um sistema maior de destinação de área para conservação.

O parágrafo terceiro, do referente artigo, estabelece um prazo para a elaboração do plano, que é de cinco anos a partir da data de criação da UC. A escolha da entidade que elaborará o documento ocorre através da abertura de licitação pública. Cinco anos, em princípio, parece ser um período demasiado longo, e realmente o é. Mas, na conjuntura como as UC' são criadas, pode representar prazo insuficiente, como é o caso da UC de estudo, que teria então até o ano de 2008 para ter seu plano de manejo concluído. Entretanto, até a finalização deste trabalho, não se teve nenhuma definição quanto a possíveis alterações de limites de sua área, como será apresentado. Até o momento da pesquisa de campo, as entidades que concorreram à licitação não haviam recebido nenhuma informação sobre o processo.

4.6 A Reserva Biológica da Mata Escura

Chegando em Jequitinhonha, as atenções foram voltadas para o encontro do rio cortando a cidade e a espera pelo primeiro contato com a área da Rebio.

Não é tarefa difícil encontrar o Jequitinhonha; o centro comercial, os bancos, o mercado municipal, a prefeitura da cidade estão praticamente em suas margens. Logo se avista a face esquerda do rio e o horizonte é cortado por dois grandes morros que parecem estar ali para esconder a Rebio, que começa a ser traçada de suas chapadas em direção à sua porção posterior. A travessia do rio se dá por balsa, que transporta pessoas, animais, carros, motos e caminhões e tudo mais que estes estiverem portando. Os mais corajosos, que dispensam a espera pela balsa, têm a alternativa de atravessar por uma passarela de concreto, suspensa e estreita. Motos e bicicletas, quando se encontram durante a travessia, fazem um “contorsionismo” delicado que, com calma e paciência, permite o fluxo para destinos contrários. Atravessado o rio, tomando-se a esquerda da estrada de terra segue-se para o Assentamento Brejão, Comunidade Maranhão e Assentamento Craúno, respectivamente, com muitos morros e veredas os separando. Já no sentido direito encontra-se a Comunidade Nova Araçatuba e, mais adiante, o que será o território do Quilombo da Mumbuca.

A Reserva Biológica da Mata Escura (de âmbito federal) está integralmente situada à margem esquerda do Rio Jequitinhonha e abrange dois municípios. A Reserva possui uma área de 50.892,13 ha, dos quais 50.168,27 ha encontram-se no Município de Jequitinhonha (com área de 351.096 ha) e o restante, 723,86 ha, estão localizados no Município de Almenara (com área de 229.140 ha). A UC foi criada através do Decreto Lei S/N de 05 de junho de 2003 (data que se comemora o Dia do Meio Ambiente) e publicado no Diário Oficial da União em 06 de junho do mesmo ano. Segundo o documento de criação (em anexo ao final do trabalho), os objetivos da UC são “preservar integralmente os recursos naturais e a diversidade biológica existentes em seus limites”, cabendo ao IBAMA “adotar medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação”, além da responsabilidade de desapropriação de imóveis particulares constituídos de terras e suas benfeitorias existentes nos limites da UC.

Embora criada em 2003, a idéia de uma possível UC na região remonta há quatro anos, quando, a diretoria regional que estava à frente do IEF convida um grupo de biólogos (primatólogos) da Universidade Federal de Minas Gerais para um levantamento de primatas ameaçados de extinção no Baixo Jequitinhonha. Percorrendo a região conhecida como Mata Escura, por indicação de técnicos do escritório do IEF local, constatam a presença do macaco muriqui (“povo manso da floresta”) - *Brachyteles hypoxanthus* -, também conhecido como mono-carvoeiro, considerado um dos primatas mais ameaçados de extinção do planeta, com classificação EN – táxon⁶ em perigo muito alto de extinção na natureza. Segundo a “Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção”, o mono-carvoeiro está ameaçado devido, principalmente à destruição de seus habitats naturais (bioma Mata Atlântica, do sul da Bahia ao norte do Paraná, em altitudes que variam de 600 a 1800 metros) por desmatamento, baixa taxa de reprodução da espécie e à caça. Após essa constatação, em 1999, em Congresso de Primatologia realizado na cidade de Santa Teresa

⁶ O termo táxon pode ser compreendido como um “agrupamento de organismos determinados por um nome taxionômico formal em qualquer categoria: espécie, gênero, família, ordem, classe, divisão, filo ou reino”, segundo Art (1998, p.504). As listas vermelhas, seguem as categorias propostas pela IUCN, que são: EX – Extinto; EW – Extinto na Natureza; CR – Criticamente em Perigo; EN – Em Perigo; VU – Vulneável; NT – Quase Ameaçada; LC - de Menor Risco e, DD – Deficiente em Dados. Um táxon é considerado na categoria EN quando se enquadrar em qualquer um dos critérios para “Em Perigo”, a saber: população em declínio; distribuição restrita e declínio ou flutuação; tamanho populacional reduzido e em declínio; tamanho populacional reduzido e restrito e, análise quantitativa (DRUMMOND et al, 2005b).

(ES), a região da Mata Escura é apresentada como a mais nova área brasileira de ocorrência de mono-carvoeiro.

O IEF, juntamente com a SEMAD, elabora o projeto para o “Parque Estadual da Mata Escura”, datado de janeiro de 2002, o qual devido ao desinteresse da diretoria do instituto na ocasião, não é levado adiante. Analisando-se a proposta de criação do mesmo, de 20.450,22 ha, que abrangeria a área conhecida como Mata Escura, percebe-se uma preocupação maior dos técnicos nos dados referentes à fauna e flora existentes e quase não sendo citados aspectos sociais, referentes às comunidades abrangidas. Ao final da proposta aparece: “São poucos agricultores que ainda utilizam trechos de solos dentro do Parque proposto.” (MINAS GERAIS, 2002a, p.22) e, na conclusão,

São poucos os donos de terra que, efetivamente, utilizam suas áreas para agricultura e formação de pastagem, sendo que boa parte do Parque Estadual da Mata Escura é encontrado em terreno inclinado, com dificuldades naturais para uso alternativo do solo, estando os terrenos, situados nas grotas muito preservados e cobertos por vegetação nativa. (MINAS GERAIS, 2002a, p.23).

Em agosto de 2002, já conhecedor da compensação ambiental da ITAPEBI – Geração de Energia S/A, o IBAMA elabora, em parceria com a mesma, o “Projeto de criação do Parque Nacional da Mata Escura, municípios de Jequitinhonha e Almenara, Minas Gerais”, com 41.492,39 ha – o projeto cita duas áreas de acréscimo, com 3.210,44 ha e 4.745,54 ha, respectivamente.

Embora as duas propostas citadas foram apresentadas no mesmo ano, esta segunda não menciona, em nenhum momento, os trabalhos realizados pela primeira. Também cita características de solo, relevo, geomorfologia, hidrografia e, obviamente, de fauna e flora. Foi realizada pesquisa no cartório de registro de imóveis da comarca para levantamento da situação fundiária da área. Entretanto, como na proposta anterior, aspectos sociais não foram apresentados.

A Figura 7 apresenta as propostas acima analisadas, permitindo a visualização da extensão de cada UC proposta. É interessante observar como a área total decretada para a Rebio é significativamente superior à área inicial pretendida para uma UC que “protegesse” a região conhecida como Mata Escura:

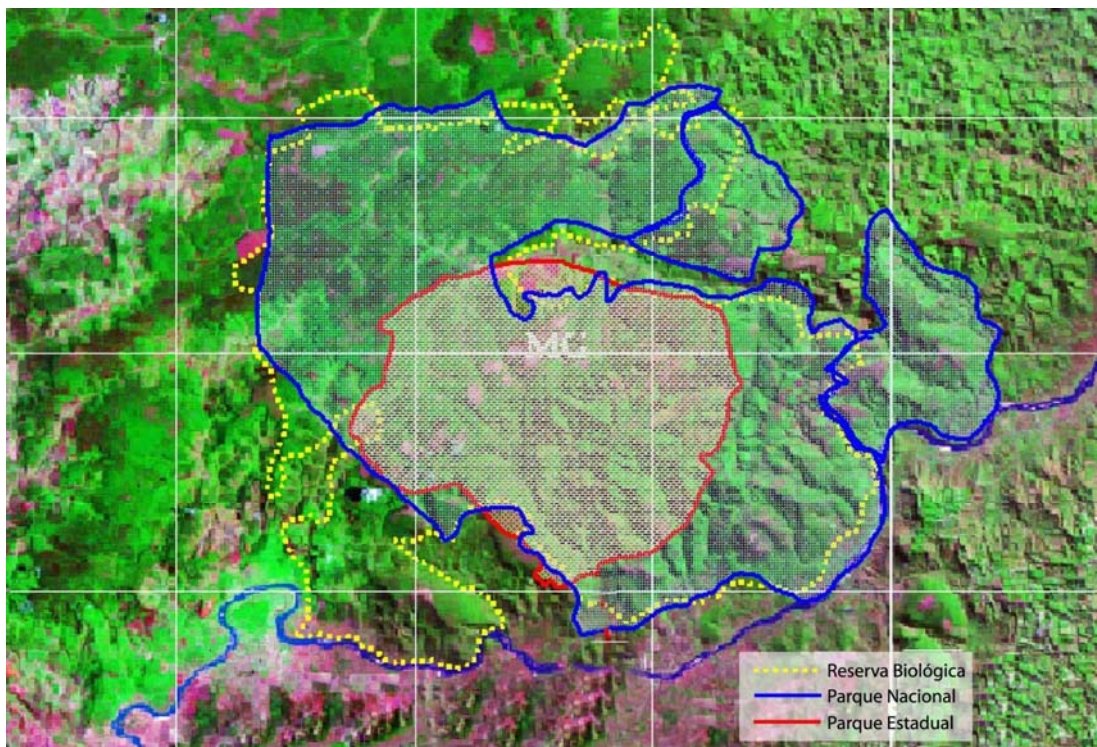


Figura 7: As propostas de UC's existentes para a região da Mata Escura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa cedido pelo diretor da Rebio.

Partindo-se do princípio pelo qual a criação de uma UC objetiva a conservação de atributos e/ou recursos naturais presentes numa localidade, a seguir discutiremos como os recursos naturais são manejados no Vale do Jequitinhonha e na região de estudo, buscando compreender se tal manejo justificaria a criação de uma UC de Proteção Integral na região.

4.7 Os Recursos Naturais no Vale do Jequitinhonha

Ao se implantar uma Unidade de Conservação, principalmente nas categorias de Proteção Integral, objetiva-se, dentre outros fins, a manutenção e, de certa forma, a perpetuação dos recursos naturais existentes na área destinada a este fim.

Nesta seção do trabalho, procura-se apresentar os recursos naturais do Vale, sem dissociá-los da percepção, concebida por gerações, de que as comunidades pesquisadas apresentam sobre os mesmos.

No Vale do Jequitinhonha, assim como em outros territórios rurais, comunidades de agricultores têm nos recursos naturais ofertados pelo meio que estão inseridas a garantia de reprodução social de suas famílias, envolvendo sua economia e sua cultura. Dependendo, quase que exclusivamente, de recursos naturais para tal reprodução não é tarefa das mais fáceis. A natureza não é lógica, precisa, “dominável facilmente como um animal de carga”, embora as consequências oriundas de um manejo inadequado de determinado recurso podem ser diretamente direcionadas, com aguçada precisão sobre o ecossistema. O trabalho com a natureza requer astúcia, capacidade de observação e adaptações constantes que vão moldando as relações estabelecidas entre o homem e seu meio, não somente com a oferta de recursos naturais, mas também as relações com seus próximos, seus vizinhos. Há uma negociação, portanto, sobre o acesso e a utilização dos recursos, isso é, quando e como utilizá-los, quem tem acesso, como proceder em época de escassez do recurso. Enfim, os ajustes ecológicos frutos dessa negociação são fundamentais para a manutenção das condições necessárias para a atividade do agricultor, do extrativista, do pescador.

Analisando os ajustes ecológicos estabelecidos entre grupos caipiras paulistas, Cândido (1979) observa modificações desses grupos em relação a seu meio devido a alterações no ritmo de trabalho. O que antes da “modernização” da agricultura, propõe o autor, era um ajustamento a um “meio total”, contínuo, representando uma totalidade cujos limites eram os próprios limites da atividade e da capacidade de mobilidade do grupo, agora ocorre num meio fragmentado, descontínuo, sugerindo novas adaptações econômicas e sociais. O meio visto como um todo pode ser melhor compreendido quando Cândido descreve que

[...] o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma per si, e de todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato. A roça, as águas, os matos e os campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade. (p.173).

Com relação à utilização dos recursos naturais por agricultores no Jequitinhonha, os recursos considerados renováveis, como capins nativos, plantas medicinais, frutos, lenha e até as caças, principalmente localizados nas áreas de chapadas, são explorados comunitariamente, embora cada família estabeleça sua área de coleta, onde o acesso ao recurso se relaciona com a sua fartura no momento. Assim, novas negociações são efetuadas em períodos de menor disponibilidade, resultando em acordos comunitários sobre o uso dos espaços (GALIZONI; RIBEIRO, 2000). A própria agricultura familiar, como observado pelos autores, também é praticada baseando-se em acordos comunitários, onde são estabelecidos critérios de acesso e utilização da terra (que pode ser de uso privado ou coletivo) e de recursos naturais, onde a gestão estabelece-se numa esfera coletiva. As áreas podem ser classificadas em áreas de uso comunitário (a comunidade, como um todo, tem acesso a área), áreas de uso coletivo (acessada por um grupo restrito de famílias da comunidade) e áreas de uso privado e alternado, observando também que o trabalho apropria a natureza e é através dele que a família constrói a posse da terra. O direito de propriedade sendo legitimado pelo trabalho exercido na terra também é observado por Martins (1995).

Faz-se relevante neste momento compreender o que vem a ser a posse da terra. Godoi (1999) utiliza como referência Lima (1954) e, para o autor,

A posse é, pelo contrário (das sesmarias e latifúndios) pequena produção agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação. (LIMA, 1954, p. 47).

Complementando, com a noção de posse surgem dois sujeitos no sistema: o posseiro e o apossado; o posseiro não possui nenhuma documentação sobre a terra, embora possua sua casa e sua roça, enquanto que o apossado possui documentação sobre sua área, porém não utiliza toda a extensão para a roça.

No sertão do Piauí, Godoi (1999) reconhece um sistema de direitos combinados onde

A terra em absoluto é classificada como inalienável, sendo o indivíduo responsável por ela diante do grupo [...] o conjunto do sistema combina os interesses do grupo e do indivíduo, limitando, pela prioridade absoluta do grupo sobre o indivíduo, as contradições que possam surgir no controle da terra e de outros recursos naturais. (p.58-59).

Ajustes sócio-culturais aos recursos disponíveis e sua melhor utilização também são observados por Cunha e Almeida (2002) em estudo na Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC), onde o extrativismo dos seringueiros é norteado pelo princípio da prudência, o “cuidado para não acabar”. Assim, em atividades como a exploração de estradas de seringa ou na caça, os moradores insistem na regulação das quantidades extraídas e das técnicas de extração. O Plano de Utilização da Reserva Extrativista recomenda, por exemplo, o não corte de estrada de seringa mais do que certo número de dias por ano, não utilizar cães na caça e não pescar com a técnica predatória da “bateção”.

Essa tecnologia extrativista é baseada na interação da riqueza natural com a disponibilidade de recursos encontrada, mantendo constante o capital natural. Segundo os autores, a técnica extrativista dos moradores da floresta do Alto Juruá é conservacionista, não por colocar a preservação da natureza acima de tudo, mas por entender a conservação como requisito para manter a “produtividade da natureza” ao longo do tempo.

Com isso, entende-se que a partir do momento no qual o agricultor reconhece sua relação de dependência dos recursos naturais, ele avalia o meio onde se encontra e estabelece critérios para sua utilização, que muitas vezes são baseados em normas sociais fundadas ao longo do tempo, que refletem a cultura, a simbologia, os significados atribuídos e também a reciprocidade entre indivíduos, e destes com seu meio, como veremos a seguir.

4.7.1 A reciprocidade no acesso e gestão dos recursos naturais no Vale do Jequitinhonha

Na seção anterior mostramos como não basta apenas a existência de determinado recurso natural para que o mesmo possa ser utilizado livremente. O acesso ao recurso, e de

como manejá-lo, é estabelecido numa construção coletiva, numa delicada interação de pessoas com seus ambientes, firmada no cotidiano social.

Veiga (2003) observa a importância de se entender primeiramente as lógicas de uso dos recursos naturais pelas populações locais, visto que uma participação realmente efetiva das mesmas na formulação e negociações de propostas passa necessariamente por um processo de reconhecimento de seus saberes, visando o estabelecimento de um processo mais dialógico na construção de alternativas de desenvolvimento, nesse caso, em especial, alternativas para a conservação da natureza.

Nesta seção do trabalho apresentamos o “fenômeno” da reciprocidade e como este pode ser um norteador de arranjos e normas para a vida social, incluindo assim o acesso e uso de recursos naturais por agricultores em áreas destinadas à conservação.

Sabourin (2003) observa que políticas públicas, como o modelo de reforma agrária adotado no país, normalmente ignoram as relações econômicas não mercantis e o próprio manejo comunitário de recursos, ignorando também as formas de poder e representação das comunidades, centrando a proposta num modelo de desenvolvimento baseado no intercâmbio capitalista, visando acumular capital e provir lucro.

Esta observação torna-se relevante também para as políticas de conservação da natureza, como a implantação das Unidades de Conservação, onde muitas vezes não são reconhecidas as relações estabelecidas entre os membros de comunidades que historicamente habitam a área, bem como destes com a natureza.

Nesse sentido, argumenta-se que há mais do que propriedade privada e lógica de acúmulo capitalista em questão: há valores que são construídos socialmente no cotidiano das relações e norteiam práticas entre indivíduos. Ademais, não somente indivíduos, mas também as coletividades se regulam mutuamente. Nesse sentido, para Godbout (1998), a dádiva pode ser entendida como tudo aquilo que, em prol da constituição e manutenção de laços sociais, não está ligado ao mercado e, tampouco, a redistribuições do Estado

Godoi (1999) corrobora observando que

[...] tais práticas são permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras mediante as quais pensam e vivem sua existência. As percepções e ações dos sujeitos estão inscritas nas condições sociais e historicamente situadas e ‘funcionam’ em um nível

mais profundo do que a realidade passível de apreensão imediata – é preciso dar luz às práticas. (p.27).

Neste cenário, Sabourin (2003, p.2) define a reciprocidade como “[...] dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade, de vínculo social [...]”, baseando sua definição nos trabalhos de Mauss, o qual, na década de 1920, realizou estudos sobre as dádivas nas sociedades ditas primitivas da Polinésia.

Citando Temple (1998), Sabourin apresenta a existência de duas lógicas econômicas, que são o intercâmbio e a reciprocidade da dádiva. Quando um dado sistema privilegia o intercâmbio, valoriza-se o interesse privado, os valores materiais; Sabourin (2003) critica esse sistema: “Os mercados (no plural) são todos relacionados com construções sociais, mas em diversos graus: no mercado de intercâmbio o interesse material e a exclusão prevalecem sobre a inclusão e o vínculo social.” (p.4).

Entretanto, quando privilegia-se a reciprocidade, prevalece valores humanos como confiança, amizade, prestígio e honra. Há, nesse caso, diversas formas de equivalência materiais e/ou simbólicas. Temple colabora com a questão, observando que esses valores humanos são constituídos (não são dados) pela institucionalização das relações de reciprocidade e redistribuição, em estruturas denominadas “estruturas de reciprocidade”, a saber:

- estruturas de reciprocidade bilateral - são as que correspondem às relações de aliança entre membros de um determinado grupo. Relações como matrimônio e compadrio, por exemplo. A reciprocidade bilateral pode ser simétrica, estabelecendo-se uma relação de amizade entre os membros ou assimétrica, produzindo o prestígio de um dos membros da relação, o doador;
- estruturas de reciprocidade terçária - envolve, no mínimo, três membros. Esta estrutura pode ser unilateral, como as de inter-gerações (avôs, pais e filhos, gerando a responsabilidade) ou bilateral. Esta última estrutura é, talvez, a mais relevante para este trabalho, pois envolve, por exemplo, a repartição de recursos comuns entre membros de uma comunidade, gerando valores de justiça e confiança.

Para Temple (1998), citado por Sabourin (2003),

Quando a estrutura ternária é bilateral ela submete o sentimento de responsabilidade a uma obrigação nova, por exemplo, equilibrar as dádivas vindo de um lado com as dádivas que circulam no sentido inverso. O objetivo do doador na estrutura de reciprocidade terçária unilateral é de dar o máximo possível, porque, mais ele dá, mais ele gera vínculo social. Na reciprocidade terçária bilateral aquele situado entre dois doadores deve reproduzir a dádiva de um e de outro de maneira apropriada. (p.5).

As normas nessa estrutura são baseadas nos interesses dos doadores, constituindo, como denomina o autor, o “seguro de vida das sociedades tradicionais”.

- Estrutura de reciprocidade centralizada – nessa estrutura há um centro de redistribuição, como o Estado, o rei, o chefe. Há, então, o estabelecimento de uma relação de obediência a esse centro.

É importante ressaltar que essas estruturas citadas são geridas por normas e regras estabelecidas na vivência cotidiana de um grupo social e não considerá-las, quando, por exemplo, na formulação de políticas públicas, pode inviabilizar a reprodução desse grupo e de seus valores.

Da mesma maneira que uma sociedade dita tradicional não é estática e, portanto, está em constante movimento e trocas com o sistema ao qual está inserida, as estruturas de reciprocidade também não o são. O sistema de intercâmbio mercantil coexiste com a dádiva, avança progressivamente no meio rural e muitas vezes encontramos situações mistas com a reciprocidade ou, muitas vezes, o primeiro se sobrepondo ao segundo.

Entretanto, há estratégias para a contínua reprodução da unidade familiar e do fortalecimento e/ou estabelecimento de laços sociais entre famílias, muitas vezes assumindo forma de prestações entre indivíduos. Podem ser citados os dotes das filhas e a oferta de ferramentas ou animais para os jovens. Tem-se no compadrio, por exemplo, a ampliação dos laços sociais; há a criação do ser e de sua sociabilidade (Sabourin, 2003). É a dádiva como estratégia de reprodução social mediante o progresso das práticas de intercâmbio.

Observa Mauss (2003) que essas prestações

[...] assumiram quase sempre a forma de regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico. (p.188).

Outra estratégia é a existência de um recurso natural comum, como a terra de conjunto, onde a apropriação pela família dá-se pela realização do trabalho (característica já citada anteriormente). A não divisão da terra dificulta sua dispersão, como a venda para sujeitos de fora da comunidade.

Porém, para o exercício da reciprocidade faz-se necessário ter o quê dar, é necessário a produção dos bens, bem como o manejo de recursos e de fatores de produção. Deste modo, são necessários recursos para produzir a dívida e, para Sabourin (2003, p.9) “A tendência natural das sociedades camponesas é procurar a realização de excedentes fáceis de conservar para consumir ou redistribuir.” Em relação ao ambiente rural o autor apresenta três tipos de relações de reciprocidade, que são as formas de ajuda mútua na produção e de organização local, o manejo compartilhado de recursos coletivos e as formas de repartição e uso da produção.

Com isso, a compreensão e o reconhecimento da reciprocidade em comunidades rurais podem contribuir para a análise do acesso e gestão de recursos naturais estabelecidos pelas mesmas e, essa análise pode auxiliar a implantação de políticas socioambientais visando à conservação da natureza, incorporando às estratégias de conservação as práticas desenvolvidas por essas comunidades.

As duas seções a seguir apresentam as formas como os recursos hídricos e a terra são utilizados pelas comunidades pesquisadas. Esses dois recursos naturais, como atestado pela pesquisa, estão diretamente relacionados com o cenário de conflito socioambiental estudado.

4.7.2 As comunidades e os recursos hídricos do Vale

Ao se questionar às famílias pesquisadas sobre o quê despertou interesse pelos órgãos ambientais para a implantação da Rebio da Mata Escura, um item freqüente nas respostas é a grande quantidade do recurso natural água na região. O fenômeno da falta, ou

acionamento de água, presente em muitas cidades e também em comunidades rurais, inclusive próximas à região, na área da Rebio parece nunca ter ocorrido.

A “fartura” de água, termo utilizado para expressar a grande disponibilidade do recurso nas comunidades, chegou a despertar curiosidade numa dada entrevista: estávamos na cozinha de uma casa conversando e aquele som de torneira aberta começou a me chamar atenção, olhei para a pia e realmente a água corria livremente por uma mangueira. Questionei, então, se estavam com problemas na torneira e a resposta que obtive revelou como se dá a relação da família com o recurso abundante: não havia torneira, a água simplesmente corria pela casa, como num simples desvio de seu percurso natural. Em geral, não há necessidade de torneiras para controlar o fluxo, tampouco de caixas d’água para armazená-la.

As comunidades são cortadas por rios e inúmero córregos, como já descrito. Em geral, as famílias utilizam a água proveniente das minas, consideradas as melhores e, geralmente, as minas encontram-se nas áreas de chapadas. O acesso ao recurso através de minas que venham a se encontrar em áreas de outrem, aparentemente, não exige muita negociação, bastando apenas informar o interesse na captação. Aparentemente com ressalvas, pois, à partir do momento em que várias famílias utilizam uma fonte comum, numa área de determinado agricultor, há o estabelecimento de uma relação de reciprocidade e de eventuais trocas, não reveladas facilmente, mas fortalecedoras de delicados vínculos sociais comunitários. A captação de água ocorre através de mangueiras, as quais, não raro, atravessam áreas de outros agricultores até chegarem ao seu destino. Em alguns casos, a mina utilizada pode se encontrar fora da comunidade, em terras de fazendeiros que permitem o acesso.

A água é utilizada para diversos fins: como consumo direto, no preparo de alimentos, na higiene pessoal, para os animais e também para as roças próximas à casa. Se a família possui um rio ou córrego que atravessa sua área, normalmente destina sua água para a criação e para as lavouras. Entretanto, para o consumo e preparo de alimentos, a água de mina é a mais desejada; se não há rios e córregos por perto, a água proveniente da mina é utilizada para todas as finalidades.

Embora, como dissemos, não haja escassez do recurso, há determinada época do ano onde este pode se apresentar menos abundante e começar a enfraquecer; este “breve”

período mais seco se dá entre duas estações de chuva bem conhecidas e dominadas pelos agricultores da região: a “boca das águas”, que ocorre a partir de setembro e a “época da neblina”, nos meses de março e abril. Vale ressaltar que nestes dois períodos anuais ocorre o plantio da principal cultura agrícola da região, a mandioca. Assim, nesse período mais “seco” no ano, as famílias podem recorrer aos rios e córregos: “a água mingua em agosto, setembro, aí começam usar rio para lavar roupa, por exemplo” (E1, M, 60 anos). Essa mesma entrevistada, ao se referir a um rio, nos fez conhecer a classificação atribuída ao recurso natural, depois frequentemente encontrada em outros depoimentos: “a água do Rio Preto é uma água grossa, doentia, já da mina é uma água fininha, sadia”.

Aprendemos assim que, a água “grossa” que corre por alguns rios e córregos normalmente é preterida em relação à água de minas, considerada mais “sadia”, por brotar diretamente da terra e que essas minas são mais encontradas nos altos de chapadas. Esse fato também é observado por Freire (2001), que pesquisando a água no Município de Turmalina, no Alto Jequitinhonha, observou que tal recurso é considerado pelos agricultores uma “dádiva de Deus, um dom oferecido pela natureza”, não existindo propriedade sobre o mesmo. Assim como no Baixo, os agricultores do Alto Jequitinhonha também classificam o recurso em “grossas” – provenientes de rios e córregos volumosos, que atravessam comunidades, carregando consigo impurezas – e águas “finas ou asseadas”, obtidas diretamente de nascentes.

Vale observar que, em ambos os casos – Alto e Baixo Jequitinhonha -, se o córrego nasce na comunidade, sua água também é considerada de boa qualidade; assim, quanto menos a água correu a montante da área da família, de melhor qualidade é considerada. A diferença dos casos está na quantidade: a água que se representa abundante no caso estudado no Baixo é escassa no Alto, sugerindo diferentes mecanismos de regulação do recurso por parte das famílias.

Ainda nos referindo a fartura do recurso na área da Rebio, a água de nascente até “surra de boa [...] e não falha de jeito nenhum”, segundo E23, H, 68 anos, que realiza a captação através de duas mangueiras, uma para a casa e outra para a roça. Porém, a água, já descrita como abundante na área da Rebio, não reflete uma realidade de todo o Baixo. Esse também é um ponto discutido pelas famílias sobre a possibilidade de reassentamento em outras áreas devido à implantação da Rebio, em especial as localizadas na margem direita

do rio Jequitinhonha, onde projetos de assentamentos rurais, como o chamado Campo Novo, já vêm apresentando dificuldades no abastecimento das famílias, fato observado por Galizoni et al. (2004).

A manutenção das minas d'água, assim como de córrego e rios existentes na área da Rebio, pode realmente ter sido um fator considerável para a escolha de uma UC de Proteção Integral na região, visto que a alguns quilômetros abaixo, em Salto da Divisa, o rio Jequitinhonha é novamente barrado - entre os municípios de Grão Mogol e Berilo o rio já foi desviado para a obra da hidrelétrica de Irapé, considerada a maior barragem em altura do Brasil e a segunda da América Latina, com 205 metros de altura - com a construção da hidrelétrica de Itapebi, cuja compensação ambiental recai sobre a Rebio da Mata Escura.

Além da água, o recurso natural solo, nesse trabalho adquirindo um caráter mais “informal” – terra -, apresenta-se como elemento relevante para a compreensão das disputas em torno da implantação da UC pesquisada. Assim, a próxima seção do trabalho procura apresentar tal recurso e algumas de suas peculiaridades.

4.7.3 As comunidades e a terra no Vale

A terra no Brasil, desde o seu “descobrimento”, teve como característica fundamental a concentração, fator relevante para a compreensão das possibilidades de acesso ou limitação ao recurso. No Baixo Jequitinhonha, como já apresentamos, a terra era concentrada no poderio das grandes fazendas pecuaristas que avançavam extensões e que carregavam consigo famílias de agregados para, além de outras funções, delimitar seus domínios. O agregado não podia, na terra de fazendeiro, implantar culturas perenes, como um cafezal, um pomar de citros e muitas vezes mesmo um mandiocal, já que essas culturas eram consideradas formadoras de “bens de raízes”, isto é, bens que asseguravam aos agricultores agregados certos direitos sobre a terra.

Entender como ocorre a utilização desse recurso natural pelas comunidades pesquisadas requer compreender como se configurou o acesso às áreas. Assim, o manejo praticado pelos agricultores pode apresentar-se similar, já que reflete aspectos culturais

transmitidos através de gerações. Porém, a quantidade do recurso disponível para a reprodução social condiciona dinâmicas próprias de cada comunidade estudada. Isso é, nas áreas de assentamentos, a atividade do agricultor é baseada na extensão de seu lote, mesmo que não seja restrito somente a ele, visto que há a prática de aluguel ou arrendamento de áreas vizinhas que não estejam sendo usadas. O que queremos dizer é que, de certa forma, a relação do agricultor como o recurso natural é estabelecida tendo o seu lote como fonte única, ou principal, do recurso: é a fonte certa, garantida e a qual o agricultor pode planejar de acordo com sua capacidade de trabalho. Essa lógica pode ser pensada para o caso da Comunidade Nova Araçatuba, diferindo-a dos demais casos com relação à possibilidade de expansão ou retração da área, através do comércio de terra. A Comunidade Maranhão, como já mostramos, é uma situação considerada “delicada” do entorno da Rebio, onde encontra-se grande especulação fundiária e comércio de terras, sendo difícil a tarefa de definir um grupo que possa representá-la. Tal especulação na comunidade também leva a conflitos internos: na pesquisa de campo, foram observadas duas casas incendiadas criminosamente enquanto seus moradores encontravam-se na cidade.

Já em relação à área do Quilombo Mumbuca, percebemos a existência de áreas cultivadas não contínuas, isso é, a extensão de terra acessada por cada família depende de sua capacidade de manejá-la através de seu trabalho; compreendemos, então, que é através do trabalho que o agricultor vai conquistando e demarcando seu domínio sobre o recurso terra, fato também observado por Galizoni (2005) e Godoi (1999). Dessa maneira, é comum ouvir relatos dos agricultores dizendo que possuem várias roças em áreas diferentes. E é interessante compreender que tal posse não é rígida, ou seja, não raro, quando alguma área não está sendo cultivada, outra família pode formar sua roça sobre ela.

Percebemos, nas comunidades, a existência de duas áreas diferentes manejadas pelas famílias: o quintal e a roça. O quintal é estabelecido próximo a casa, ao seu redor, nas terras mais baixas; a diversidade apresentada é alta: é onde se encontra a horta da família, bem como demais itens como as frutíferas (banana e citros, principalmente), café, corante (urucum), feijão, dentre outras. Já as roças são mais afastadas, onde geralmente se cultiva a mandioca.

Assim como para o recurso água, visto anteriormente, as famílias também possuem classificação para a terra: terra “mansa” e terra “braba”. A terra considerada “mansa” é a

terra baixa, próxima a rios e riachos, portanto, mais férteis. É também onde a família estabelece sua moradia e as roças. Em contraposição, a terra considerada “braba” é a terra de chapada, no alto dos morros, utilizada principalmente para a solta de animais, com predominância de espécies como a samambaia e coqueiros. As chapadas são classificadas em dois tipos: as chapadas de “areia branca” - utilizada para pastagem – e as chapadas de “terra vermelha”, com terras consideradas de melhor qualidade. Não há consenso sobre a possibilidade, ou não, de se cultivar nas chapadas. Assim, encontramos desde agricultores que apenas as utilizam para pastagem e/ou extração vegetal até agricultores que dizem preferir cultivar determinados itens nessas áreas, citando o café, o abacaxi e a mandioca. A chapada, utilizada como pastagem, disponível à toda comunidade, pode ser considerada como um recurso comum, visto que não é cercada nem delimitada individualmente. Os animais sim, “cada um tem seu ferro”, para identificação de seus donos. Assim, as chapadas, bem como as nascentes utilizadas por mais de uma família, configuram “peças” fundamentais para o estabelecimento de relações não baseadas apenas em aspectos mercantis – obtenção de vantagens econômicas – mas como pertencentes a um universo social mais amplo, de laços sociais mais rígidos e ao mesmo tempo mais delicados, onde os favores mútuos criam o cenário onde a reciprocidade, observada pioneiramente por Mauss (2003), no Jequitinhonha também pode ser encontrada.

Historicamente, as famílias iniciam o preparo da terra com a derrubada da mata, seguido do emprego do fogo. O plantio é finalmente realizado sobre os tocos remanescentes (daí o nome “roça de tocos”, ou “roça de coivara”). Nessa lógica de interação com o ambiente, a terra é cultivada por aproximadamente quatro ciclos e depois, com a diminuição de sua fertilidade natural, é deixada em “descanso”, ou “pousio” (período que pode variar de dez a quinze anos), para recompor tal fertilidade. Ribeiro (1999) considera como limitações de tal sistema de produção questões políticas (através de apropriação privada da terra), demográficas (excedente populacional levando ao maior parcelamento da terra) e ambientais (quando o tempo de pousio é diminuído, não havendo, com isso, a reposição natural necessária da fertilidade). E7, H, 36 anos, um agricultor que pretende “mudar de sistema, porque a mandioca faz muita fartura, mas a renda é pouca” e que gradualmente quer substituí-la por gado de leite em sua terra, corrobora para o entendimento desse sistema:

[...] quando se sabe lidar com a terra, até quatro vezes a produção é a mesma, depois diminui [...] aí chegou a hora de plantar pasto e passar para a frente.

Nos casos pesquisados, já não há terra disponível que permita uma rotação de áreas como antigamente nesse sistema, levando as famílias, a cada novo plantio, a se utilizarem da mesma área. Além disso, a legislação ambiental vigente, em especial a referente às Áreas de Proteção Ambiental, de certa forma também expõe áreas onde a atividade agropecuária não pode ser desenvolvida. Alguns agricultores, em especial os assentados, têm sua atividade e, conseqüentemente, sua capacidade de reprodução social diretamente fragilizada quando seu lote se localiza, de um lado, beirando rio e/ou córrego e, de outro, um morro. Assim, a área que lhes resta para a agricultura exige uma intensificação maior dos meios de produção. Percebe-se a adoção de novas alternativas para o manejo da terra, como o caso de projetos da Cáritas Diocesana com as famílias incentivando, ao invés da queima de restos de culturas, seu enleiramento ao redor das linhas de plantio, proporcionando uma adubação natural. Essa prática foi demonstrada por um agricultor, que se dizia satisfeito com o resultado.

O exemplo acima citado mostra que as relações estabelecidas entre o agricultor e seu meio natural não são estáticas. Na realidade, estão em constantes modificações (contudo, preservando a cultura que identifica seu grupo), de acordo com a disponibilidade do recurso ao longo do tempo, e também devido a fatores endógenos ou exógenos ao seu meio, fato também observado por Diegues (1998) que se dedicou ao estudo de comunidades caiçaras:

A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos. (p. 93).

O agricultor, assim, se mostra aberto para novas idéias, sabe dialogar, negociar com o meio e a decisão de incorporar - ou não - o “novo” que lhe é apresentado depende da possibilidade deste permitir sua reprodução, e de sua família, em sua terra.

Entretanto, nem todos os itens necessários às famílias provêm de sua terra. Ao serem questionadas sobre os produtos que necessitam ser comprados na cidade, observamos que óleo, açúcar, sal, sabão e arroz (esse devido a não possibilidade de cultivá-lo nas beiras de córregos, onde normalmente o era e também porque “necessita de menino para olhar”, e “hoje as crianças estão estudando mais”) foram os mais citados.

A criação da Rebio, mesmo sem sua efetiva implantação, já vem causando conseqüências para a vida rural em sua área: a abertura de novas áreas por desmate, para plantio, requer autorização prévia do IEF e tal autorização não está, segundo pesquisado, sendo de fácil acesso. O PRONAF foi bloqueado no ano seguinte a sua criação, 2004, sendo posteriormente liberado e o Projeto “Luz para Todos”, do governo federal, visando à oferta de energia elétrica às comunidades rurais, ficará inacessível às famílias abrangidas pela Rebio. Nesse período de incertezas sobre as reais desapropriações, há a idéia, por parte do IBAMA, de utilização de energia fotovoltaica para a geração de energia elétrica.

Após apresentar os recursos naturais analisados nesse trabalho e a forma como estes são manejados ao longo do tempo pelos agricultores, a seção seguinte discute a existência de conflitos, aqui denominados socioambientais, por conta da não observação, por parte de órgãos que atuam na esfera ambiental, das relações que as comunidades mantêm com o meio ambiente. Há, então, a formação de um cenário onde a natureza é o centro da questão e, onde o homem já não é mais considerado como parte dessa natureza.

5 NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A definição do referencial teórico norteador desse trabalho foi, sem dúvida, a etapa mais desafiadora. Primeiro, pelo encantamento que determinados autores das ciências sociais – em especial os da sociologia e da antropologia - exercem sobre pesquisadores oriundos das ciências ditas naturais; segundo, o não enquadramento da temática abordada numa única teoria social, assim, assumindo o risco de cometer o que chamaríamos de uma inconsistência teórica e, por fim, a própria tarefa de ir à campo ampliou os olhares sobre o objeto.

O projeto de pesquisa foi elaborado tendo como referencial central a gestão e a utilização dos recursos naturais pelos agricultores no entorno de uma Unidade de Conservação. Entretanto, já na visita exploratória realizada, constatamos que a questão base, que até forneceria suporte para o referencial anterior, seria a discussão sobre conflitos socioambientais. Não atentar para essa constatação seria, no mínimo, “fechar os olhos” e omitir a importância de uma significativa trama social que envolve cultura, religião, simbolismo, acordos, desacordos, recursos naturais (e também sociais), atores, posicionamentos e situações de disputa.

Como resolvemos aceitar o desafio do empírico, neste capítulo procuramos interagir com os aspectos teóricos relacionados à questão ambiental, mais precisamente abordando a temática referente à utilização de recursos naturais e conflitos socioambientais.

A discussão sobre meio ambiente, principalmente na década de 90, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - a Eco 92 (Rio 92 ou Cúpula da Terra) - começa a ocupar espaço em diferentes setores da sociedade, tanto públicos como privados, não se restringindo apenas a ambientalistas e a cientistas. Empresas começam a adotar estratégias em suas linhas de produção, visando atender tanto a conformidade com a legislação ambiental como um nicho de mercado preocupado com os métodos de produção. No campo político, acordos e regras internacionais são firmados entre nações, como por exemplo, as Convenções (da Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Declaração sobre Florestas) e o Protocolo de Kyoto (resultado da 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão, em 1997), entendendo-

se assim que padrões poluidores e degradatórios de recursos ambientais provocam reações não mais localizadas, isto é, os índices de poluição levam a conseqüências que extrapolam as divisas nacionais onde foram gerados e emitidos.

Assim, temas ambientais começam a chamar a atenção da sociedade civil. Questões relacionadas à água (oferta e qualidade), padrão energético, qualidade do ar e, principalmente, mudanças climáticas ocorridas devido ao superaquecimento do planeta, atualmente fazem parte do cotidiano social. Os cidadãos não são mais espectadores de acontecimentos em virtude de um desequilíbrio Homem-Natureza e, sim, tornam-se atores que causam e, conseqüentemente, sofrem as reações desse desequilíbrio, independente de sua nacionalidade e status social¹.

O meio ambiente torna-se então um espaço que contribui e começa a fazer parte da definição de agendas de ação de entidades como movimentos sociais, organizações não governamentais, setores público e privado, e da academia; às vezes aglutinando objetivos comuns e outras vezes gerando conflitos na legitimação de propostas conflitantes.

Antes de continuar na discussão sobre o ambiente como catalizador de conflitos socioambientais, veremos a seguir como a temática ambiental é absorvida, ou negada, pelas Ciências Sociais.

5.1 A “ambientalização” da Sociologia

A emergência da sociologia ambiental, também conhecida como sociologia das questões ambientais, remonta à década de 1960, muito por conta do reconhecimento do desenvolvimento industrial da época como principal fator contribuinte à degradação de recursos ambientais, muitas vezes com conseqüência irreversíveis ao mundo natural.

Nesse período pós-II Guerra Mundial, como observado por Ferreira (2006), a sociologia não dispunha nem de um corpo teórico e nem de uma tradição empírica para absorver discussões entre as relações homem-natureza.

¹ Vide a ação do furacão Katrina no sul dos Estados Unidos em 2005, enchentes inundando cidades, secas prolongadas e o aumento da temperatura em escala mundial como resultados do “efeito estufa”.

Com a temática ambiental sendo incorporada às agendas de governos, movimentos sociais, setores empresariais, “A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza [...] e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos.” (FERREIRA, 2006, p.15).

Colabora com essa situação a emergência dos movimentos ambientalistas² associada a preocupação dos já denominados efeitos globais, em meados da década de 1980.

Ferreira recorre à Buttel (1992) onde este aponta a ambigüidade entre sociologia e as ciências ditas naturais no período de formulação da primeira. Assim, para a autora,

Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências sociais, por outro, a própria necessidade de legitimação das ciências sociais exigiu uma reação contra a simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico [...]. (FERREIRA, 2006, p.41).

Ferreira (2006) e Lenzi (2006) salientam os trabalhos dos sociólogos norte-americanos Riley E. Dunlap e Willian R. Catton Jr. como os pioneiros para a criação de uma sociologia ambiental, principalmente por questionarem o sucesso que o paradigma cultural das ciências sociais parecia ter atingido, além de criticarem a ênfase em aspectos sociais e, de certa forma, a menor atenção aos aspectos relacionados ao natural.

Embora reconhecendo a “ecologização” da sociologia como campo controverso, muitas vezes com dificuldades de operacionalização e/ou interação com alguns conceitos, particularmente àqueles oriundos das ciências naturais, Lenzi (2006) propõe-se a interpretar algumas questões e perspectivas referentes à Sociologia Ambiental. Aborda seu estudo em três pontos: a modernização ecológica, o desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco (para essa última utilizando autores tais como Anthony Giddens e Ulrich Beck).

Essas três abordagens citadas, mesmo não fazendo parte do foco central dessa dissertação, merecem ser apresentadas com o propósito de se compreender suas contribuições para o aprofundamento de estudos socioambientais; tais como os conflitos estudados neste trabalho.

² Para maior reflexão sobre o Movimento Ambientalista, sugerimos Tavolaro (2001).

A chamada modernização ecológica pode ser considerada como uma transformação nos meios de produção industrial, onde a variável ambiental é incorporada aos sistemas de produção, podendo ser um reflexo da incorporação e internalização desta variável por organismos públicos. Não se busca frear a modernização, mas sim possibilitá-la de maneira mais adequada ambientalmente. Pode-se dizer que há certa relação de dependência mútua entre sociedade e meio ambiente, embora com diferentes racionalidades – ecológica, social e econômica. Nesse cenário, o Estado assume posição de condutor de tais mudanças, integrando economia com ecologia e corrigindo falhas do mercado nesse processo. Lenzi (2006), fazendo referência à Mol (1995), aponta três usos do termo modernização ecológica, primeiramente como um *novo conceito*, contribuindo teoricamente para a Sociologia Ambiental; outro uso seria considerando-a como um *conjunto de estudos* das Ciências Sociais, analisando políticas relacionadas ao ambiente que propiciariam um padrão de produção mais ecológico e, por fim, entendê-la como *programa concreto de política ambiental*, adotado por partidos políticos.

A modernização ecológica pode ser observada atualmente quando empresas buscam certificação ambiental em sua linha produtiva, como a ISO 14001, tanto para atender padrões produtivos mundiais como para diferenciar seus produtos e serviços frente a mercados consumidores mais exigentes. Além dos produtos industrializados, produtos florestais também possuem processo de certificação, em especial a certificação FSC³.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, assim como o próprio termo sustentabilidade, percebe-se sua vasta utilização atualmente, sendo motivo de críticas devido à diversidade de sentidos e interpretações que assume, o que contribuiria ao enfraquecimento do conceito. A partir do trabalho intitulado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum⁴) de 1987, esse conceito torna-se mais difundido ao redor do planeta, buscando aliar a proteção ambiental com deveres das gerações presente e futuras. Podem ser observadas algumas características que norteiam o termo desenvolvimento

³ FSC - Forest Stewardship Council – é uma certificação internacional sobre produtos florestais que reconhece o manejo ecológico e sustentável da matéria-prima florestal comercializada.

⁴ Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano realizada em Estocolmo, 1972, a ONU estabelece a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, isso em 1983, sobre a presidência da então Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, objetivando relacionar o padrão de desenvolvimento dos países do chamado Primeiro Mundo com a disponibilidade de recursos naturais. O documento final, conhecido como “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum”, foi apresentado à Assembléia Geral das Nações Unidas em abril de 1987.

sustentável, em especial o reconhecimento de determinadas atividades industriais com severas conseqüências a ambientes regionais e globais, a fragilidade de certos ecossistemas às atividades humanas e o reconhecimento de precondições ambientais aos projetos de desenvolvimento. Observa-se, assim, que a integração de interesses econômicos com exigências ambientais estão presentes nos propósitos tanto da modernização ecológica quanto do desenvolvimento sustentável (LENZI, 2006).

Finalmente, para a “Sociedade de Risco”, o autor recorre à Beck (1995), que distingue os riscos da Sociedade Industrial – SI (e culturas não modernas) da Sociedade de Risco – SR -, onde as primeiras seriam expostas a “perigos” e não, propriamente, a “riscos”. A diferença básica, então, entre perigo e risco, estaria na tomada de decisões pautada preferencialmente em oportunidades tecnoeconômicas. Assim,

Os riscos provenientes da SI estavam associados à criação e distribuição da riqueza. Encontrava-se em jogo, na SI, a luta entre capital e trabalho pelos frutos e benefícios gerados por um sistema industrial voltado para a criação de bens materiais e serviços. Na SR, ocorre um processo distinto. A principal disputa não se dá em relação ao acesso e a distribuição desses bens, mas, antes, ao poder de evitar ou distribuir os males provindos da própria modernização. (LENZI, 2006, p.133).

A situação de risco na atualidade adquire a face de catástrofes, tanto resultante do avanço de tecnologias como a química, nuclear e biológica (incluindo aí a genética) como por intervenções humanas diretas no equilíbrio ecológico, desencadeando respostas ambientais a essas intervenções, vide o aquecimento global. A ciência, nesse caso, não é isentada de uma relação direta com a produção de riscos. Beck (1992) citado por Lenzi (2006) analisa que

Riscos dependem simultaneamente da construção científica e social. A ciência é uma das causas, o meio de definição e a fonte de soluções aos riscos, e por virtude desse fato, ela abre novos mercados de cientificação para si mesma. (p.137).

A citação acima permite remeter a um raciocínio sobre o papel da ciência moldando bases teóricas, e até metodológicas, em relação à preservação da natureza através da implantação de Áreas Protegidas, com avanços nos estudos da Biologia da Conservação (citado anteriormente), ecossistemas, capacidade suporte de habitats, entre outros. Deste

modo, estaria assim envolvida, conseqüentemente, em conflitos de variadas ordens – política, econômica, social -, por conta de seus avanços e inserção em outras esferas da vida social.

5.2 A natureza no centro de disputas e conflitos

Conceber a natureza apenas como fonte de bens materiais e energia conduz a uma análise que a isenta de sua função de aglutinadora de diversas formas sociais de apropriação e significação.

Nesse sentido, ao se relacionar a vida social com a base de recursos naturais, três tipos de práticas podem ser distinguidas: as *práticas técnicas*, como as transformações no ambiente e os modos de utilização da base ambiental; as *práticas sociais*, através de diferentes mecanismos de apropriação social do mundo material; e as *práticas culturais*, onde são conferidos significações ao ecossistema, através de diferentes percepções e representações (ACSELRAD, 2004b). Sendo as práticas técnicas responsáveis diretamente pelas transformações ecossistêmicas praticadas por atores sociais - agricultores, extrativistas, mineradores, e outros – Acselrad (2004b) acrescenta que

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais. (p.15).

Portanto, os usos atribuídos à determinada área por uma comunidade expressam o modo como as famílias constroem significados e interpretações ao mundo natural que lhe é apresentado; compreende-se, pois, a relevância de formas culturais como condicionantes de interações entre indivíduos e o ambiente natural.

Porém, essas formas de interações podem levar a diferentes compreensões por parte de atores não inseridos na mesma lógica de ação, residindo aí, muitas vezes, as principais causas de conflitos ambientais.

Tem-se, assim, o meio ambiente como objeto de disputa; porém, frequentemente, o que vem a ser disputado não está codificado somente em números e, sim, reflete outras concepções que articulam os universos material e social, este último incluindo a cultura, a religião e o simbolismo. Como observado por Acselrad (2004a)

Os objetos que constituem o ‘ambiente’ não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de eletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc. (p.7).

Gerhardt e Almeida (2002) analisando a problemática ambiental, observam que mesmo essa se apresentando nos últimos anos como modeladora de novos valores, sejam éticos e/ou políticos, não é tão recente e inédita como parece:

Ou seja, mesmo para aquelas civilizações mais antigas (em termos cronológicos) como os ‘povos primitivos’ do neolítico, ou ainda para as sociedades surgidas no limiar da ‘idade da razão’ após o século das luzes, problemas ambientais sempre ocorreram e estiveram presentes na pauta de discussão dessas mesmas sociedades. (p.1).

Alguns fatores contribuíram para uma maior “visibilidade” dos conflitos, principalmente a partir do século XVIII, dentre eles o próprio aumento da população humana; a ciência desenvolvendo a indústria bélica e o crescimento do Estado-Nação e a ampliação de sua capacidade de intervenção e mobilização de recursos para controle social, através de elaboração de leis e criação de novas instituições. Assim, aumentam as possibilidades de conflitos, mas também, a capacidade social de interpretação e intervenção sobre os mesmos, destacando-se a diplomacia como o principal mecanismo de regulação de situações conflituosas entre Estados (BARBANTI JÚNIOR, 2002). O autor divide em quatro os campos teóricos na abordagem de conflitos sociais, focadas em:

I) características do indivíduo, destacando a personalidade de cada indivíduo envolvido numa situação de conflito como fundamental nos processos de negociação, moldando suas respostas frente às circunstâncias apresentadas;

II) processos racionais/matemáticos⁵, são as identificadas como teorias formais, que se operacionalizam através de fórmulas estatísticas e/ou econométricas para a elaboração de teorias, como a teoria dos jogos, aplicada em empresas com ambientes institucionais definidos;

III) processos estruturantes, aqui o foco de análise são os elementos que exercem influência ou condicionam a organização das sociedades. Assim, solucionar um conflito está relacionado com reestruturar aspectos sociais e,

IV) processos sociais, onde as teorias provêm de várias áreas do conhecimento. O conflito é entendido como um processo em si mesmo, sendo necessária a compreensão dos elementos que configuram relações entre as partes envolvidas no conflito.

Ainda em relação aos processos sociais, Barbanti Júnior acrescenta que as teorias desse campo utilizam-se de uma perspectiva funcionalista e, que seus argumentos baseiam-se num conjunto semelhante de suposições, descritas por Northrup (1989), destacando que a) os atores envolvidos numa situação de conflito relacionam-se com o mesmo de forma racional e mantêm a racionalidade nos processos de negociação; observa também que os atores podem não interpretar adequadamente vários aspectos do conflito (interesses particulares e trajetórias de vida diferenciados), o que leva à b) esclarecimento de *percepções equivocadas* através de atividades de comunicação visando uma dinâmica racional nas tomadas de decisão; c) esses princípios citados podem ser aplicados para diferentes níveis de conflitos; finaliza supondo que d) é possível o estabelecimento de soluções pacíficas para conflitos e que “Conflitos de longa duração são prejudiciais para as partes, e que portanto uma solução rápida para os temas em questão seria ideal, ainda que elementos do conflito permanecessem não resolvidos.” (p.17).

Hannigan (1995) estudando a formação de uma perspectiva ambiental, cita os autores Spector e Kitsuse como desafiadores da abordagem funcionalista⁶ - que considera os problemas sociais como produtos diretos de condições objetivas - e defensores de uma

⁵ Para maior detalhamento dessa teoria, consultar Richardson (1960).

⁶ Nas Ciências Sociais a análise funcionalista refere-se a uma orientação metodológica onde os fenômenos empíricos, em vez de suas causas, são considerados o centro da investigação. Tal análise surge quando noções desenvolvidas e aplicadas nas áreas da biologia são incorporadas às análises sociais (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Em contraposição, a proposta construtivista concebe o fato, como um conflito socioambiental por exemplo, como um processo social de construção coletiva, veiculado por indivíduos ou grupos (HANNIGAN, 1995).

proposta construtivista dos problemas. Para tais autores, não há condições estáticas e sim acontecimentos gerados em coletivas decisões, onde pessoas determinam e dão significado a seu mundo. Assim a definição de problemas sociais para Spector e Kitsuse (1973) citado por Hannigan (1995) é: “[...] as actividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis.” (p.48)⁷.

Entretanto, essa visão construtivista dos problemas também apresenta controvérsias, principalmente por negar a existência de fatores de reais impactos negativos à vida ao abandonar resíduos objetivos dos funcionalistas na construção dos problemas.

5.3 Os Conflitos socioambientais

Muitas vezes as causas de uma situação de conflito não expressam simplesmente questões consideradas objetivas (ZHOURI et al., 2005), como por exemplo, a diminuição da quantidade de determinado minério numa área extrativa ou a proibição da caça/pesca de uma espécie numa certa época do ano.

O conflito pode apresentar-se mais complexo do que aparenta à primeira vista; desse modo, ao caracterizá-lo como ambiental ou social, podemos estar desconsiderando sua complexidade, excluindo-o de uma possível interação de categorias. Como observado por Acselrad (2004b)

A redução das formas de apropriação do mundo material a respostas adaptativas aos constrangimentos do meio não permite, porém, captar em sua integralidade o conteúdo político, portador de projetos, presente nos conflitos que tensionam os modos hegemônicos pelos quais se distribuem as distintas formas sociais no espaço. (p.17).

O autor lembra também a possibilidade de considerar os conflitos ambientais numa abordagem mais econômica, onde um dado conflito poderia se dar por duas maneiras, a

⁷ As citações da obra de Hannigan neste trabalho respeitam o idioma da edição utilizada, o português de Portugal.

distribuição de externalidades – dificuldades daqueles geradores de impactos negativos assumirem e corrigirem as conseqüências causadas –, e a outra devido ao acesso e usos de recursos naturais, principalmente em relação a sua propriedade, associado a “[...] espaços sociais que escapam à ação do mercado, envolvendo recursos que não têm preço e que não são objeto de apropriação privada.” (p.18), podendo ser citadas como exemplos áreas tradicionalmente ocupadas, como remanescentes de quilombo, caiçaras, entre outras.

Opta-se, então, pelo termo conflito socioambiental, pretendendo, com isso, proporcionar uma compreensão mais ampla do emaranhado de detalhes envolvidos. A própria temática do presente trabalho corrobora com essa opção. Os principais conflitos relacionados às áreas protegidas no Brasil referem-se à regularização fundiária das terras destinadas à conservação. Então, por mais detalhado que seja um ecossistema, com informações sobre fauna e flora, hidrografia, pedologia etc, que justifiquem sua relevância para conservação, a não atenção, à priori, da situação fundiária (conhecer possíveis imóveis e previsão de recursos financeiros para desapropriações) pode comprometer a eficácia de implantação de uma UC.

Para a definição de conflitos socioambientais, Little (2004) colabora:

São embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamentos ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural... quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico. (p.01).

Contribui nessa questão Hannigan (1995) observando que problemas sociais recorrem ao que o autor considera *argumentos morais*, enquanto que problemas ambientais têm origem em *eventos factuais*, estando esses últimos ligados aos avanços e demandas científicas. O autor define seis fatores considerados por ele necessários para a construção de um problema ambiental, que são:

1. Autoridade científica para a validação das exigências; 2. Existência de ‘propagadores’ que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência; 3. Atenção dos meios de comunicação social onde o problema é ‘estruturado’ como novidade e importante; 4. Dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; 5. Incentivos econômicos para tornar uma ação positiva. 6. Emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade. (p.75).

Observa-se então que a dificuldade de definição de conflito emerge na própria complexidade de caracterizar o ambiental como um espaço específico de construção, manutenção e dissolução de conflitos. Cabe também lembrar que muitas vezes a natureza é considerada apenas fonte de recursos para os processos de reprodução de modelos de desenvolvimento numa sociedade, um desenvolvimento parcial (pois não beneficia a todos) que gera tensões e possibilidades concretas de emergência de conflitos; como exemplo pode ser citado o bioma onde esse trabalho se insere, a Mata Atlântica.

O bioma, devido a ocupações e explorações desde a chegada dos portugueses, sofre forte pressão antrópica, resultando em perda considerável de áreas originais, para o desenvolvimento de cidades e maior conforto aos cidadãos. Entretanto, a pressão para a preservação do que ainda resta da Mata Atlântica recai justamente sobre aqueles que não se beneficiaram diretamente da vida moderna, que têm na base ambiental fornecida pela Mata condições de reproduzirem-se e identificarem-se socialmente. Em suma, ao campo é delegado a função de preservar aquilo que o urbano ainda não conseguiu atingir.

5.3.1 A construção dos conflitos socioambientais – surgimento, manutenção e declínio

Como vimos anteriormente, a construção de um problema social pode não se dar diretamente por conta de uma causa, um motivo objetivo. Este trabalho compartilha do entendimento de que um conflito é fruto de uma definição coletiva. Isto é, a construção, permanência e dissolução de uma dada situação conflituosa envolve uma gama de personagens, aqui denominados atores, que, coletivamente, colaboram na definição da trajetória, ou fases, que o conflito assumirá (HILGARTNER; BOSK, 1998; FUKS, 1998, 2001; ACSELRAD, 2004 a/b, 2005).

Mesmo definindo o que seria a trajetória de um problema social, vale lembrar que suas fases não são estanques, isoláveis e, sim, as fases existem simultaneamente no desenrolar de uma situação de conflito. Ademais, os próprios conflitos interagem entre si nos processos de definição coletiva, principalmente competindo por atenção pública que o

firmará como um conflito reconhecido e estabelecido socialmente. Assim, como analisado por Hilgartner e Bosk (1988), os problemas sociais “[...] existem em relação e outros problemas sociais e são embutidos dentro de um complexo sistema institucionalizado de formulação e disseminação de problemas.” (p.2).

Os autores propõem um modelo para estudar os problemas sociais à partir de um cenário denominado arena de discurso e ação pública, onde além de estudar a evolução de um problema social, também é possível analisar os atores envolvidos nas discussões em torno de tal problema, qual sua origem, como se organizam, se agrupam, quais são as propostas defendidas e os discursos aplicados. Enfim, observar que os atores também evoluem com as arenas. Porém, Hilgartner e Bosk estão interessados em focalizar seus estudos na competição, assumindo que a atenção pública é um recurso escasso, alocado por competição em um sistema de arenas. Mas, afinal, o que é uma arena pública?

A arena pode ser compreendida como um espaço de elaboração e disseminação de versões ou entendimentos alternativos sobre um assunto público, onde definir um problema social envolve duas dimensões: o debate e a ação, em constantes interações. Numa arena, grupos organizados como sindicatos, associações, Igrejas, organizações não governamentais, poder público e outras estão em constante exercício de debate argumentativo, objetivando a legitimação de suas propostas apresentadas no cenário de discussão. Para os autores, o modelo investigativo possui seis elementos centrais, citados abaixo:

- I) Processo dinâmico de competição, onde essa ocorre entre situações que podem ser concebidas como um problema, através do processo de definição coletiva. A competição se dá objetivando a entrada, e posteriormente a permanência, de um problema na agenda pública de debate;
- II) As arenas institucionais, consideradas os “ambientes” onde os problemas se configuram, tomam forma, se desenvolvem; portanto, nesses espaços “[...] os problemas sociais são discutidos, selecionados, definidos, moldados, dramatizados, empacotado e apresentados ao publico.” (HILGARTNER; BOSK, 1998, p.5);
- III) Capacidades de carga ou suporte das arenas, pois cada arena possui um número limitado de problemas a serem debatidos (daí a relevância do processo de competição entre os mesmos). Então,

Mais importante, as capacidades de suporte limitam o tamanho do programa de trabalho político e social. Em outras palavras, o número de problemas sociais é determinado, não pelo número de situações prejudiciais ou perigosas e condições que enfrentam a sociedade, mas pelas capacidades de suporte das instituições públicas.” (HILGARTNER; BOSK, 1998, p.6).

Assim,

“[...] a ascensão de um problema social tenderá ser acompanhada pelo declínio de um ou mais outros.” (HILGARTNER; BOSK, 1998, p.7).

IV) Princípios de seleção, que são os fatores institucionais, políticos e culturais que exercem influência sobre a manutenção de formulações de problemas numa determinada arena. Os autores citam alguns princípios como o drama, a novidade, o perigo da saturação, a vida organizacional, preocupações culturais e políticas e a própria competição;

V) Padrões de interação entre diferentes arenas, são citadas a retroalimentação e sinergia que possibilitam as atividades de uma determinada arena extrapolarem para outra (s) arena (s); e,

VI) Redes de operações, que promovem e controlam problemas particulares e atuam sobre canais de comunicação que perpassam diferentes arenas.

No âmbito desse trabalho, investigar como a temática dos conflitos ambientais é apresentada em espaços de debate – as arenas - requer um exercício de compreensão da polaridade universal-particular que pode ser atribuída ao meio ambiente. Universal tomando o meio ambiente como um bem público, “de todos”, e particular quando se observa as posições locais postas em debate. Assim, a ameaça à sua disponibilidade como um bem público (necessidade da sociedade como um todo) e universal torna as questões referentes ao meio ambiente, como os recursos naturais, um problema, aqui considerado socioambiental.

Tal universalidade do meio ambiente recebe críticas principalmente pelo fato do meio ambiente, como um bem coletivo, pertencer a um grupo restrito ou porque os custos e benefícios da proteção ambiental tendem a ser localizados, concentrados, desigualmente distribuídos, como observado por Fuks (1998),

[...] variando em função dos recursos de que dispõem os diversos grupos para atuar no contexto da política local [...] a universalidade do meio ambiente expressa o projeto de um determinado grupo no sentido de tornar universais seus valores e interesses. (p.4).

Analisando conflitos ambientais no Rio de Janeiro, Fuks (1998, 2001) o qual compartilha da perspectiva proposta por Hilgartner e Bosk (1998), observa que “A condição necessária para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social é o seu reconhecimento como assunto público.” (FUKS, 2001, p.48), isto é, assume *status* de assunto público.

Para Fuks (2001),

[...] a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade ‘objetiva’ dos problemas em questão. (p.48).

Com base nesse raciocínio, pode-se inferir que por mais devastada que esteja a Mata Atlântica e, portanto, haja grandes esforços para preservar os últimos fragmentos do bioma, principalmente implantando Unidades de Conservação, essa “gravidade objetiva” por si só pode não alçá-la ao patamar de um problema ambiental se uma dinâmica política, social e até econômica e cultural não for deslocada para a questão. Então, uma situação/condição objetiva necessita de um “pano de fundo”, uma base estruturada para acomodá-la e torná-la objeto de debate e, principalmente, de interesse público. Esse ambiente acomodador de um possível problema ambiental, nesse trabalho, é de certa forma construído pela ação de grupos ambientalistas, os quais chamam a atenção para as altas taxas de devastação do bioma. Assim, Hannigan (1995) acrescenta que

[...] pode-se interpretar a história da proteção ambiental a partir da posição que os movimentos ambientais têm sido muito mais bem sucedidos na entrada na ampla lista da agenda internacional, do que conseguir a institucionalização das suas políticas no âmbito dessa agenda, especialmente onde essas políticas possam requerer a realocação de fontes longe de interesse e capitais em larga escala e actores burocráticos do Estado. (p.67).

5.3.2 Atores e formuladores de problemas ambientais

Como se parte do entendimento de que problemas ambientais são construções sociais coletivas, anteriormente apresentou-se o cenário aonde os mesmos são encaminhados – as arenas de debate. Assim, se há um cenário, conseqüentemente há atores ocupando-o e legitimando seu espaço. Mesmo não sendo objeto desse trabalho centrar o estudo nas lógicas de ações dos atores sociais envolvidos na questão da implantação da Rebio da Mata Escura, breves considerações sobre o papel desses atores, no desenrolar de um processo de situação conflituosa, inclusive como formuladores desta, revelam-se relevantes. Corrobora com tal relevância o fato de que muitos desses atores também serem mediadores sociais, com estreitas relações com as comunidades envolvidas direta ou indiretamente com a UC, isto é, com outros atores que não participam ativamente do debate - e muitos o desconhece -, mas que são, ou serão, os diretamente afetados.

Uma reflexão necessária a se fazer em relação ao ator social evoca sua trajetória de vida. Esse ator, ao procurar legitimar sua proposta numa arena pública, carrega consigo um acúmulo de experiências, de planos coletivos e também pessoais, de projeção profissional, de frustrações, além de interesses políticos e econômicos.

Uma arena pode abrigar, portanto, uma gama diversificada de atores e formuladores sociais com diferentes trajetórias, o que pode implicar em diversos posicionamentos em relação a uma situação de interesse mútuo.

Hannigan (1995) levanta algumas questões acerca das características dos formuladores de demandas, dentre elas, se os mesmos estão filiados em movimentos sociais ou em alguma outra organização específica, interesses de quem estão a representar (próprios ou de terceiros) e, se possuem experiência em relação à demanda que se apresenta. Essa última questão merece comentários. O fato de estar inserido numa arena de debate, legitimando sua posição através de defesa ou refutação de determinada proposta, não significa que o formulador seja conhecedor do emaranhado de detalhes e implicações que a mesma possa conter. Assim, numa arena de conflito ambiental, para muitos o meio ambiente é apresentado e discutido pela primeira vez, podendo implicar com isso que a

questão cerne da discussão – o meio ambiente - pode ficar como item periférico nesse cenário de debate.

Como observado por Hilgartner e Bosk (1998) os atores que apresentam demandas evoluem com as arenas aonde essas são encaminhadas. Evoluir numa arena – participar ativamente das discussões, apresentar demandas, se interar sobre temas até então nunca trabalhados, articular-se com demais atores e até mesmo com demais arenas - pode ser condição básica para sua permanência na mesma. É interessante perceber também que além da evolução dos atores, as reivindicações apresentadas vão “moldando” o problema. Assim, as discussões, disputas, acertos e encaminhamentos durante o desenvolvimento de uma questão na arena podem configurá-la diferentemente de como a mesma foi apresentada do debate. Portanto, um problema num espaço de arenas públicas não é algo acabado, intocado; ele pode sofrer variações com a evolução da capacidade de negociação dos atores envolvidos. Nessa negociação, para os autores, “[...] nem todos os atores que negociam os problemas sociais podem ser considerados ativistas. Para alguns, os problemas sociais são apenas outro dia no escritório.” (p.4), enquanto que, para outros, “o futuro está em jogo” ou, ao menos, sua capacidade de reprodução social. Essa passagem pode se referir a duas categorias de atores envolvidos nesse trabalho: técnicos de órgãos públicos ligados ao meio ambiente e agricultores (as).

Assim, essa diversidade de atores envolvidos num conflito, como vimos, vai direcionando o rumo do mesmo, do tom das discussões, do surgimento e abandono de propostas. A arena constitui-se então um ambiente de interatividade social, de prática política. Entretanto, tal diversidade de atores oriundos de diferentes origens pode direcionar o debate para fora de um foco central, isto é, tratando-se da temática desse trabalho, para fora do debate ambiental, como observado por Fuks (2001) que expõe que

[...] se, por um lado, vários grupos organizados tendem a incorporar a variável ambiental às suas demandas, por outro, grande parte dos conflitos formulados – ou reformulados – a partir de uma perspectiva ambiental não é o desdobramento de um movimento construído em torno da defesa do meio ambiente. (p. 26).

E, ainda,

Nem todos os setores da sociedade entram na arena do conflito ambiental e contribuem (a partir de suas demandas, valores e interesses) para o processo de definição do meio ambiente como problema social. As versões disponíveis no debate público são aquelas apresentadas pelos grupos sociais que possuem o recursos (organizacionais e simbólicos) apropriados para encaminhar suas demandas de proteção ambiental ao campo judicial (ou outra arena pública). (p.26).

A reivindicação de um problema numa arena requer um preparo, digamos de idéias, por parte do proponente. As idéias concebem, portanto, um universo argumentativo, de estratégias argumentativas (FUKS, 2001) onde a dramatização dos fatos adquire papel relevante para alçá-los como problemas (HILGARTNER; BOSK, 1998). Uma argumentação contextualizada é, antes de tudo, pensada e planejada; normalmente é carregada de valores, associados a características culturais, como simbologias e crenças locais. Incorporar o drama à argumentação, portanto, é uma maneira do problema proposto sobreviver à competição existente entre demais problemas num espaço de debate.

Cardoso (2006), analisando os conflitos socioambientais resultantes da implantação do Parque Estadual Delta do Jacuí, localizado na região metropolitana de Porto Alegre (RS), propõe um modelo de interação entre arenas públicas, conforme apresentado na Figura 8:

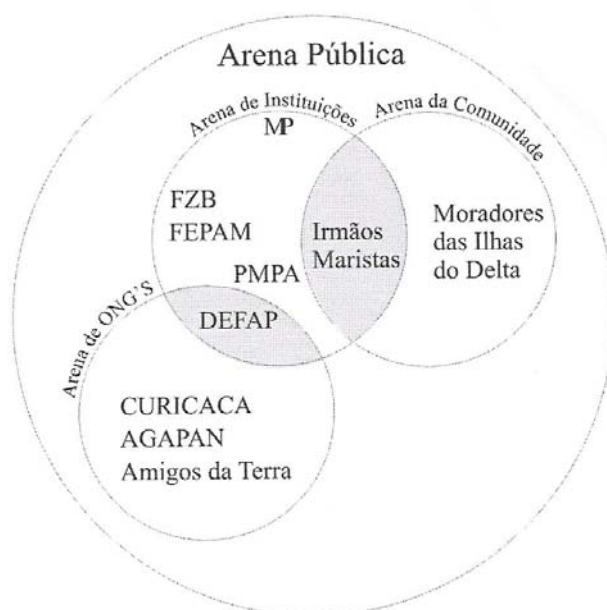


Figura 8: Arena Pública e o Parque Estadual Delta do Jacuí/RS

Fonte: CARDOSO, 2006, p.90.

Vale lembrar que o Parque Estadual Delta do Jacuí foi criado em 1976. Assim, com trinta anos de criação, embora não implantado efetivamente, a autora pôde traçar um panorama das entidades⁸ envolvidas nos conflitos durante esse período, os posicionamentos – e suas alterações –, o avanço das propostas, os impasses e as negociações existentes. Verificou também o desenvolvimento de relações entre o grupo de moradores que habitam a área, de ONG's e de instituições públicas. A autora pôde constatar como num sistema de arenas os temas apresentados surgem, se mantêm, enfraquecem ou simplesmente são substituídos por outros, configurando um espaço em constante transformação e mobilidade. Tais alterações foram refletidas na própria gestão da UC, a qual avançou de uma gestão conservacionista para uma de caráter mais populista.

Já no caso da Rebio da Mata Escura, o conflito ainda é recente, está se moldando, se configurando. As entidades e comunidades estão começando a ter que lidar com o mesmo,

⁸ As entidades com os nomes abreviados são: MP – Ministério Público, FZB – Fundação Zoobotânica, FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Roessler, PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, DEFAP – Departamento de Florestas e Áreas Protegidas e AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção Ambiental.

a desbravá-lo, a conhecê-lo mais claramente; o cenário de negociação está se formando e não se sabe quanto tempo isso demandará. Novas arenas poderão ser constituídas, bem como outras enfraquecidas. Assim, mesmo reconhecendo a existência de outros espaços de discussão que baseiam as entidades na formulação de suas propostas encaminhadas à negociação, como o meio científico, a mídia⁹, dentre outros, optamos por analisar duas arenas que consideramos como aglutinadoras do processo gerador das propostas negociadas: a Comissão Pró-defesa da Mata Escura e o Grupo de Trabalho da Mata Escura.

5.3.3 A Comissão Pró-defesa da Mata Escura: o retorno ao projeto de Parque Estadual da Mata Escura

A criação de uma UC na região, na categoria de Reserva Biológica e, principalmente, com a área total que foi estabelecida, criou um cenário de insatisfação e incertezas por parte de entidades e lideranças locais que, no mês de dezembro do mesmo ano, 2003, juntos, constituem a Comissão Pró-defesa da Mata Escura. Essa Comissão, formada, na época (na ocasião da pesquisa nem todos participavam) por representantes da CONTAG, FETAEMG, STR de Jequitinhonha e Almenara, Paróquia São Miguel, Cáritas Diocesana, CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) de Jequitinhonha, Câmara Municipal de Jequitinhonha e Associação dos Remanescentes de Quilombos Mumbuca, representa o principal veículo crítico e de negação à Rebio da Mata Escura, propiciando uma esfera de debates e discussões.

Com o apoio de políticos da região, a Comissão consegue marcar uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, realizada no primeiro semestre de 2004. Em decorrência dessa reunião, onde a insatisfação e novos números sobre o impacto da Rebio na região foram apresentados, o MMA determina a realização de novos estudos

⁹ A mídia exerce relevante influência na divulgação de assuntos que podem ser alçados ao status de um conflito socioambiental por exemplo, bem como contribuir para a permanência, a ascensão ou o declínio da discussão em torno de um assunto. Atualmente, presenciamos a grande atenção dispensada por parte dos veículos de comunicação às questões referentes ao aquecimento global. Sobre a Rebio da Mata Escura, questões acerca de sua implantação ainda não são muito veiculadas pela mídia; porém, anexamos ao final deste trabalho algumas reportagens que nos permitem compreender como a UC está sendo divulgada.

visando uma análise com maior detalhamento dos reais impactos sociais gerados com a UC. Assim, a FUBRA – Fundação Universitária de Brasília – é chamada para organizar tal estudo; para a realização do trabalho de campo, tal entidade contrata a Universidade Federal de Lavras para o trabalho intitulado “Levantamento Fundiário da Reserva Biológica da Mata Escura”, cujos resultados finais foram publicados em março/2005.

O levantamento foi declaratório, não se exigindo documentação comprobatória sobre as condições apuradas. A equipe técnica de Lavras contou com a ajuda em campo de pessoas indicadas pela Comissão Pró-defesa da Mata Escura para acompanhá-la. Embora apresente um quadro socioeconômico sobre as famílias do interior da Rebio, as informações contidas no relatório são questionadas pela Comissão, para a qual “o laudo não coincide com a nossa realidade [...] talvez houve algum desvio na hora de formatar o documento”, segundo o STR.

Então, a partir do levantamento realizado, o MMA institui, através da Portaria nº 354 de 06 de dezembro de 2005, um GT - Grupo de Trabalho, com a finalidade de “[...] estudar e propor medidas para solucionar a situação das comunidades residentes no interior da Reserva Biológica da Mata Escura, no Estado de Minas Gerais.¹⁰” (BRASIL, 2005). A primeira reunião do GT ocorre na cidade de Belo Horizonte, em 24 de maio de 2006, onde o MMA apresenta-se disposto a alterações no mapa da Rebio, bem como salienta a necessidade de um consenso para elaboração de uma proposta a ser encaminhada para aprovação. Pela dificuldade de entidades locais participarem dessa primeira reunião, decide-se que a segunda se realizaria no Vale. Assim, o grupo se reúne novamente em 20 de junho de 2006, no Município de Jequitinhonha, na sede do STR. Essa reunião, presenciada pelo pesquisador, será analisada posteriormente.

Além da exclusão social, outro impacto sugerido pela Comissão é o comprometimento do abastecimento do município. Nesse sentido, analisa que boa parte da produção comercializada vem “do outro lado do rio”, isso é, das comunidades abrangidas pela Rebio. Assim como o número de famílias afetadas não é consenso entre entidades, o impacto sobre o abastecimento local também não o é. Ora, pode ser observado que a produção das famílias é direcionada, quase que exclusivamente, para a feira-livre; já as

¹⁰ O documento encontra-se em anexo ao final do trabalho.

demais casas comerciais são abastecidas com hortifrutis pelos CEASA's de Governador Valadares e de Belo Horizonte.

Percebe-se a existência, portanto, de uma situação de impasse. A definição do futuro das comunidades do interior e do entorno direto da Rebio depende da capacidade de articulação e de negociação por parte das entidades que as representam. Entidades que também têm interesses, que se posicionam e defendem propostas e, muitas vezes, recusam a aceitação de argumentos contrários.

A seguir é apresentado o Grupo de Trabalho da Mata Escura, instituído pelo MMA para a solução do impasse estabelecido acerca das reivindicações apresentadas pela Comissão Pró-defesa da Mata Escura.

5.3.4 O Grupo de Trabalho da Mata Escura e a difícil conciliação das propostas

É chegado então o momento onde se realiza a reunião do GT da Mata Escura, a segunda desse grupo e a primeira realizada no município que sedia a maior parte da Rebio, Jequitinhonha. O local foi estrategicamente determinado, o salão de eventos do STR, localizado ao lado da sede do mesmo. As principais entidades envolvidas no conflito estavam representadas, como MMA, IBAMA, INCRA, STR, prefeituras, Igreja, além dos representantes das comunidades. Desta vez, a ausência da EMATER bem como do IEF – entidades que atuam diretamente com a área da Rebio e suas comunidades - foi notada, inclusive pelas demais entidades presentes que até sugeriram convocá-las no momento, mas sem êxito, pois seus representantes não foram encontrados. Esse momento de discussão e negociação, embora numa arena pública, não chegou a ser divulgada no município, o que poderia propiciar maior amplitude de participação da população urbana, ficando a discussão precisamente delimitada nos impactos sociais da Rebio para as famílias afetadas com sobreposição, isso é, famílias rurais. A arena é marcada por um clima de tensão, reflexo de tentativas de negociação, de acusações mútuas e também, em certos momentos, do desconhecimento dos detalhes que as propostas envolvem. Assim, os discursos vão desde o

reconhecimento de um “equivoco”, por parte do MMA, até a proposta de uma greve de fome, defendida pela Igreja. Os encaminhamentos desse encontro já foram mencionados anteriormente, e uma nova reunião do GT é aguardada para novas apresentações e negociações.

Como conflito recente, as entidades, principalmente as sociais, estão ainda por ser firmar, legitimar posições e até mesmo conhecer com mais propriedade a temática envolvendo a implantação de uma UC. O presente conflito socioambiental estudado pode se estender por tempo maior que o esperado, enquanto não houver acordos que, num ambiente de negociação, exigem a flexibilidade de posições até então bravamente defendidas; isso é, barganha-se cedendo por um lado em troca de um ajuste favorável do outro.

Caso não seja possível uma proposta única consensual para a elaboração de um Projeto de Lei contendo as alterações para a Rebio, a ser enviado ao Congresso Nacional, o MMA/IBAMA pode vir a apresentar uma versão enquanto a Comissão, com o apoio de um representante político, como um deputado, por exemplo, pode submeter uma outra diferente. Começar-se-á um novo ciclo de debates e negociação, que envolverá articulações políticas, poder de convencimento e, infelizmente, um projeto final aprovado que possa não contemplar os propósitos sociais e atributos naturais em jogo.

Fica mais evidente que o conflito socioambiental apresentado não é devido à situação de degradação que historicamente vem sofrendo o bioma Mata Atlântica, mas sim a uma percepção de como, por parte de órgãos ambientais, comunidades rurais concebem relações entre si e com a base ambiental, como se essas relações fossem sempre prejudiciais à natureza, ou ainda, como se essas comunidades fossem as reais degradadoras do meio ambiente que se pretende conservar.

A seção seguinte apresenta as propostas acerca da implantação da Rebio, quais as mudanças contidas e as implicações sobre o processo de efetivação da UC no baixo Jequitinhonha.

5.4 A Rebio da Mata Escura como conflito socioambiental - o quê está em jogo?

Como já apresentado, a implantação de uma Unidade de Conservação, principalmente numa categoria de Proteção Integral, não está relacionada simplesmente a condições objetivas, como a elevada degradação do bioma Mata Atlântica e, conseqüentemente, dos esforços para conservar os fragmentos que ainda restam do mesmo. Observa-se que, muito além do interesse pela preservação ambiental, a discussão acerca da Rebio da Mata Escura está centrada nos impactos sociais, e depois econômicos, da implantação dessa UC.

Dessa forma, para a apresentação e posterior análise das propostas discutidas entre, de um lado, o órgão ambiental responsável pela criação da UCPI - o MMA – e de outro, o grupo questionador desta e propositor de um projeto diferenciado – a Comissão Pró-defesa da Mata Escura -, optou-se para agrupar as entidades envolvidas em dois segmentos, os que constituem a citada Comissão e outro segmento formado por entidades que não fazem parte da mesma. As entidades que não se assumem na Comissão também não são reivindicadoras de uma proposta própria; assim, há apenas duas propostas em busca de reconhecimento, em vias de negociação.

A Figura 9 ilustra a situação de posicionamento das entidades pesquisadas:

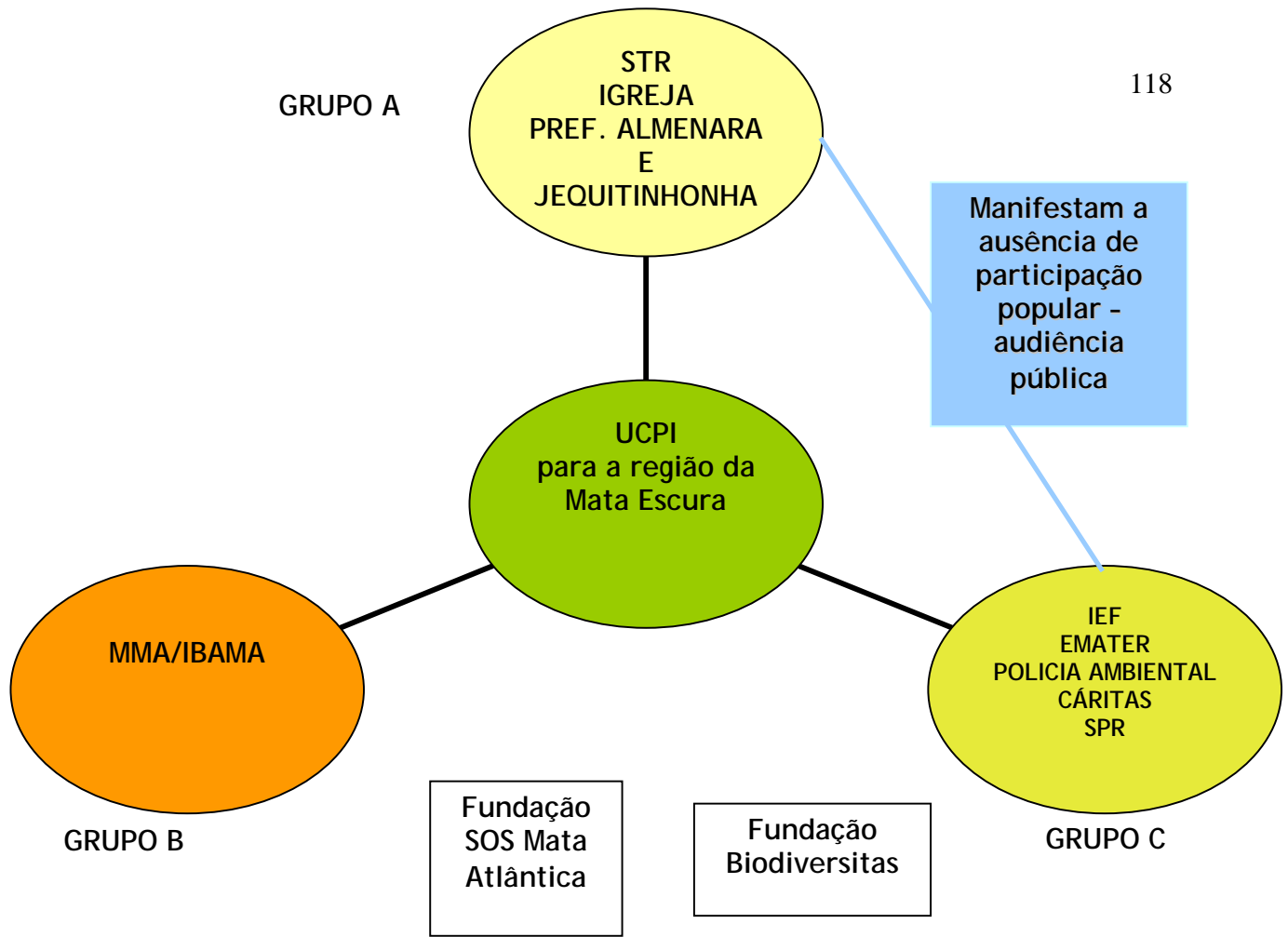


Figura 9: O posicionamento das entidades no cenário de conflito socioambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor (2007).

Como já citado, observando o diagrama acima nota-se a existência de duas propostas de UC para a região. Uma característica em comum entre elas é que contemplam uma UC de Proteção Integral, porém em categorias e com áreas diferentes. Antes da discussão sobre as propostas em disputa, vale observar que a Fundação SOS Mata Atlântica, bem como a Fundação Biodiversitas, não aparecem no diagrama em conexão a nenhum dos grupos constituídos para essa análise, isso porque não estão envolvidas diretamente nesse conflito. A discussão em torno das mesmas é realizada posteriormente.

A proposta do grupo A, que tem como entidade mais expoente o STR, defende o retorno ao projeto de Parque Estadual, com área de 20.450,22 ha, que abrangiriam a faixa conhecida como Mata Escura. As discussões realizadas pela Comissão baseiam-se, à priori, nos impactos sociais que a Rebio pode causar ao município, como fechamento de escolas (são quatorze escolas municipais no interior da Rebio), impossibilidade de abertura de novas áreas para roças e diminuição da produção agrícola, além da mudança dos agricultores da área rural para a cidade, “perdendo suas raízes”. Defendem que a implantação do Parque Estadual causaria a retirada de uma minoria de famílias da área, portanto, de mais fácil reassentamento. Uma expressão recorrente apresentada nos discursos é “queremos a preservação sem a exclusão do ser humano da área”.

Não há clareza sobre os reais motivos de implantação da UC, mas acredita que “foi por causa dos danos da Itapebi, para recompensar aqui os danos do impacto social”.

Para a Igreja, a Comissão quer ser porta-voz das comunidades, onde tenta “incorporar o sentimentos e desejos dessas comunidades atingidas”. Observa-se posicionamentos diferenciados no grupo; a Igreja, embora assuma a proposta do Parque Estadual, admite que até poderia ser uma Reserva Biológica, nesse caso, abrangendo uma área menor e, para o restante da área em questão, um sistema diferenciado que permita a permanência das famílias

A outra proposta apresentada pelo MMA/IBAMA para a solução do impasse criado é centrada na diminuição mínima de área, sem alteração, a princípio, da modalidade da UC. Assim, permaneceria a Reserva Biológica com uma área menor – que não chegaria a menos de 40.000 ha – em decorrência de ajustes visando excluir do traçado original as áreas sobrepostas à mesma. Portanto, em relação às cinco situações (comunidades) pesquisadas, a proposta apresentada na reunião do Grupo de Trabalho realizada em Jequitinhonha é de:

- Comunidade Nova Araçatuba – excluir dos limites da Rebio as áreas sobrepostas. Este caso não apresenta nenhuma implicação que gerasse discussões.

- Comunidade Maranhão – a área onde se localiza tal comunidade é de interesse para a Rebio. Houve o encaminhamento para formação de um grupo especial para estudar a situação desta área que, além de ser ocupada por agricultores (muitos posseiros e ex-agregados), apresenta “proprietários” que não exercem atividade agrícola. Há comércio de terras na comunidade, o que vem a dificultar um cadastro preciso para possíveis ações de indenização.

- Projeto de Assentamento Brejão – a proposta prevê a retirada das áreas sobrepostas aos dezesseis lotes do assentamento. Esse novo traçado não apresentou discussões; entretanto, há um item que merece ser considerado que é a Reserva Legal¹¹ (RL) do assentamento. Pela proposta apresentada, a área de RL ficaria abrangida pelos limites da UC. A questão levantada é que, sob plano de manejo, uma área de RL pode ser utilizada, como para implantação de sistemas agroflorestais e de projetos de ecoturismo e, se a mesma for contida nos limites da Rebio, não poderá ser manejada pela comunidade. A Figura 10 auxilia a visualização do Assentamento e suas áreas de sobreposição:

¹¹ Reserva Legal compreende uma “[...] área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, ressalvada a de preservação permanente, representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total da propriedade.” (MINAS GERAIS, 2002b). No Estado de Minas Gerais, a Reserva Legal é regulamentada pela Lei nº 14.309 (19/06/2002) e pelo Decreto nº 43.710 (08/01/2004).

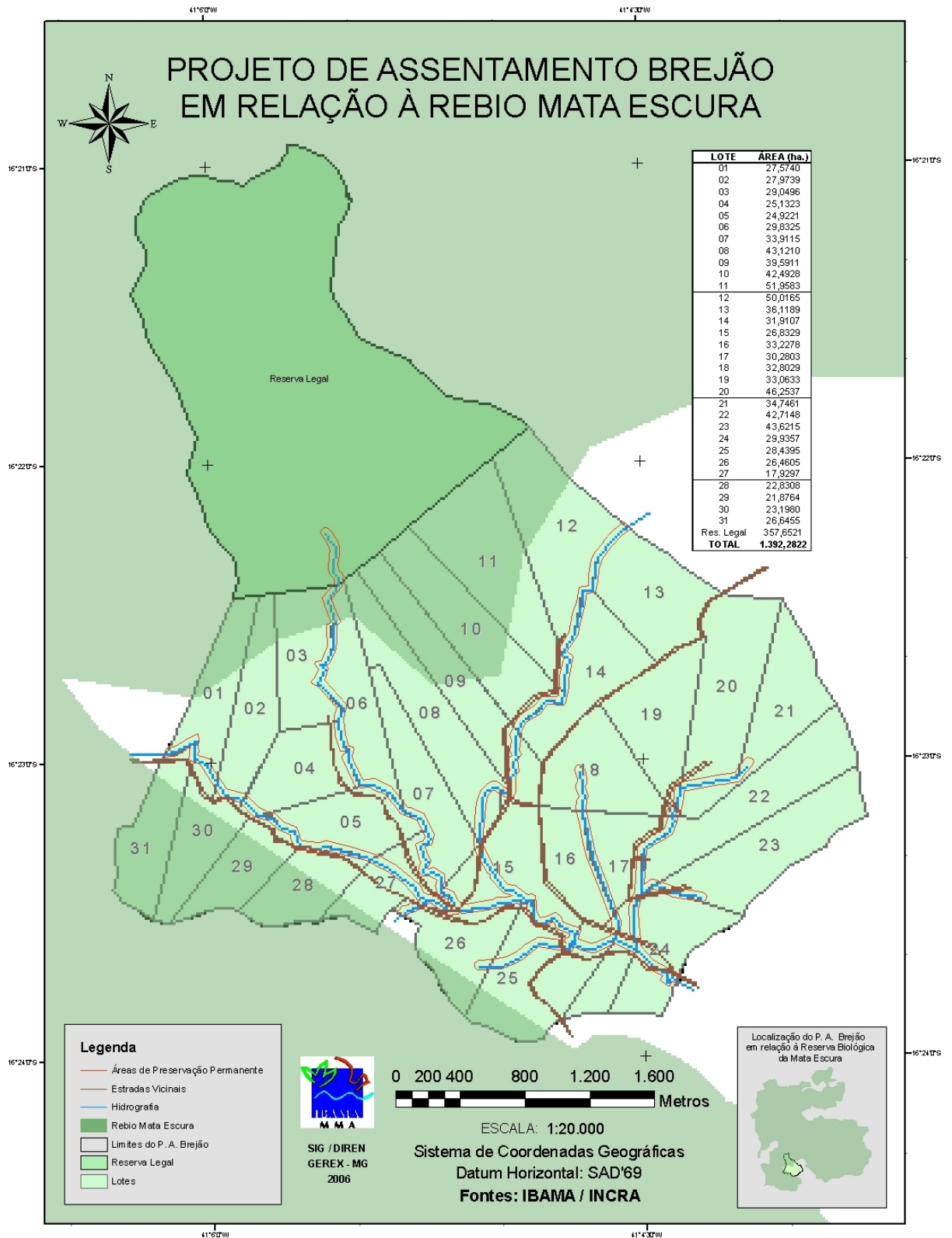


Figura 10: O PA Brejão e as áreas de sobreposição à Rebio da Mata Escura.
 Fonte: Mapa cedido pelo diretor da Rebio.

- Projeto de Assentamento Craúno – a proposta apresentada também prevê a retirada das áreas sobrepostas, total ou parcialmente, localizadas nas comunidades Rio Preto e Mangue, essa última a mais sobreposta. Além da área de Reserva Legal, que proporciona a mesma discussão apresentada no caso do PA Brejão, no Craúno há cerca de onze lotes - de 137 a 147 – que se encontram desconectados com os demais, como pode ser observado no mapa abaixo. Assim, excluir da Rebio as áreas onde os mesmos se localizam, segundo o MMA, significaria perder a conexão com outra porção da UC, à leste da mesma. A proposta então apresentada é de reassentar as famílias desses lotes em outra área, buscando áreas ao norte, possibilitando a permanência dessas famílias na mesma comunidade ou, negociando a transferência para outros lotes do PA, visto que muitos encontram-se sem nenhuma atividade agrícola, alguns até abandonados. Através da Figura 11, podemos visualizar as áreas do Assentamento Craúno que sofrem sobreposição, bem como os onze lotes localizados, anteriormente, em meio a Reserva Legal do PA e, que com a Rebio, necessitariam ser transferidos para outra área:



Figura 11: O PA Craúno e as áreas de sobreposição à Rebio da Mata Escura.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa cedido pelo diretor da Rebio.

- Quilombo Mumbuca – esse caso demanda um tratamento diferenciado. Embora já reconhecida pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo, a exclusão de sua área da Rebio depende da execução de laudo antropológico que ateste a dimensão do território quilombola. Essa definição fará com que a área reconhecida seja excluída da Rebio. O órgão responsável pela elaboração desse tipo de estudo é o INCRA, que se manifestou, na reunião do GT, incapacitado de realizá-lo à curto prazo devido, entre outros fatores, a sua equipe reduzida de funcionários, além de já haverem no estado outras áreas esperando o mesmo estudo. Assim, o MMA se propôs a agilizar o estudo, mesmo que para isso seja necessária a contratação de uma equipe para executá-lo. A “urgência” em tal definição da área quilombola se dá pelo interesse na elaboração de um novo projeto que contemple todas as modificações de uma só vez, sendo que o envio de um projeto de lei à Brasília, sem tal definição, pode dificultar as negociações que se farão necessárias à sua aprovação.

Outra alteração proposta pelo MMA/IBAMA é em relação à BR MG-105, que liga Joáima à Pedra Azul. Uma UC de Proteção Integral não permite a existência de estradas abertas à população que atravessem seus limites. Assim, um freqüente questionamento encontrado por parte de entidades e das famílias pesquisadas foi sobre o possível fechamento desta rodovia. Nesse sentido, a proposta apresentada pelo MMA/IBAMA é a excluir dos limites da Rebio tal rodovia e também as áreas de imóveis localizados próximos à mesma, ao longo de seu percurso. Vale observar que o fechamento de estradas em UC's também propicia a ocorrência de conflitos por parte dos moradores do entorno; um caso que expressa essa situação é o da Estrada do Colono (fechada em 1986, ligava os municípios de Serranópolis do Iguçu e Capanema), a qual atravessa o Parque Nacional do Iguçu (estado do Paraná) e é cenário de sucessivas ocupações de moradores locais em busca de sua reabertura oficial.

As propostas de alterações apresentadas pelo MMA buscam, de certa forma, amenizar o impacto sobre as áreas de sobreposição da Rebio, sem alteração na categoria da UC.

A seguir será exposto como, após a definição consensual ou não, as alterações serão encaminhadas para outro cenário de negociação – o Congresso Nacional -, na forma de Projeto de Lei.

5.4.1 O impasse constituído: as propostas e suas implicações

Tendo-se, então, a definição das alterações propostas e negociadas entre o MMA e Comissão Pró-defesa da Mata Escura, estas formarão um documento a ser encaminhado à Brasília, para aprovação no Congresso Nacional. Esse trâmite legal pode ser visualizado observando-se a figura abaixo:

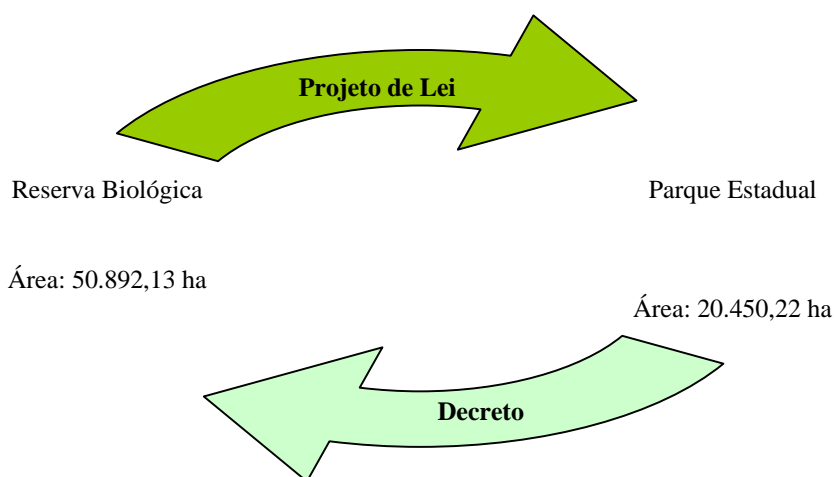


Figura 12: A Rebio da Mata Escura e as alterações de uma UC.
Fonte: Elaborado pelo autor (2007).

A criação de Unidade de Conservação no Brasil pode ser realizada através de dois mecanismos legais: Projeto de Lei ou Decreto. A Rebio da Mata Escura foi criada utilizando-se do segundo mecanismo. A criação de uma UC, principalmente através de Decreto, aparentemente não demanda muita negociação e, no caso de uma Reserva Biológica ou Estação Ecológica, corrobora com esse fato a não necessidade de realização de audiências públicas com a população e entidades locais onde as mesmas serão implantadas.

Entretanto, após sua criação, o processo de aprovação de possíveis alterações torna-se uma tarefa não fácil de ser realizada, onde modificações podem ser mais difíceis de serem negociadas que a própria criação da UC em questão. Vejamos o caso das

propostas existentes sobre a UC estudada. Primeiramente faz-se relevante notar que há certa “hierarquia” em relação às UC’s quanto à “capacidade” de conservação; assim, uma UC que não permita a visitação pública, por exemplo, parece ser mais eficaz no sentido de manutenção dos atributos biológicos da área que se queira preservar. Partindo-se dessa observação, a proposta da Comissão Pró-defesa da Mata Escura necessariamente leva a necessidade de um Projeto de Lei por dois motivos, o primeiro é a redução da área originalmente delimitada e o segundo é a alteração da categoria da UC, partindo de uma categoria mais restritiva – Reserva Biológica – para uma menos restritiva – Parque Estadual. Resumindo, a proposta de diminuição de área de uma UC e de seu caráter de restrição demanda um novo Projeto de Lei a ser aprovado no Congresso. Já o inverso, o aumento de área ou a passagem para uma categoria de maior restrição pode ser realizada através de um Decreto. A proposta do MMA/IBAMA de exclusão de alguns trechos de sobreposição à Rebio, como acarreta diminuição da área original, também requer Projeto de Lei.

A alteração da modalidade defendida pela Comissão não é totalmente descartada pelo MMA/IBAMA, que a princípio não compartilha da proposta de redução drástica da área atual, de 50.892,13 ha para 20.450,22 ha., alegando até ser de difícil convencimento, quando na negociação no Congresso, de uma redução tão expressiva, ainda mais se tratando de uma UC de Proteção Integral. Negociar e rever áreas de uma UC não é fato raro, visto o modelo de criação das mesmas adotadas no país, mas compartilhar de tal diminuição, em torno de 50% da área decretada, além de não ser fácil a justificação, pode comprometer a responsabilidade técnica, bem como a reputação do órgão responsável.

O cenário atual é de impasse. Após a reunião do GT realizada em Jequitinhonha, um grupo formado pelo IBAMA e representantes locais ficou encarregado de percorrer a área e demarcar as novas coordenadas, baseando-se na proposta do MMA. Este novo traçado será apresentado na próxima reunião do GT, que ocorreria no final do ano passado, mas não foi realizada. Até o momento de conclusão desse trabalho não há data prevista para sua realização.

A seção seguinte analisa como as demais entidades pesquisadas no município concebem a atuação de Comissão. Observamos que não há uma homogeneidade nas

posições apresentadas e, um traço que as une, é a insatisfação com o processo de criação da UC.

5.4.2 A Rebio e a Comissão Pró-defesa da Mata Escura para as outras entidades do Município

Como observado anteriormente, há duas propostas em discussão referentes ao futuro da Rebio da Mata Escura, provenientes dos grupos A e B. Já o grupo C, também contido no diagrama, representa as entidades que atuam no município, mas que não se assumem como integrantes da Comissão e nem na defesa da proposta do MMA/IBAMA.

Estas entidades compõem um grupo heterogêneo. Embora reconheçam uma má conduta ou procedimentos dos órgãos ambientais responsáveis no processo de implantação da Rebio, não pertencem à Comissão, alegando justificativas, dentre as principais, a falta de informação sobre a atuação da mesma [não sabendo avaliá-la (EE4¹²)]; outra que não participa por não acreditar que a Comissão tenha validade legal e que “não vê com serenidade a questão” (EE3); aquela que se considera neutra na discussão, pois acredita faltar maturidade nas ações e que

[...] a questão da Mata Escura é da sociedade como um todo, campocidade e não apenas campo [...] a Comissão estava muito em função do Sindicato, de comunidades rurais e não abrir para as entidades como um todo [...] preocupação em impor idéias diferentes e não sabe lidar com isso. (EE1).

Há também, por parte de outra entidade, a crítica por acreditar que as ações da Comissão são em torno da

[...] defesa do bem próprio e não do bem comum, senão já teria entrado num entendimento e não insistindo em novo Decreto para depois se discutir com a comunidade a Unidade [...] só que nesse meio tem gente

¹² O pesquisador optou por não identificar as entidades, assim como o fez para os agricultores. As citações diretas das entidades, assim, são identificadas pelas letras EE, seguida de uma numeração que as distingue.

interessada em encher aquilo lá de assentamentos e afugentando todo empresariado com interesses em se fixar na região também. (EE5).

Por fim, a entidade que simplesmente não participa por também ser uma entidade pública, embora a avalie de maneira positiva, acreditando estar bem representada:

[...] a gente está representando o governo, não temos posicionamento a favor ou contra a Reserva, as representações de classe estão procurando resolver da melhor maneira [...] não procuramos influenciar produtores em relação à Reserva [...] é uma coisa muito melindrosa para a gente ficar dando opinião em relação a isso. (EE2).

Observando os grupos A e C, que apresentam divergências sobre as formas de atuação nesse ambiente de disputas, nota-se, entretanto, a existência de um item em comum que norteia seus questionamentos a respeito da criação da Rebio, também reconhecido pelo grupo B, que é a falta de participação popular, na forma de audiências públicas, quando do processo de demarcação de áreas e posterior criação da referida UC.

As propostas então, concebidas e defendidas pelas entidades que as assumem são apresentadas em cenários de disputa que, nesse trabalho, são consideradas as arenas públicas. Num mesmo conflito socioambiental podem ser formadas diversas e diferentes arenas para tratá-lo. Para esse trabalho, foram escolhidas duas arenas onde o conflito socioambiental em relação à implantação da Rebio da Mata Escura foi apresentado, que são a reunião da comissão Pró-defesa da Mata Escura e o Grupo de Trabalho instituído pelo MMA.

Estes dois espaços de elucidação do conflito foram visivelmente criados à partir de reivindicações de movimentos sociais da região; não são deliberativos, mas os encaminhamentos ali alcançados podem agilizar o processo de negociação da proposta firmada, consensual entre as entidades ou não.

A reunião da Comissão, realizada no dia anterior ao encontro do GT em Jequitinhonha (junho, 2006), ambas observadas pelo pesquisador, teve como participantes representantes das entidades e líderes comunitários. A proposta defendida, já mencionada neste trabalho, foi a de retorno ao projeto de Parque Estadual com 20.450,22 ha. Não foi incentivada a realização de um debate, fruto de possíveis opiniões divergentes entre os participantes. Essa arena foi constituída apenas para validar a proposta que seria encaminhada ao GT que se aproximava, uma espécie de preparação e nivelamento dos

discursos por parte dessa Comissão. É interessante notar que todo o discurso tem como eixo central os impactos sociais da Rebio sobre o município e as comunidades; estratégias para se lidar com os recursos naturais possivelmente relevantes ao(s) interesse(s) federal(is) na área não são discutidos. Isso se deve também ao fato desses atores não estarem preparados para discussão envolvendo a temática ambiental, que até então somente era a eles apresentada quando órgãos, como a Polícia Ambiental ou IEF, exerciam sua atividade de fiscalização sobre a forma dessas comunidades manejarem seus recursos. É observada pelo pesquisador a ausência de representantes das prefeituras envolvidas, Almenara e Jequitinhonha; essa última delega um representante que desconhece a discussão, mas que estaria ali com a função de posteriormente relatar o ocorrido. Assim, a reunião é rápida e objetiva, já que não há muito o quê se discutir em relação às propostas.

A seção a seguir apresenta as entidades ambientalistas pesquisadas para o estudo, onde podemos observar as diferentes concepções em relação à conservação do bioma Mata Atlântica. É interessante a relação dessas concepções, que norteiam as ações das mesmas, com a discussão referente ao preservacionismo x conservacionismo apresentada na seção 3.

5.4.3 As entidades ambientalistas: as lógicas conservacionistas x preservacionistas na proteção do meio ambiente

As duas entidades ambientalistas pesquisadas, embora não atuem diretamente na área da Rebio, de certo modo influenciam a tomada de decisão de gestores públicos na elaboração de projetos, e até de leis, relacionadas ao meio ambiente e ao bioma Mata Atlântica. Podemos perceber visões diferenciadas, por parte das mesmas, em relação à eficácia do modelo atual de UC's adotado no país.

Para a Fundação SOS Mata Atlântica, a atividade agrícola não converte mais áreas novas da floresta, até pela falta delas, e que dos 93% de área do bioma degradada, apenas 40% estão sendo usadas para alguma atividade econômica. Nesse sentido, para o representante entrevistado, a maior pressão antrópica sobre bioma atualmente advém da expansão imobiliária, além da falta de regularização fundiária das terras. Sobre a

conservação da natureza, considera que a melhor alternativa seja o incentivo para proprietários particulares, já que grande parte do bioma se encontra em suas posse. Em relação às UC's, analisa que

[...] a questão dos Parques, tem que ver, foi uma época, hoje do jeito que tem sido feito não tem conquistado [...] se escolheu o caminho da burocracia, só da questão da biodiversidade, que é muito importante, mas é só um aspecto da UC. Aquele tipo de criação de UC's dos anos 70 e 80 não vai ter mais espaço, não na Mata Atlântica. (EE10).

A Fundação Biodiversitas, como já apresentado, é referência na elaboração de listas de espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. Acredita que nas negociações envolvendo interesses econômicos, “é sempre o meio ambiente abrindo mão para outros setores” (EE11). Em relação às UC's, analisa que

[...] a gente sabe que tem vários exemplos que áreas pequenas não resolvem o problema da conservação para espécies de grande porte, então existe uma área mínima que a gente vem defendendo, principalmente para a Mata Atlântica, que já foi totalmente degradada, destruída; tudo o que tem, tem que ser preservado: se agente tem a possibilidade de ter um fragmento de 50 mil ha contínuo, a gente tem que brigar por esse objetivo. (EE11).

A entidade acredita também na importância do incentivo às RPPN'S para a conservação da Mata Atlântica, do Cerrado, da Caatinga, em projetos que propiciem “negócios sustentáveis”, isso é, “a utilização sustentável da biodiversidade para diminuir a pressão sobre as áreas naturais” (EE11). Entretanto, como quadro de degradação ambiental apresentado, é a favor de grandes UC's de Proteção Integral, de 100 mil ha no mínimo e que “todas as propostas devem ser embasadas cientificamente e, não só por oportunidades, como recursos para contratação”.

A Fundação Biodiversitas participa da licitação pública para elaboração do Plano de Manejo da Reserva da Mata Escura. O projeto apresentado foi orçado em R\$ 600.000. Tal processo de licitação encontra-se parado, devido ao cenário conflituoso que envolve a implantação da UC.

As duas entidades estudadas refletem o antagonismo existente entre visões, mais conservacionistas ou mais preservacionistas, da relação Homem-Natureza. Se pensar na possibilidade de implantação de UCPI com área mínima de 100 mil ha, como proposto pela

Fundação Biodiversitas, para o bioma Mata Atlântica que, como observado pela Fundação SOS Mata Atlântica, abriga 70% da população brasileira, é no mínimo anteveer um cenário de revolta, de insatisfação por parte da comunidade afetada. Mesmo a Rebio da Mata Escura, com a metade dessa área e criada numa região considerada de pouca significância econômica para o país, já mostra como esse sistema merece ser repensado.

A seguir será analisado como as comunidades pesquisadas percebem a UC que foi criada em suas áreas e o estabelecimento de um cenário de conflitos onde, muitas delas, apenas assistem-no.

5.4.4 A Rebio da Mata Escura e as comunidades rurais envolvidas

Após analisar a percepção das entidades sobre a criação da Rebio e de suas propostas para o conflito estabelecido, esta seção do trabalho pretende discutir como as famílias atingidas, direta ou indiretamente pela UC, percebem sua implantação e como, para essas famílias, a situação poderia ser resolvida.

A discussão com as famílias na busca por identificar suas expectativas acerca da implantação da Rebio e sobre os possíveis impactos da UC para as mesmas foi realizada numa esfera de apreensão, de incertezas sobre alterações que podem, num futuro breve, modificar por completo suas vidas. Uma característica que percebemos logo no início da pesquisa, na visita exploratória, foi a falta de informações precisas, oficiais, o que veio a se confirmar com a pesquisa propriamente dita. As famílias, em sua maioria, não sabem o que é uma Unidade de Conservação, muito menos uma Reserva Biológica. Agravando essa situação, muitas ainda desconheciam se sua área estava no interior da UC e, em caso das áreas sobrepostas, onde se dava tal sobreposição. Assim, nas entrevistas era comum abrir os mapas que dispunhamos e localizar, ali, com a família, sua área em relação à Rebio. As entidades se preocupam e voltam mais seu foco de ação na defesa das propostas que encaminham, e pouco promovem ações de esclarecimento sobre as finalidades e as implicações da UC. Isso é, não há um debate estabelecido. Assim, informações divergem,

principalmente em relação ao número de famílias que poderão realmente ser desapropriadas.

Quando da implantação de uma UC, há a conhecida, e aqui já discutida, “indústria da indenização”; em relação às comunidades, percebemos a afirmação de uma “indústria do pânico”, fruto de informações imprecisas, de suposições, ou de posições em busca de adeptos, mesmo estes não esclarecidos sobre o contexto em que está inserido. Como já apresentamos, segundo boa parte das famílias, a água é o principal interesse para a criação dessa UC, seguido pela vegetação abundante e de “mato grosso”.

No início, ao saber do Decreto assinado, E5, H, 50 anos, chegou a questionar: “será que isso vai ser bom para nós?” e a dúvida desse agricultor também era compartilhada pelos demais, até que foram informados que tal documento iria tirar as famílias da terra. Instala-se o pânico e com ele o fluxo de incertezas. Não é consenso, como faz parecer a Comissão, que todas as famílias desejam permanecer na área e não desejam a(s) indenização(ões) que terão direito. A assentada E8, M, 49, por exemplo, avaliando a situação, é da opinião de que se “excluir o assentamento, tudo bem”, mas se não, prefere sair do que “ficar na mata se expandindo” e “se me pagasse tudo que eu já gastei, o que eu já fiz aqui dentro tudo, se é para modo de eu resolver minha vida, eu saía”; essa alternativa parece a melhor, ao invés de ficar numa situação sem poder trabalhar, devido a restrições que a área possa vir a receber.

As famílias também compartilham da opinião de que elas vêm contribuindo, ao longo do tempo, para a proteção da natureza existente na área: “se existe essa mata é porque o pessoal vem preservando ela há muitos anos” (E7, H, 36); corroborando com a questão temos outra análise: “nós não vive com esse negócio de vender madeira” (E4, H, 40 anos). Essa opinião também é defendida pela Fundação SOS Mata Atlântica, a qual credita às famílias que residem na área à existência do fragmento do bioma ainda conservado. Ao serem questionadas sobre a finalidade da Rebio, a resposta mais frequente que encontramos é que será uma área onde o IBAMA e a Polícia Florestal vão “soltar bichos”.

De maneira geral, o observado ao discutirmos com as comunidades questões referentes ao meio ambiente e, em especial a Rebio, é que tais discussões são limitadas pela falta de informações. Não raro, em meio a uma entrevista, era questionado sobre o que de

fato vai acontecer e por que estão fazendo isso com eles. Para finalizar essa seção, apresentamos uma canção especialmente dedicada à Mata Escura, escrita por um agricultor que teve parte de sua área sobreposta à Rebio. Pode ser considerada um desabafo, mas certamente, compartilhado por muitos outros que lá vivem:

Canção: Trabalhador e o IBAMA

Autoria: E10, H, 47anos

Vamos Chegando Minha gente
Vamos acorda
Se você dormir no ponto o Ibama vai pegar,

Vamos Chegando Minha gente
Vamos trabalhar
Se você dormir no ponto o Ibama vai pegar. (Refrão)

O dia desse o governo do povão através da
Enganação assinou com sua mão
Esse decreto para mim não é sucesso
Temos que ser mais esperto para fazer as plantações

(Refrão)

E o terrorismo que começou impossível através da falação
Maneirou na região. Meus companheiros só não pode esmorecer
Nós temos juntos que entender que o negocio é trabalhar

(Refrão)

E as estradas que jamais será fechada de Mumbuca
A Pedra Azul ta virando um absurdo
Mais minha gente não podemos aceitar
Se o Ibama é contra isto eu sei que o bicho vai pegar

(Refrão)

E os fazendeiros que gastou muito dinheiro
Dentro das suas fazendas também ta dentro da agenda
E os tubarão que também é capacitado
Vai deixar as suas terras pra morar dentro da cidade

(Refrão).

A seção seguinte será dedicada às considerações finais desse processo de criação de uma UC, a qual demanda uma visão ampliada para a percepção e análise da situação estabelecida do emaranhado de detalhes e particularidades existentes. O ato de criação de uma UC, nos moldes da Reserva da Mata Escura, pode não ser de difícil concepção; a questão agora é realmente conseguir implantá-la e fazer com que a mesma cumpra com seus objetivos almejados, o que será difícil ao se manter o cenário de conflito e rejeições locais a mesma. Como observado pelo diretor da Reserva,

O maior trabalho aqui, quando a Unidade se consolidar, é trabalhar o entorno, que ela seja um irradiador de práticas saudáveis de convivência com a natureza. Quando a Reserva está instalada, o trabalho é para fora, não é para dentro [...] a gente cria a UC e depois você vira as costas para ela e olha para fora dela.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso estudado, de conflitos devido à criação da Rebio da Mata Escura, não é exceção quando nos referimos a conflitos estabelecidos entre diversos atores, principalmente comunidades locais e órgãos públicos ligados ao meio ambiente, responsáveis pela gestão das UC's no país. A simples importação de um modelo de implantação de UC's – o norte-americano – demonstra não ser eficiente sem as devidas adaptações, que demandam o reconhecimento de diferenças contextuais de variadas ordens – política, econômica e cultural.

Observamos que o meio ambiente não é preservado apenas por seus atributos, expressos na paisagem, recursos hídricos, flora e fauna; antes de tudo, o interesse pela preservação parte de um grupo de indivíduos que reconhecem um determinado espaço como importante a ser mantido, sob uma proteção especial, legal. O homem toma a liberdade de criar fronteiras, delimitar espaços e marcar territórios em nome da preservação, mesmo que esse ato carregue consigo uma legião de “refugiados da conservação”, como proposto por Dowie (2006).

O presente estudo de caso possibilita a reflexão sobre alguns aspectos que norteiam a temática ambiental, principalmente as relações Homem-Natureza. Assim, famílias, entidades, recursos naturais, reciprocidade, conservação, legislação, desinformação e incertezas são “peças” de um jogo que se misturam num cenário que os relaciona e que os coloca “frente-a-frente no tabuleiro”, onde têm a oportunidade de se reconhecerem semelhantes ou, de conhecerem os diferentes. Não há vitoriosos, o que se observa é que são peças que se complementam nesse universo de disputa; interagem, estabelecem relações, manifestam posições. E essa pesquisa tenta observar um pouco mais de perto esse cenário.

Uma das primeiras considerações que podemos fazer sobre o processo de criação da Rebio da Mata Escura é a incapacidade dos órgãos públicos em manterem diálogo que permita, no mínimo, o reconhecimento das ações que já foram ou estão sendo planejadas, isto é, a falta de uma articulação entre essas entidades que poderia contribuir para resultados mais significativos nos projetos desenvolvidos pelos mesmos. Assim, a RURALMINAS cria o PA Craúno, anos depois o INCRA estabelece o PA Brejão, como projetos onde um dos objetivos foi de manter o homem no campo, numa região reconhecida

como exportadora de mão-de-obra. Posteriormente, o MMA, no intuito de “conservar” a área, estabelece uma UC, numa das categorias mais restritivas possíveis e se resguardando até da consulta popular através de realização de audiências públicas, sem ao menos procurar conhecer - se é que sabia da existência - os dois projetos de assentamentos já consolidados na área, além da comunidade quilombola, que tem seus direitos sobre o território reconhecidos por lei. É mais um caso dos chamados “parques de papel”, comum nas tentativas de conservar a natureza no país, porém, sem a devida atenção a todos os aspectos locais onde os mesmos são implantados.

Outro aspecto observado em relação às UC's no país é falta de previsão orçamentária para a implantação e manutenção das mesmas. A Rebio da Mata Escura, embora criada em 2003, só teve designado pelo IBAMA um diretor para a Unidade em 2005, e ainda sem contar com infra-estrutura apropriada para suas atividades. Num país onde a pasta do Ministério do Meio Ambiente é uma das menores em termos de orçamento federal, e muitas vezes (como recentemente), o meio ambiente é acusado de frear seu desenvolvimento econômico (por conta do licenciamento ambiental), faz-se necessário novas formas de identificação de áreas para conservação, de novas categorizações e de revisão de conceitos. Nesse sentido, uma sugestão que parece ser eficiente é o estabelecimento de um mosaico de UC's numa área a qual se pretende conservar, definindo áreas mais restritivas e, ao mesmo tempo, áreas que podem ser manejadas pelas comunidades.

O conhecimento científico deve embasar novos modelos teóricos em relação a temática da conservação de áreas, mas esse por si não é suficiente: deve ser acompanhado do conhecimento tradicional, que não é estático e que, portanto, está sempre se inovando, se repensando através de gerações. Nesse sentido, o conhecimento tradicional não é passível de generalizações, como o conhecimento técnico/científico e, este último, desarticulado do primeiro, vem se mostrando insuficiente na conservação nos trópicos.

A região estudada mostrou-se realmente abundante no recurso água, bem como vegetação e terras (essas, em geral, consideradas boas para a atividade agrícola). Além disso, a existência de espécies como o muriqui, em fragmentos mais densos da floresta atlântica local, corrobora para a real necessidade de implantação de alguma UC na área.

O estudo realizado observou a existência de áreas que poderiam ser consideradas não aptas e/ou insuficientes para a agricultura e, conseqüentemente hostis à reprodução social do agricultor. A agricultura, em muitos casos, é desenvolvida em áreas com relevo que dificultam a mecanização, por exemplo; mas, o que mais chamou atenção nessa pesquisa em relação a esse aspecto, é que, somado a topografia não favorável, a área disponível para o agricultor ainda se apresenta menor quando deparada com a legislação ambiental que impõe restrições, principalmente em relação às Áreas de Proteção Permanente. Mesmo assim, de modo geral, as famílias reconhecem a importância dessas áreas para a manutenção dos recursos naturais presentes nas comunidades. Sendo a principal justificativa para a criação de uma UC a “proteção” dos recursos e atributos naturais, no caso da área estudada, não se observou um manejo dos recursos, por parte dos agricultores, que estaria levando-os a exaustão, isso é, contribuindo para a degradação ambiental da área. Pelo contrário, as delicadas normas ao acesso e a gestão aos recursos, praticadas pelas comunidades, são justamente estabelecidas visando à manutenção dessa base ambiental, fundamental para a permanência de seus membros na terra. Esse fato, se somado a aplicação efetiva da legislação ambiental (como a Lei dos Crimes Ambientais, a Lei das Águas e o próprio Código Florestal brasileiro), poderiam, satisfatoriamente, constituir um cenário que possibilitaria a permanência das comunidades e a conservação da Mata Escura.

A trajetória da jovem Rebio vem sendo marcada por disputas onde os mais afetados podem ser aqueles que não participam diretamente dessa disputa – as famílias situadas na abrangência da mesma e, no outro extremo, a própria natureza. A pesquisa pode mostrar que os esforços para conservação, através de criação de UC’S, envolvem um esforço maior em negociação/articulação e, depois, em saberes (tradicionais e científicos). A disputa de propostas entre o GT e a Comissão Pró-defesa da Mata Escura corrobora tal observação. O que está em jogo, muito além da resolução desse conflito socioambiental, é a afirmação desse sistema de criação de Áreas Protegidas no Brasil, que continua insistindo em não reconhecer as relações harmônicas estabelecidas entre as comunidades, tradicionais ou não, e o meio natural. O presente estudo revela a necessidade de implantação de UC’s que se diferenciam por região, por bioma; o mesmo não nega a relevância dessas unidades para a manutenção dos recursos naturais; porém, reconhece que, como vem sendo historicamente

aplicado, desvaloriza a atuação de um importante aliado para a difícil tarefa de conservação: o sujeito local.

Para resolver o impasse criado com a Rebio da Mata Escura, o MMA/IBAMA reconhece ter havido falhas durante o processo de delimitação de áreas para a UC; nesse sentido, propõe rever o traçado excluindo o máximo possível as situações de sobreposição, mantendo a categoria Reserva Biológica. Já a Comissão Pró-defesa da Mata Escura, liderada pelo STR e Igreja local, buscam a anulação do Decreto da Rebio e a criação de um Parque Estadual, abrangendo menor área. A atuação da referida Comissão é, sem dúvida, essencial ao criticar a forma com que a UC foi criada e para a negociação de alternativas para a situação. Entretanto, mostra-se pouco receptiva a diferentes posicionamentos por parte de demais entidades do município, que se ausentam das discussões. Os impactos sociais estão sempre presentes nos discursos da Comissão; entretanto, a variável ambiental é pouco discutida. E, em se tratando de impactos sociais, as famílias residentes na área da Rebio não participam, efetivamente, das discussões acerca das propostas existentes: não houve a abertura de um debate claro e objetivo que expusesse as propostas que estão sendo negociadas, fato que contribui para a falta de informações e para o “clima” de incertezas presenciados durante a pesquisa. Geralmente, o líder comunitário detém mais informações, participando das reuniões, mas nem sempre repassa as informações e promove o debate na sua comunidade de origem.

Através da atuação das entidades nas duas arenas analíticas desse trabalho - GT e a Comissão Pró-defesa da Mata Escura -, percebemos uma lógica de interesses desiguais que são reflexos de suas trajetórias, seja enquanto órgão público ou movimento social. Nesse sentido, as propostas encaminhadas às arenas podem ser constituídas de interesses próprios, mesmo em nome de uma coletividade maior. Ademais, é interessante observar que, assim como a Rebio, o conflito socioambiental estabelecido ainda é jovem, com todo o vigor característico de fato novo. O cenário apresentado à época da pesquisa, possivelmente pode sofrer alterações com o passar do tempo, com o correr das negociações e novos arranjos moldados. A conjuntura política favoreceu, de um lado, a criação da UC, como uma agenda ministerial aplicada em várias regiões e, ao mesmo tempo, possibilitou o questionamento de sua criação, quando o MMA recebe, em audiência, a Comissão Pró-defesa da Mata Escura e institucionaliza o GT.

Além do cenário político favorável e da biodiversidade representada no fragmento do bioma Mata Atlântica, outro aspecto relevante para o estabelecimento da Rebio foi o econômico. É ingenuidade se pensar a criação da UC como um fato isolado. É uma ação articulada, que reflete como gestores públicos observam o Vale do Jequitinhonha: embora sua população seja considerada desfavorecida em índices econômicos/sociais, é uma região que apresenta atributos que podem favorecer o “progresso” econômico, movido a barragens hidrelétricas e exploração madeireira.

Nesse mesmo sentido, o conflito estudado não se resume a definição de uma proposta para de UC para a região: o conflito é, também, reflexo de uma relação Natureza x população humana, representada por grupos heterogêneos – quilombolas, assentados rurais, pequenos agricultores - com distintas relações estabelecidas com o meio natural e, muitas vezes, de difícil percepção aos olhos de atores externos ao sistema.

Assim, este trabalho ao apresentar o meio rural como um cenário de disputa que não se resume apenas à posse da terra e demais recursos naturais, mas como esta é concebida, de um lado, por suas comunidades e, por outro, pelos gestores públicos, pode vir a contribuir para a compreensão dos aspectos relacionados à criação da Rebio da Mata Escura e na formulação de uma proposta condizente com a situação analisada, que contemple a conservação da natureza como um todo, isso é, incluindo as relações antrópicas.

Esta pesquisa também apresentou dificuldades para sua execução. Primeiramente, a realização da mesma num cenário de disputas, de conflito, pode ter ocultado dados, principalmente sobre o manejo dos recursos naturais, os quais, anteriormente a criação da Rebio, poderiam apresentar-se diferentes. Outra dificuldade foi a falta de informações precisas sobre a Rebio - como o número de famílias abrangidas, por exemplo - a qual possibilita especulações de diversos interesses e, por fim, a inexistência de estudos anteriores sobre a UC que poderiam subsidiar nossa análise.

Podemos citar alguns aspectos que nortearam esse trabalho e que podem ser objetos de futuros estudos, como a aceitação/incorporação de práticas agroecológicas pelas comunidades rurais, o manejo diferenciado dos recursos naturais após a criação da Rebio, os possíveis impactos socioeconômicos da Rebio para a região e como o meio urbano concebe a UC.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A. et al. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 7-10.

_____. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a. p. 7-11.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b. p. 13-36.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: HEBETTE, J.; CASTRO, E. M. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA/UFPA, 1989. p. 42-48.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ART, H. W. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

BARBANTI JÚNIOR, O. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. **Trabalhos apresentados...** Campinas: ANPPAS, 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS%20-%20TEORIAS%20E%20PRATICAS.PDF. Acesso em: 03 dez. 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **PADVALE - Projeto de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 1985. Anteprojeto para discussão.

BECK, U. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge: Polity, 1995.

BENJAMIN, A. H. Introdução à Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: BENJAMIN, A. H. **Direito Ambiental das Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 276-316.

BENSUN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. p. 137-156.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria n.354, de 6 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.234, 7 dez. 2005. Seção 1, p.153.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Ementa de Lei. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em 01 nov. 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967**. Ementa de lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L5197.htm>. Acesso em: 10 dez. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Código Florestal Brasileiro**: Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Ementa de lei. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4771.htm>. Acesso em: 10 dez. 2006.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BUTTEL, F. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, v.15, p. 69-97, 1992.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o paulista caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARDOSO, D.; FILIPPI, E. E. A natureza e a dádiva do Vale: Unidades de Conservação, recursos naturais e reciprocidade no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30., 2006, Caxambú. **Anais...** São Paulo: Multimedia Design Studio, 2006. 1 CD-Rom.

CARDOSO, D.; TAVARES, F. B. Reciprocidade e Uso Comum dos Recursos Naturais em Comunidades Rurais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2004, Brasília. **Anais...** Campinas: ANPPAS, 2006. 1 CD-Rom.

CARDOSO, P. M. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas:** interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí - RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COSTA, M. R. C. et al. **Biodiversidade em Minas Gerais:** um atlas para sua conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. **Enciclopédia da Floresta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DEAN, W. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, 2001. p. 97-124.

_____. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo: NUPAUB, 2000.

DOWIE, M. **Refugiados da conservação.** São Paulo: USP/NUPAUB, 2006. Versão preliminar traduzida por Antonio Carlos Diegues.

DRUMMOND, G. M. et al. **Biodiversidade em Minas Gerais:** um atlas para sua conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005a.

_____. **Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção:** incluindo as espécies mais ameaçadas e deficientes em dados. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005b.

ENGEL, V. L.; PARROTA, J. A. Definindo a restauração ecológica: tendências e perspectivas mundiais. In: KAGEYAMA, P. Y. et al. (Org.). **Restauração ecológica de ecossistemas naturais.** Botucatu: FEPAF, 2003. p. 1-26.

FERREIRA, L. C. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FILHO, H. T. B. Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú. **Terra das Águas**, Brasília, v.1, n.1, p.53-76, 1999.

FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina – Alto Jequitinhonha/MG. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2001.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA. **Levantamento fundiário da Reserva Biológica da Mata Escura**. Brasília, 2005.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. Arenas de ação e debate público: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.41, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2006. Pré-publicação.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. Campinas. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Família e ambiente: a herança da terra no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

GALIZONI, F. M. et al. Águas comunitárias no Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 209, p.31-51, 2004.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Sul**: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

GERHARDT, C. H.; ALMEIDA, J. **Invenção de uma “problemática ambiental”?** Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2002. Mimeografado.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.38, p.39-51, 1998.

GODOI, P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GODOY, A. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em perspectiva**, v.14, n.4, p.129-138, 2000.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HEYWOOD, V. H.; WATSON, R. T. **Global diversity Assessment**: United Nations Environment Programme. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. **Ascensão e queda dos problemas sociais**: um modelo de arenas públicas. Tradução livre de Moura, L. G. V. Porto Alegre, 1998. Mimeografado.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS. **Perfil de Minas Gerais**. 2004. Disponível em: <http://www.indi.mg.gov.br/perfil/regioes.html>. Acesso em 17 nov. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores 2005. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>. Acesso em 11 nov. 2006.

_____. **Projeto Diagnóstico Ambiental da bacia do Rio Jequitinhonha**. 1997. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/diagnosticos_levantamentos/jequitinhonha/images/fig_01.jpg. Acesso em 09 abr. 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; ITAPEBI – GERAÇÃO DE ENERGIA S/A. **Proposta de criação do Parque Nacional da Mata Escura, municípios de Jequitinhonha e Almenara, Minas Gerais**. Minas Gerais, 2002.

JOSÉ, O. Povoamento e colonização. In: CÉSAR, G. (Org.). **Minas Gerais: Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1970. p.27-41.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LARREÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LENZI, C. L. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LINO, C. F. Apresentação. In: **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**: Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. p. 7-10.

LITTLE, P. **A etnografia dos conflitos socioambientais**: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., Indaiatuba, 2004. **Trabalhos apresentados...** Campinas: ANPPAS, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em 10 abr. 2006.

LOPES, W. **Reserva Biológica da Mata Escura**. Minas Gerais, 2005. Relatório de trabalho. Mimeografado.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petropolis: Vozes, 1995.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-314.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do Snuc. In: BENJAMIN, A. H. **Direito Ambiental das Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Instituto Estadual de Florestas. **Parque Estadual da Mata Escura**. Jequitinhonha, 2002a.

MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Informação Ambiental. **Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002**. 2002b. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5306>. Acesso em 17 jan. 2007.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1993.

MOL, A. P. J. **The refinement of production**: ecological modernization and the chemical industry. Utrecht: Van Arkel, 1995.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privada**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

NORTHRUP, T. A. The dynamics of identity in personal and social conflict. In: NORTHRUP, T. A. et al. (Org.). **Intractable conflicts and their transformation**. Syracuse: Syracuse University Press, 1989. p. 156-179.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, E. M. Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.5, n.2, p. 13-23, 2003.

_____. Vaqueiros, fazendas e pecuária extensiva no nordeste de Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: PAULA, J. A.; CARVALHO, J. A (Org.). **20 anos do Seminário sobre Economia Mineira – 1982-2002**: coletânea de trabalhos, 1982-2002. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002. p. 225-253.

_____. **Lavouras, sistemas de produção e ambientes**: uma teoria da roça de coivara. Lavras: UFLA, 1999. Apostila.

_____. **Lembranças da terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, M.; COUTO, R. Pecuária e Agricultura. In: CÉSAR, G. **Minas Gerais: Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 57-67.

RICHARDSON, L. **Arms and Insecurity**. Pittsburgh: Boxwood Press, 1960.

ROCHA, A. A.; FELDMANN, F. **A Mata Atlântica é aqui. E daí?:** história e luta da Fundação SOS Mata Atlântica. São Paulo: Terra Virgem, 2006.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 11., 2003. Aracaju. **Anais...** Aracaju: CISO, 2003. p. 1-25.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SAINT-HILARIE, A. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Nacional, 1938.

SANCHES, R.A. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia-Itatins**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.187-192, 2000.

SCOLFORO, J. R.; CARVALHO, L. M. T. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2006.

SILVA, N. M. Vale do Jequitinhonha: Incorporação e transformações sociais. In: NABUCO, M. R. (Org.). **Contradições do desenvolvimento agrícola em Minas Gerais: uma perspectiva regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. p. 105-132.

SOUZA, A. L. **História, educação e cotidiano de um quilombo chamado Mumbuca/MG**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SPECTOR, M.; KITSUE, J. I. Social problems: a reformulation. **Social problems**, Califórnia, v.20, p. 145-159, 1973.

TAVARES, C. M. C. **A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha em Minas Gerais no século XIX: a guerra contra os índios**. Belo Horizonte: PUC, 1998.

TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

TEMPLE, D. **Les structures élémentaires de la réciprocité**. Paris: La Découverte, 1998.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR: Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica. In: SIMÕES, A. (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: UFPA: NEAF: SBSP, 2003. p.125-146.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Geneva: Oxford University Press, 1988.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZHOURI, A. et al. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A. et al. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.

Apêndice A - Formulário de Entrevista – Agricultores (As)

Comunidade:

Número de famílias na comunidade:

Número de famílias com áreas sobrepostas à Rebio:

Data da entrevista:

1 - Identificação

Nome:

Idade:

Estado civil:

Grau de escolaridade:

Quantos filhos(as):

Moram todos juntos [na mesma residência/estabelecimento]? Onde moram?

O que fazem? Qual(is) sua(s) principal(is) atividade(s)?

Tem irmãos (as) ou parentes na comunidade?

Quantas pessoas no total moram na casa?

São todos parentes?

Você nasceu na comunidade?

De onde veio? Você é originário de onde? (seu histórico)

Já morou em outros lugares? Há quanto tempo vive aqui?

Por que veio morar aqui?

As pessoas que moram no seu terreno trabalham aqui o ano todo ou costumam sair para trabalhar fora? Costumar ir mais para qual região? Em qual época do ano? Para trabalhar em qual atividade?

Você já saiu para trabalhar fora? Para onde foi e para trabalhar com qual atividade?

2 - Comunidade

Quantas famílias vivem na comunidade?

Costumam se reunir? Qual frequência? Para quê?

Tem algum tipo de associação, clube de mulheres, grupo de jovens na comunidade? Quais objetivos? Como funcionam? Você participa?

Como é a participação das mulheres? E dos jovens?

Existe algum equipamento que seja de uso comum da comunidade? Como e por quem ele é utilizado? Quem pode utilizá-lo?

Você participa de algum sindicato ou associação de produtores?

Como é sua relação com o STR? EMATER? Igreja? IEF? IBAMA?

3 – Recursos Naturais

3.1 - Terra:

Este terreno é de quem?

Como você adquiriu o terreno: foi comprado, cedido, herdado, posse, agregado?

No caso de agrego: qual o nome da fazenda?
 Nome do fazendeiro?
 Área da fazenda?
 Qual o tamanho de seu terreno (estabelecimento)?
 Quantos agregados tinha a fazenda?
 O que era o agrego? Como eram as combinações entre o fazendeiro e seus agregados?
 Você ou algum parente viveu na época do agrego? Ainda existe agrego na região?
 Quantas famílias vivem na área da fazenda?
 Qual tamanho da área que você usa para sua lavoura/roça?
 O que costuma plantar?
 Em qual época do ano?
 Qual a lavoura mais importante para sua família?
 Como você planta?
 É sempre no mesmo lugar?
 Você usa adubo, sementes, fertilizantes?
 Você possui criação:
 Vaca e boi? Quantos?
 Cavalo, burro? Quantos?
 Galinhas? Quantas?
 Porcos? Quantos?
 Cabras? Cabritos? Quantos?
 Outros animais?
 Como são criados? Extensivo? Confinamento? Existe área comunitária para pastagem?
 Como são as normas para sua utilização?
 As terras são diferentes nas chapadas e grotas? E no seu terreno existe diferença de terras?
 Quantas pessoas usam essa terra? São parentes?
 Como você trabalha na sua terra? (A tecnologia empregada, utilização de maquinário agrícola, tração animal).
 Sua produção na lavoura é só para autoconsumo ou também para vender?
 Pratica trocas (escambo) de produtos com vizinhos? Quais produtos?
 O que mais vende?
 Qual o preço?
 Como você faz para obter o preço final de seu produto? (Concorrência, Sindicato)
 Onde vende? Frequência (x por semana)?
 Como é a feira-livre onde comercializa?
 Quais produtos que precisam ser comprados na cidade?

3.2 - Água:

Existem rios e córregos nessa comunidade? Quais?
 Existem minas d'água? As minas são iguais
 Qual tipo você considera melhor?
 Tem alguma em seu terreno? Passa rio nele?
 Existe algum lugar na sua propriedade para armazenar a água, como poço, cisterna, caixa d'água? E na comunidade?
 De onde vem a água que você utiliza na sua casa (ver localização na propriedade/comunidade)?

Tem diferença entre as água? É a mesma água para todas as tarefas – beber, cozinha, lavar roupa, horta, criação?

Como é feita a captação da água? (Técnicas para sua coleta).

Tem mais famílias que utilizam da mesma nascente que você usa? Quantas?

Quem pode usar dessa nascente?

Existe uma combinação na comunidade para determinar o número de famílias que podem usar mesma nascente?

Como se dá essa combinação?

Existe época de maior fartura ou mais escassez de água na comunidade? Como é a combinação nesses períodos, principalmente de escassez?

Como é a qualidade da água de sua nascente? E a do córrego?

3.3 – Vegetação

Quais as plantas mais encontradas em:

-beira de rios e córregos, - grotas, - chapadas?

Você utiliza ervas ou capins medicinais? Quais os mais utilizados? De onde são colhidos?

Quais as principais plantas encontradas no seu terreno? E na comunidade?

Você pratica a roça de tocos? Como é o sistema?

Você tem área em descanso? Como é o sistema de utilização dessa área?

Quanto tempo a terra está ficando em descanso? É diferente ou igual anteriormente?

Tem área de reserva? É individual ou comunitária?

Quem pode utilizar dos recursos da reserva? Quais são as combinações?

Hoje, quais são as plantas mais utilizadas (comuns) na reserva? E para quê servem?

De onde e como são extraídas?

Como se dão os arranjos para sua utilização? Como é feito o manejo dessa área? Quem pode extrair?

Qualquer planta pode ser colhida? Quais são as combinações?

Existe algum projeto de plantio de mudas na comunidade? Se sim, quais plantas? Onde estão sendo plantadas?

4 - Reserva Biológica da Mata Escura

O que é essa reserva que estão criando?

Como você ficou sabendo da Rebio?

Para você, quais os principais motivos que levaram à criação dessa reserva?

Sua área faz parte dela? A de algum parente seu faz?

Se sim, qual a área sobreposta? Existe algum encaminhamento do IBAMA para essa situação?

Como você acha que poderia ser resolvida a situação?

A comunidade tem lidado, discutido sobre a reserva?

Como você avalia o cuidado das famílias com a natureza na sua comunidade?

O que você entende por cuidar/conservar a natureza?

Apêndice B - Formulário de Entrevista – Entidades

Entidade:

Representante:

Quanto tempo a entidade atua na região?

Quais as principais atividades desenvolvidas com as comunidades?

Como é a relação da entidade com essas comunidades?

Como é a relação da entidade com outras entidade do município?

Qual o motivo de criação de uma Rebio na área?

Como percebe a reação das famílias abrangidas pela Rebio frente a criação da reserva?

Sua entidade faz parte da Comissão Pró-defesa da Mata Escura?

Quais entidades participam dessa Comissão?

Quais as principais discussões da Comissão?

Quais os principais encaminhamentos realizados?

Qual a proposta da Comissão?

Por que o Vale do Jequitinhonha é uma região associada à pobreza e más condições de vida?

Hoje em dia é diferente do passado?

Quais os principais problemas ambientais encontrados na região?

O que você entende por conservação da natureza?

Entidade: IBAMA / IEF (Diretoria de Belo Horizonte)

Representante:

Além das questões anteriores foram acrescentadas as questões abaixo:

Como são definidas as áreas para criação de UC's?

O que diferencia a escolha por implantar uma UC de Proteção Integral e UC de Uso Sustentável?

No caso da Rebio, como foi essa definição? (quais atributos naturais)

Por que a definição por uma Reserva Biológica, uma das categorias mais restritivas de UC?

Como foi delimitada a área para esta Rebio?

Quais as principais dificuldades encontradas neste período de início de implantação?

E os avanços?

Como avalia a atuação da Comissão Pró-defesa da Mata Escura?

Apêndice C - Informações sobre os entrevistados

A - Agricultores (as)

Projeto de Assentamento Brejão:

Ana Clara Pereira de Jesus, 49 anos.
Paulo Rodrigues Lima, 47 anos.
José Beato Araújo de Souza, aproximadamente 50anos.
Domingos, 36 anos. (Presidente da Associação).
Pedro, 75 anos

Projeto de Assentamento Craúno:

Ana Maria de Jesus, aproximadamente 72 anos.
José de Souza Meire, 67 anos.
Maria Leda santos de Almeida, aproximadamente 60 anos.
Ermelindo Dias
Teresa, 36 anos

Quilombo Mumbuca:

Maria da Conceição de Souza Santana, 60 anos.
José Antonio Gonçalves, 43 anos.
Carmelito Bispo de Souza, 73 anos.
Pedro Antonio Seorinho, 40 anos.
João da Cruz Bispo de Souza, 50 anos.

Comunidade Maranhão:

José Wilson Nunes dos Santos, 62 anos.
Donivaldo José de Matos, 27 anos.
José Teixeira Chaves, 68 anos.
Jovelino Pereira Ramos, 46 anos. (Presidente da Associação).
José Ildênio Costa Mendes, 45 anos

Comunidade Nova Araçatuba:

Santos Martins Prates, 41 anos.
Otávio Fernandes de Oliveira, aproximadamente 80 anos.
Ana Rosa de Souza Pedroso, 58 anos.
José Garcia Alves dos Santos, 66 anos.

B – Representantes das entidades**Cáritas Diocesana**

Decanor Nunes dos Santos

Educador popular

EMATER

Valmar Gonçalves de Souza

Extensionista

Polícia Florestal

Eufrásio Cerqueira de Morais

Sargento

IEF – Instituto Estadual de Florestas

Jequitinhonha: Giovani Alves de Moura

Gerente de Núcleo

Belo Horizonte: Humberto Candeias Cavalcanti

Diretor Geral

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Waldomiro de Paula Lopes

Diretor da Reserva Biológica da Mata Escura

Prefeitura Municipal de Jequitinhonha

Nilo Barbudo Souto

Vice-prefeito e Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Secretaria de Agricultura de Almenara

José Virgílio

Secretário de Agricultura

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha

Valdete Sirqueira dos Santos

Presidente

SPR - Sindicato dos Produtores Rurais de Jequitinhonha

Solange Pereira

Assessora de imprensa e relações públicas.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário

Frei Pedro

Fundação SOS Mata Atlântica

Mário César Mantovani

Diretor de mobilização

Fundação Biodiversitas
Gláucia Moreira Drummond
Superintendente técnica

Anexo A – Decreto de criação da Reserva Biológica da Mata Escura

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2003.

Cria a Reserva Biológica da Mata Escura, nos Municípios de Jequitinhonha e Almenara, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art 1º Fica criada a Reserva Biológica da Mata Escura, nos Municípios de Jequitinhonha e Almenara, no Estado de Minas Gerais, com os objetivos de preservar integralmente os recursos naturais e a diversidade biológica existentes em seus limites.

Art 2º A Reserva Biológica da Mata Escura possui limites descritos a partir das cartas topográficas digitais, em escala 1:100.000, MIR nos 2272 e 2273, editadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: começa na margem esquerda do Rio Jequitinhonha, na foz do Córrego Bom Jardim, no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=279733 e N=8183990 (Ponto 1); deste, segue a montante pela margem esquerda do referido córrego até a confluência com afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=279274 e N=8185236 (Ponto 2); deste, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto de c.p.a. E=277955 e N=8185737 (Ponto 3); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=275473 e N=8187357 (Ponto 4), E=275017 e N=8187718 (Ponto 5), E=274782 e N=8188033 (Ponto 6), E=275617 e N=8187907 (Ponto 7), E=276125 e N=8188272 (Ponto 8), E=276585 e N=8188415 (Ponto 9), E=277077 e N=8187986 (Ponto 10), E=277490 e N=8188050 (Ponto 11), E=277633 e N=8188796 (Ponto 12), E=278045 e N=8189463 (Ponto 13), até atingir a Rodovia MG-105, no ponto de c.p.a. E=279046 e N=8189891 (Ponto 14); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=280062 e N=8189891 (Ponto 15), E=280443 e N=8189494 (Ponto 16), E=280935 e N=8188971 (Ponto 17), E=280871 e N=8188637 (Ponto 18), E=280268 e N=8188383 (Ponto 19), E=280490 e N=8188018 (Ponto 20), E=281157 e N=8187796 (Ponto 21), E=282157 e N=8186923 (Ponto 22), E=282776 e N=8186208 (Ponto 23), até atingir novamente a Rodovia MG-105, no ponto de c.p.a. E=283030 e N=8185430 (Ponto 24); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E=283621 e N=8185072 (Ponto 25), até atingir a margem esquerda do Córrego Lavarinto, no ponto de c.p.a. E=283957 e N=8185311 (Ponto 26); daí, segue em linha reta até a cabeceira de um afluente sem denominação da margem esquerda do Córrego Lavarinto, no ponto de c.p.a. E=284608 e N=8184772 (Ponto 27); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E=285306 e N=8184200 (Ponto 28), até atingir a margem esquerda do Córrego Aguão, no ponto de c.p.a. E=286946 e N=8185305 (Ponto 29); daí, segue em linha reta até a confluência do Córrego Dom Domingos com o Córrego Mata Escura, no ponto de c.p.a. E=288251 e N=8185280 (Ponto 30); daí, segue a jusante pela margem direita do Córrego Dom Domingos até o ponto de c.p.a. E=288568 e N=8185217 (Ponto 31); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto

de c.p.a. E=288918 e N=8185629 (Ponto 32), até atingir a margem esquerda do Córrego Dom Domingos, no ponto de c.p.a. E=289299 e N=8185534 (Ponto 33); daí, segue em linha reta até atingir novamente a Rodovia MG 105, no ponto de c.p.a. E=289727 e N=8186010 (Ponto 34); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=290362 e N=8186169 (Ponto 35), E=291172 e N=8185962 (Ponto 36), E=291759 e N=8186105 (Ponto 37), E=292307 e N=8185804 (Ponto 38), E=292978 e N=8185715 (Ponto 39), E=293434 e N=8185962 (Ponto 40), E=294053 e N=8186486 (Ponto 41), até atingir a confluência do Córrego São Bento com um afluente sem denominação da margem esquerda, no ponto de c.p.a. E=294222 e N=8187377 (Ponto 42); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=294471 e N=8187891 (Ponto 43), E=294895 e N=8188391 (Ponto 44), E=295562 e N=8188661 (Ponto 45), E=295596 e N=8188944 (Ponto 46), E=295805 e N=8189233 (Ponto 47), E=295768 e N=8190074 (Ponto 48), E=296319 e N=8189494 (Ponto 49), até atingir a margem esquerda do Rio Jequitinhonha, no ponto de c.p.a. E=296423 e N=8190926 (Ponto 50); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido rio até a foz do Córrego da Gangorrinha, no ponto de c.p.a. E=296503 e N=8191709 (Ponto 51); daí, segue a montante pela margem esquerda do referido córrego até a confluência com um afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=295328 e N=8192340 (Ponto 52); daí, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto de c.p.a. E=294030 e N=8194146 (Ponto 53); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=294276 e N=8194868 (Ponto 54), E=294247 e N=8195385 (Ponto 55), até atingir a margem esquerda do Córrego Salva-vidas, no ponto de c.p.a. E=294848 e N=8195956 (Ponto 56); daí, segue a jusante pela margem direita do referido córrego até o ponto de c.p.a. E=295688 e N=8196511 (Ponto 57); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=295482 e N=8197345 (Ponto 58), E=295339 e N=8197710 (Ponto 59), E=295042 e N=8197907 (Ponto 60), E=294609 e N=8197805 (Ponto 61), E=294165 e N=8197821 (Ponto 62), E=293917 e N=8197779 (Ponto 63), E=293069 e N=8197678 (Ponto 64), E=292926 e N=8198472 (Ponto 65), E=292704 e N=8199139 (Ponto 66), E=292212 e N=8199393 (Ponto 67), E=291609 e N=8199535 (Ponto 68), E=290577 e N=8199345 (Ponto 69), E=290101 e N=8199583 (Ponto 70), E=289862 e N=8199583 (Ponto 71), E=289323 e N=8199107 (Ponto 72), até atingir a margem direita do Córrego Laranjeira, no ponto de c.p.a. E=289053 e N=8199234 (Ponto 73); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=288561 e N=8199393 (Ponto 74), E=287815 e N=8199710 (Ponto 75), E=286504 e N=8199562 (Ponto 76), E=285124 e N=8199774 (Ponto 77), E=284464 e N=8200309 (Ponto 78), E=283885 e N=8200361 (Ponto 79), E=283012 e N=8199694 (Ponto 80), E=282457 e N=8199662 (Ponto 81), E=282282 e N=8199043 (Ponto 82), E=281980 e N=8199139 (Ponto 83), E=281663 e N=8199043 (Ponto 84), E=280971 e N=8199379 (Ponto 85), E=280536 e N=8199476 (Ponto 86), até atingir a margem direita do Córrego Santa Fé, no ponto de c.p.a. E=280181 e N=8200174 (Ponto 87); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E=279786 e N=8200586 (Ponto 88), até atingir a margem esquerda do Córrego da Chácara, no ponto de c.p.a. E=279627 e N=8201160 (Ponto 89); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido córrego até a sua foz no Rio Preto, no ponto de c.p.a. E=284757 e N=8201881 (Ponto 90); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido rio até a foz de um afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=285412 e N=8201656 (Ponto 91); daí, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto de c.p.a. E=287806 e N=8202499 (Ponto 92); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=287905 e N=8202962 (Ponto 93), E=287756 e

N=8203624 (Ponto 94), E=287977 e N=8203933 (Ponto 95), E=288354 e N=8203893 (Ponto 96), E=288983 e N=8203569 (Ponto 97), E=289085 e N=8203966 (Ponto 98), E=289244 e N=8204129 (Ponto 99), E=289663 e N=8205424 (Ponto 100), até atingir a margem direita do Córrego da Prata, na confluência com um afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=289864 e N=8205873 (Ponto 101); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=290060 e N=8206399 (Ponto 102), E=290101 e N=8206691 (Ponto 103), E=290041 e N=8207306 (Ponto 104), E=290101 e N=8207525 (Ponto 105), E=290078 e N=8208198 (Ponto 106), E=289634 e N=8208383 (Ponto 107), até atingir a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem esquerda do Córrego Água Preta, no ponto de c.p.a. E=289366 e N=8208318 (Ponto 108); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=288930 e N=8208318 (Ponto 109), E=288334 e N=8208437 (Ponto 110), E=288042 e N=8208156 (Ponto 111), E=2882736 e N=8207579 (Ponto 112), E=287824 e N=8207472 (Ponto 113), E=287410 e N=8207408 (Ponto 114), E=287018 e N=8207045 (Ponto 115), E=286775 e N=8207139 (Ponto 116), E=286289 e N=8207321 (Ponto 117), E=286145 e N=8207702 (Ponto 118), E=286123 e N=8207945 (Ponto 119), E=286040 e N=8208045 (Ponto 120), E=286073 e N=8208310 (Ponto 121), E=286489 e N=8208338 (Ponto 122), até atingir a margem direita do Córrego Água Preta, no ponto de c.p.a. E=286710 e N=8208334 (Ponto 123); daí, segue a montante pela margem direita do referido córrego até o ponto de c.p.a. E=288022 e N=8208653 (Ponto 124); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=287838 e N=8209112 (Ponto 125), E=287167 e N=8209227 (Ponto 126), E=286808 e N=8209161 (Ponto 127), E=286604 e N=8209348 (Ponto 128), E=286653 e N=8209680 (Ponto 129), E=286797 e N=8209989 (Ponto 130), E=287001 e N=8210635 (Ponto 131), E=287222 e N=8211044 (Ponto 132), até atingir a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do Córrego Água Preta, no ponto de c.p.a. E=287124 e N=8211751 (Ponto 133); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E=286366 e N=8212226 (Ponto 134), até atingir a cabeceira de um afluente sem denominação da margem esquerda do Córrego Curralinho, no ponto de c.p.a. E=285825 e N=8211945 (Ponto 135); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=285665 e N=8211381 (Ponto 136), E=285272 e N=8211337 (Ponto 137), até atingir a margem direita de um afluente sem denominação da margem esquerda do Córrego Curralinho, no ponto de c.p.a. E=284963 e N=8211149 (Ponto 138); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=284676 e N=8211182 (Ponto 139), E=284090 e N=8211238 (Ponto 140), E=283691 e N=8211315 (Ponto 141), E=283256 e N=8211304 (Ponto 142), até atingir a margem esquerda do Córrego Curralinho, no ponto de c.p.a. E=282671 e N=8210873 (Ponto 143); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido córrego passando pelos pontos de c.p.a. E=282154 e N=8210308 (Ponto 144), E=281858 e N=8209553 (Ponto 145), E=281936 e N=8209138 (Ponto 146), E=282311 e N=8208658 (Ponto 147), até a sua foz no Rio Preto, no ponto de c.p.a. E=282566 e N=8208089 (Ponto 148); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=283013 e N=8207575 (Ponto 149), E=283610 e N=8207658 (Ponto 150), E=284108 e N=8208219 (Ponto 151), E=284643 e N=8208801 (Ponto 152), E=285278 e N=8208094 (Ponto 153), E=285455 e N=8207730 (Ponto 154), E=284663 e N=8206830 (Ponto 155), E=284247 e N=8206036 (Ponto 156), E=283681 e N=8206135 (Ponto 157), até atingir a cabeceira de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Preto, no ponto de c.p.a. E=283026 e N=8206453 (Ponto 158); daí, segue por linha reta até a cabeceira de outro afluente sem denominação da margem direita do Rio Preto, no ponto de c.p.a. E=282371 e N=8206651 (Ponto 159); daí, segue por linhas

retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=281621 e N=8207075 (Ponto 160), E=281373 e N=8207014 (Ponto 161), até atingir a margem direita de um afluente sem denominação da margem direita do Córrego do Cabeceira do Mangue, no ponto de c.p.a. E=281208 e N=8206849 (Ponto 162); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=281079 e N=8206957 (Ponto 163), E=280931 e N=8206799 (Ponto 164), E=280616 e N=8206795 (Ponto 165), E=280411 e N=8206605 (Ponto 166), E=280059 e N=8206479 (Ponto 167), E=279682 e N=8206167 (Ponto 168), atingindo a margem direita do Córrego Cabeceira do Mangue, no ponto de c.p.a. E=279514 e N=8206246 (Ponto 169); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=279743 e N=8206752 (Ponto 170), E=280189 e N=8207028 (Ponto 171), E=280443 e N=8207158 (Ponto 172), E=280504 e N=8207244 (Ponto 173), E=280730 e N=8207169 (Ponto 174), E=281082 e N=8207167 (Ponto 175), atingindo a margem esquerda do Córrego Cabeceira do Mangue, no ponto de c.p.a. E=281513 e N=8207237 (Ponto 176); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido córrego até o ponto de c.p.a. E=281736 e N=8207386 (Ponto 177); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=281854 e N=8207807 (Ponto 178), E=281822 e N=8208195 (Ponto 179), E=281660 e N=8208439 (Ponto 180), E=281513 e N=8208504 (Ponto 181), E=281308 e N=8208403 (Ponto 182), E=280585 e N=8208437 (Ponto 183), E=280074 e N=8208507 (Ponto 184), E=279494 e N=8208497 (Ponto 185), E=279076 e N=8208260 (Ponto 186), E=278710 e N=8207556 (Ponto 187), até atingir a margem direita do Córrego Palmeira, no ponto de c.p.a. E=278017 e N=8207706 (Ponto 188); daí, segue a montante pela margem direita do referido córrego até a foz de um afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=273307 e N=8209047 (Ponto 189); daí, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o ponto de c.p.a. E=270649 e N=8208188 (Ponto 190); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=270207 e N=8208199 (Ponto 191), E=270743 e N=8206770 (Ponto 192), até atingir a margem esquerda do Córrego Cubículo, na confluência com um afluente sem denominação, no ponto de c.p.a. E=268880 e N=8206120 (Ponto 193); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido córrego até a sua foz no Córrego da Vereda, no ponto de c.p.a. E=269046 e N=8202749 (Ponto 194); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=269086 e N=8202107 (Ponto 195), E=268133 e N=8201274 (Ponto 196), E=267459 e N=8200758 (Ponto 197), E=267419 e N=8200123 (Ponto 198), E=267677 e N=8199686 (Ponto 199), E=268491 e N=8199627 (Ponto 200), E=268530 e N=8196992 (Ponto 201), até atingir a margem esquerda do Córrego Macuco, no ponto de c.p.a. E=268550 e N=8197345 (Ponto 202); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=268372 e N=81896769 (Ponto 203), E=269185 e N=8195717 (Ponto 204), E=269344 e N=8194725 (Ponto 205), E=269880 e N=8193693 (Ponto 206), E=269721 e N=8192840 (Ponto 207), E=269438 e N=8192162 (Ponto 208), E=269171 e N=8191628 (Ponto 209), E=269031 e N=8190421 (Ponto 210), E=269266 e N=8189934 (Ponto 211), E=269565 e N=8190154 (Ponto 212), E=269785 e N=8190704 (Ponto 213), E=269675 e N=8191411 (Ponto 214), E=269807 e N=8191923 (Ponto 215), E=270580 e N=8191983 (Ponto 216), E=271447 e N=8192523 (Ponto 217), E=271765 e N=8192860 (Ponto 218), E=272043 e N=8193416 (Ponto 219), E=272162 e N=8193872 (Ponto 220), E=272539 e N=8194011 (Ponto 221), E=273055 e N=8194249 (Ponto 222), E=273630 e N=8194368 (Ponto 223), até atingir a margem esquerda do Córrego Grande, no ponto de c.p.a. E=273888 e N=8194289 (Ponto 224); daí, segue em linha reta até a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do Córrego Rodoleiro, no ponto de c.p.a. E=274027 e N=8193753 (Ponto 225); daí, segue em linha reta até a margem direita do

Córrego Rodoleiro, no ponto de c.p.a. E=274087 e N=8193297 (Ponto 226); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=274027 e N=8192880 (Ponto 227), E=273154 e N=8192582 (Ponto 228), E=272162 e N=8191828 (Ponto 229), até atingir a margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do Córrego Grande, no ponto de c.p.a. E=272045 e N=8191780 (Ponto 230); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=271838 e N=8191209 (Ponto 231), E=271886 e N=8190590 (Ponto 232), E=271949 e N=8190034 (Ponto 233), E=271791 e N=8189542 (Ponto 234), E=271870 e N=8189034 (Ponto 235), E=271394 e N=8188780 (Ponto 236), E=271013 e N=8189145 (Ponto 237), até atingir a margem direita do Córrego Grande, no ponto de c.p.a. E=270187 e N=8188907 (Ponto 238); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido córrego até o ponto de c.p.a. E=269663 e N=8188526 (Ponto 239); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E=269902 e N=8187796 (Ponto 240), E=270267 e N=8187081 (Ponto 241), E=270791 e N=8186653 (Ponto 242), E=270949 e N=8185256 (Ponto 243), E=270902 e N=8184287 (Ponto 244), até atingir a margem esquerda do Rio Jequitinhonha, no ponto de c.p.a. E=270358 e N=8183447 (Ponto 245); daí, segue a jusante pela margem esquerda do referido rio até o ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de cinquenta mil, oitocentos e noventa hectares.

Parágrafo único. O subsolo da área descrita no caput integra os limites da Reserva Biológica da Mata Escura.

Art. 3º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5º, alínea "k", e 6º do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Caberá ao IBAMA administrar a Reserva Biológica da Mata Escura, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

Anexo B – Portaria n. 354 que institui o Grupo de Trabalho da Mata Escura



implícita na aprovação da Política Nacional do Esporte. O Presidente do CBCE declarou apoio à proposta da ASMEL, de ser concedido maior prazo para estudo das políticas apresentadas e questionou como fica a participação das Instituições de Ensino Superior - IES na Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento. Salientou que enquanto a política do alto rendimento reclama maior participação das IES na prática esportiva, para que haja aplicabilidade dos fundamentos científicos na atividade esportiva, a política de esporte educacional diz exatamente o contrário, configurando no seu entendimento, uma contradição. Sobre a questão de Talento Esportivo, expressou sua opinião de ampliar a discussão, pois é de seu conhecimento que existem outros conceitos sobre o tema que não estão contemplados na política apresentada. Sobre o tópico de financiamento, argumentou que vê como necessário focar mais na indústria do esporte e menos em renúncia fiscal. Filgueira disse ainda que percebe a falta de maiores detalhes sobre as questões que envolvem o setor privado. Enfatizou que na parceria público-privada é necessário priorizar mais a ação privada não mercantilista, como por exemplo, as ações desenvolvidas nos clubes esportivos. O atleta Lars Graef declarou que no seu entendimento o CNE é o ambiente correto para a aprovação das políticas setoriais, pois essa atitude demonstra o caráter democrático do Governo. Concluíam os membros do Conselho a referendar a Política Nacional do Esporte e zelar pelos seus desdobramentos. O Conselheiro Filgueira acrescentou que vê como necessária que a Política Nacional seja desdobrada para o âmbito estadual. E, ainda, solicitou que fosse efetuada uma uniformização de estrutura e linguagem nos documentos apresentados, sugerindo que, dentro do possível, a mesma estrutura da Política Nacional. Propôs o Conselheiro que financiamento, recursos humanos e controle social estejam contemplados no nível das políticas em debate, pelo menos como diretrizes que norteiem os temas. No seu entendimento, declarou que as políticas setoriais poderiam avançar na limitação das três esferas de governo: federal, estadual e municipal, mandando linhas de atuação. Sobre a Política Setorial de Esporte de Alto Rendimento, reclamou a falta de explicitação do papel dos clubes sociais, que entende serem fundamentais para o desenvolvimento do esporte educacional. O Secretário Executivo, Orlando Silva, respondendo ao questionamento do Presidente do CONFEF, assegurou que é papel do CNE ser um ponto de enlace entre a comunidade e o Estado. E enfatizou que é necessário sintetizar os conceitos mínimos de forma democrática, afirmando categoricamente que "o CNE é o espaço legítimo para essa discussão que ora se processa". Respondendo ao questionamento do Secretário Vasconcelos, ressaltou que a própria dúvida suscitada reforça o conceito esporte-escola. Entende Orlando Silva que a legislação esportiva deverá se ajustar aos conceitos pela prática social real. E reforçou sua tese afirmando que a escola pode até ser parte da base do esporte de alto rendimento, ainda que em caráter extracurricular. Lembrou que o processo seletivo também atinge outras atividades desenvolvidas no ambiente escolar, como música e teatro, que, no entanto não são questionados. O Ministro do Esporte ratificou a fala do Secretário Executivo, concordando que o CNE é o espaço apropriado para a discussão sobre as políticas, ressaltando a importância de materializar os papéis, ampliar a base científica e teórica e consolidar isso ao longo dos anos. Lembrou que é exatamente este o tema da segunda Conferência: discutir o Sistema e ampliar o debate sobre os papéis. Sobre o esporte de rendimento, determinou que sejam revisadas as nomenclaturas adotadas no texto da política setorial, evitando termos seletivos que denotem qualquer tendência discriminatória. Finalmente, concordou o Ministro Aguiar em que o prazo para a aprovação das políticas setoriais seja revisado. Propôs que até o dia quinze de janeiro de dois mil e seis, os Conselheiros enviem suas sugestões, para que possam ser consolidadas para a primeira reunião do CNE do ano vindouro, a ser realizada na primeira quinzena de fevereiro. Todos concordaram. Agradecendo mais uma vez a presença e a contribuição de todos com as resoluções aprovadas, encerrou a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 27, § 6º, inciso I da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 3º do Decreto nº 4.810, de 19 de agosto de 2003, no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e na Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 e considerando o que consta do Processo nº 02016.000237/2002-91, resolve:

Art. 1º Proibir o exercício da pesca comercial em rios, afluentes, lagos marginais, ayudes e demais coleções d'água continentais sob domínio da União, no Estado da Paraíba, no período de 15 de dezembro de 2005 a 15 de março de 2006, e captura das espécies Curimatá (*Prochilodus caracensis*) e Piaú (*Leoprinus elongatus*).

Art. 2º Proibir o desembarque, a conservação, o beneficiamento, o transporte, o armazenamento e a comercialização das espécies de piracema, sob qualquer forma que venha a descaracterizar os indivíduos, dificultando sua identificação.

§ 1º No caso do transporte de espécies de piracema oriundas de locais onde o período de defeso é diferente do estabelecido no Estado, o produto deverá estar acompanhado do comprovante de origem, sob pena de apreensão do pescado e petrechos de pesca.

§ 2º Sendo o transporte, a comercialização, o beneficiamento, o armazenamento e a industrialização do pescado proveniente de piscicultura ou pesque-pague, só serão permitidos se originários de empreendimentos registrados no órgão competente e com comprovação de procedência.

Art. 3º Proibir a pesca, de qualquer categoria, modalidade e petrechos, até a distância de 1.500m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras, durante o período definido nesta Instrução Normativa.

Art. 4º Permitir a pesca profissional e amadora nas modalidades embarcada e desembarcada, durante o período estabelecido, utilizando a linha de mão ou vara, linha e anzol, molinete ou carretilha, com iscas naturais ou artificiais.

Art. 5º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as penalidades e sanções, respectivamente, previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 3.179 de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

PORTARIA Nº 352, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no inciso VII do art. 53 do Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 11.205, de 24 de março de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados-OGMs e seus derivados, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, a Comissão de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados-OGMs e derivados e de seus impactos sobre o meio ambiente.

Art. 2º A Comissão competirá:

I - proceder ao levantamento e à análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com o meio ambiente;

II - identificar temas no campo da biotecnologia e da biossegurança cujos desdobramentos poderão demandar atuação do Ministério do Meio Ambiente, de forma preventiva;

III - propor estudos para subsidiar o posicionamento do Ministério do Meio Ambiente na tomada de decisões sobre temas relativos à biossegurança;

IV - assessorar o Ministro em temas relativos aos avanços recentes da biotecnologia e da biossegurança e seus reflexos e impactos sobre o meio ambiente;

V - subsidiar tecnicamente os representantes do Ministério do Meio Ambiente na tomada de decisões relativas à formulação de políticas públicas nos grupos interministeriais relacionados ao assunto;

VI - subsidiar tecnicamente os representantes do Ministério do Meio Ambiente na tomada de decisões referentes aos processos encaminhados à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBio;

VII - participar, quando indicado pelo Ministério do Meio Ambiente, em âmbito nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas relativas à biossegurança;

VIII - propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade;

IX - enviar aos órgãos e entidades deste Ministério relatórios e encaminhamentos resultantes de suas atividades;

X - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 3º A Comissão, além do representante do Ministério do Meio Ambiente na CTNBio, terá a seguinte composição:

I - dois representantes da Secretaria de Biodiversidade e Florestas;

II - um representante da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;

III - um representante da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

IV - um representante da Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;

V - um representante da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA;

VI - um representante do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro-IBRJ.

§ 1º Cada representante titular terá um suplente, ambos indicados à Coordenação da Comissão pelos dirigentes dos respectivos órgãos e entidades.

§ 2º A Comissão será coordenada por representante da Secretaria de Biodiversidade e Florestas deste Ministério.

Art. 4º Os representantes e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades vinculadas deste Ministério e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º Poderão participar, em caráter eventual e a convite da Comissão, especialistas de órgãos ou entidades do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, de sociedades científicas, do setor empresarial, de Organizações Não-Governamentais, bem como do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Art. 6º A Secretaria de Biodiversidade e Florestas prestará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento da Comissão de que trata esta Portaria, inclusive à realização de reuniões, consultas públicas e consultas especializadas.

*Art. 7º A participação na Comissão é considerada atividade de relevante interesse nacional não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 36, de 24 de janeiro de 2001.

MARINA SILVA

PORTARIA Nº 353, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

Altera dispositivos da Portaria nº 319, de 13 de agosto de 2003 do Ministério do Meio Ambiente, que estabelece os requisitos mínimos quanto ao credenciamento, registro, certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento profissional de auditores ambientais para execução de auditorias ambientais que especifica.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e na Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º da Portaria nº 319, de 13 de agosto de 2003, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 2º

IV - curso de formação de auditores: curso de formação de auditores ambientais, com duração de, no mínimo, 40 horas, sobre princípios e práticas de auditoria ambiental e de gerenciamento da equipe de auditoria, tendo como enfoque principal a auditoria ambiental com base na Resolução CONAMA nº 306, de 2002;

"Art. 3º

VI - organismo de certificação de auditores ambientais: organismo credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO;

"Art. 3º

III - especialização: o auditor deve ter sido aprovado em um curso de formação de auditores ambientais com duração de, no mínimo, 40 horas, credenciado ou reconhecido no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade-SBAC.

V - experiência em auditorias:

b) auditor ambiental líder: participação obrigatória em três auditorias como líder de equipe auditora com, no mínimo, dois auditores e duração mínima de quinze dias, sendo dez dias nas instalações do auditado, além da satisfação dos requisitos da alínea anterior.

§ 2º O desempenho do auditor ambiental poderá ser verificado junto ao auditor líder das auditorias em que participou ou junto às organizações por ele auditadas.

§ 4º

§ 5º apenas auditorias independentes podem ser utilizadas para comprovação de experiência, devendo o auditor e organização auditada ter gestão e estrutura operacionais autônomas e não ter havido participação do auditor na implementação do sistema de gestão ambiental da organização auditada. (NR)

"Art. 4º A validade da certificação será de três anos, sendo que durante esse período o auditor ou auditor líder deverá manter ou ampliar sua experiência mediante o atendimento dos requisitos relacionados abaixo, submetendo ao Organismo de Certificação de Auditores a sua comprovação a fim de obter a renovação de sua certificação:

"NR)

"Art. 5º Os auditores devem ser certificados e registrados como auditores ambientais em organismos de certificação de auditores ambientais credenciados pelo INMETRO. (NR)

"Art. 6º Até que a estrutura de qualificação, certificação e registro seja implantada, poderão realizar auditorias:

I -

II - Por um prazo de 12 meses a contar da data de publicação desta Portaria: os profissionais certificados como auditores de sistema de gestão ambiental por entidade acreditada no âmbito do SBAC e que tenham participado de Curso de Interpretação da Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

III - Após o 12º mês a contar da data de publicação desta Portaria: somente os profissionais certificados por entidade acreditada no âmbito do SBAC e em total conformidade com o art. 3º estabelecido na Portaria nº 319, de 2003.

"NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

PORTARIA Nº 354, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:



Art. 1º Instaurar, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho-GT, com o fim de estudar e propor medidas para solucionar a situação das comunidades residentes no interior da Reserva Biológica da Mata Escura, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais a seguir indicados:

- I - Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, que o coordenará;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
- a) Diretoria de Ecossistemas;
- b) Gerência-Executiva do IBAMA no Estado de Minas Gerais;
- III - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial-SEPIR;
- III - Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais;
- IV - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD, do Estado de Minas Gerais;
- V - Instituto Estadual de Florestas-IEF;
- VI - Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais-ITER;
- VII - Fundação Rural Mineira-RURALMINAS;
- VIII - Prefeitura Municipal de Jequitinhonha;
- IX - Prefeitura Municipal de Almenara; e
- X - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha.

§ 1º O coordenador do GT poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

§ 2º Os membros do GT serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidades e organizações não-governamentais representados e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 3º A Secretaria de Biodiversidade e Florestas e a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA prestarão os serviços de apoio técnico-administrativo ao GT.

Art. 4º Eventuais despesas com diárias e passagens correrão à conta dos órgãos, entidades e organizações representados.

Art. 5º A participação no GT não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º As finalidades constantes no art. 1º desta Portaria deverão ser concluídas no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

PORTARIA Nº 355, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Instaurar, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho-GT, com o fim de estudar e propor medidas para solucionar a situação das comunidades residentes no interior do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º O GT será composto por representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais a seguir indicados:

- I - Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, que o coordenará;
- II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA;
- a) Diretoria de Ecossistemas; e
- b) Gerência-Executiva do IBAMA no Estado do Espírito Santo;
- III - Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Espírito Santo;
- IV - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos-SEAMA, do Estado do Espírito Santo;
- V - Instituto Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos-IEMA, do Estado do Espírito Santo;
- VI - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo-IDAF;
- VII - Prefeitura Municipal de Pancas;
- VIII - Prefeitura Municipal de Água Branca;
- IX - Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Água Branca; e
- X - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

§ 1º O coordenador do GT poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

§ 2º Os membros do GT serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidades e organizações não-governamentais representados e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 3º A Secretaria de Biodiversidade e Florestas e a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA prestarão os serviços de apoio técnico-administrativo ao GT.

Art. 4º Eventuais despesas com diárias e passagens correrão à conta dos órgãos, entidades e organizações representados.

Art. 5º A participação no GT não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 6º As finalidades constantes no art. 1º desta Portaria deverão ser concluídas no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

RETIFICAÇÃO

No caput do art. 1º da Portaria nº 349, de 1º de dezembro de 2005, Seção 1, página 111, onde se lê: "...vencedores de cinco categorias...", leia-se: "...vencedores de seis categorias..."

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PORTARIA Nº 146, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, incisos III e XIII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução ANA nº 9, de 17 de abril de 2001, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 184ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2005, com fundamento no art. 7º, inciso XIII, do Anexo I ao Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, e

Considerando os objetivos do Decênio Internacional para a Ação: "Água para a Vida - 2005-2015", estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e corroborados no país pela Década Brasileira da Água, iniciada em 22 de março de 2005;

Considerando a importância de reconhecer e premiar aqueles que se destacam em estudos, pesquisas, projetos e atividades que reforçam as ações da ANA e as boas práticas de uso de recursos hídricos no país;

Considerando, por fim, a instituição do Prêmio ANA, nos termos da Portaria nº 19, de 22 de março de 2005, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº 3, de 4 de abril de 2005, resolveu:

Art. 1º Promover a Primeira Edição do Prêmio ANA, que será regulada pelas normas constantes dos Anexos a esta Portaria.

Parágrafo único. Será premiado o melhor trabalho de cada categoria.

Art. 2º O Prêmio ANA contemplará três categorias:

- I - Gestão de Recursos Hídricos;
- II - Uso Racional de Recursos Hídricos; e
- III - Água para a Vida.

Art. 3º O Regulamento, constante no Anexo I a esta Portaria, e todas as informações sobre o concurso estarão disponíveis no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas: <http://www.ana.gov.br> ou em sua sede, no endereço Comissão Organizadora do Prêmio ANA, Agência Nacional de Águas - ANA, SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco M, Sala 220, CEP 70.610-200 - Brasília, DF.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MACHADO

ANEXO I

REGULAMENTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO PRÊMIO ANA

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 1º O Prêmio ANA será concedido bienalmente pela Agência Nacional de Águas.

Capítulo II
Dos Objetivos

Art. 2º O Prêmio ANA tem por finalidade reconhecer o mérito de iniciativas de indivíduos e da sociedade civil, de comitês de bacia hidrográfica, do poder público e de empresas que se destacam pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos do país, promovendo o combate à poluição e ao desperdício, e apontando caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações, valorizando em especial:

- I - o aperfeiçoamento e aplicação dos instrumentos de gestão em bacias hidrográficas, a mediação de conflitos entre agentes, o fortalecimento e capacitação de órgãos gestores, comitês de bacia, usuários de água e a sociedade, visando ao uso múltiplo dos recursos hídricos;
- II - a promoção da conservação, do uso eficiente e da melhoria e manutenção da qualidade dos recursos hídricos; e
- III - a sensibilização da sociedade para o valor da água e para o cuidado no seu uso e conservação.

Capítulo III
Dos Prêmios

Art. 3º Ao participante vencedor dentre os três finalistas de cada uma das categorias definidas neste Regulamento é destinado um troféu.

§ 1º Aos demais finalistas é concedido um certificado atestando sua condição de finalista no concurso;

§ 2º O processo de premiação será financiado com recursos do Orçamento Geral da União, alocados ao Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas, sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas, além de recursos concedidos por eventuais patrocinadores externos, na forma do art. 22 deste Regulamento.

Capítulo IV
Dos Participantes

Art. 4º Podem participar do concurso pessoas físicas, maiores de dezoito anos, ou jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos, órgãos públicos, Comitês de Bacia, organizações não-governamentais, bem como instituições de pesquisa públicas ou privadas, com exceção dos membros da Comissão Julgadora e dos servidores do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades da administração indireta vinculadas.

Capítulo V
Das Categorias

Art. 5º A Primeira Edição do Prêmio ANA contemplará três categorias:

- I - Gestão de Recursos Hídricos: para iniciativas que visam prioritariamente à gestão de recursos hídricos, contemplando casos de aplicação bem sucedida de seus instrumentos em bacias hidrográficas

específicas; estudos acadêmicos; projetos de capacitação; projetos de comunicação e divulgação, entre outros;

II - Uso Racional dos Recursos Hídricos: para iniciativas que visam prioritariamente ao uso eficiente da água em processos produtivos e ao combate ao desperdício e à poluição dos recursos hídricos, contemplando casos de efetiva aplicação de tecnologias poupadoras de água em processos industriais, agricultura e saneamento ambiental; estudos acadêmicos; programas de capacitação; projetos de comunicação e divulgação, entre outros;

III - Água para a Vida: para iniciativas que visam prioritariamente à sensibilização da sociedade sobre o valor da água para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, da qualidade de vida e para a conservação dos ecossistemas, contemplando projetos de educação ambiental; de comunicação e divulgação; estudos acadêmicos; e produção artística, entre outros.

Capítulo VI

Das Inscrições

Art. 6º

As inscrições serão gratuitas e efetuadas até a data de 22 de março de 2006, obrigatoriamente por remessa postal registrada, dirigida à Comissão Organizadora do Prêmio ANA, Agência Nacional de Águas - ANA, no endereço SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco M, Sala 220, CEP 70.610-200 - Brasília, DF.

§ 1º A data de postagem será considerada como a de entrega.

§ 2º Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, trocas, alterações, inserções ou exclusões de parte ou de todo o material após sua entrega.

Art. 7º Os concorrentes poderão inscrever mais de uma candidatura, obedecendo sempre às disposições contidas neste Regulamento.

Parágrafo único. Poderão ser apresentadas candidaturas indicadas por terceiros, desde que acompanhadas por declaração assinada pelo(s) indicado(s) concordando com a indicação e declarando acatar integralmente o conteúdo deste Regulamento.

Art. 8º Serão desconsideradas as candidaturas postadas após o dia 22 de março de 2006.

Art. 9º Os envelopes remetidos para inscrição deverão conter os seguintes documentos, que comporão a proposta de candidatura:

I - ficha de inscrição: conforme modelo em anexo, devidamente preenchida, e assinada;

II - sinopse da candidatura: um texto de no máximo quatro páginas, contendo a justificativa da candidatura e a descrição das comprovações do trabalho realizado pelas atividades empreendidas, relacionadas com aspectos da gestão, do uso racional ou da mobilização da sociedade na conservação dos recursos hídricos, que a torne merecedora de premiação;

III - cópia de documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF, no caso de pessoas físicas, e de documento que identifique as pessoas jurídicas, nos demais casos;

§ 1º As comprovações mencionadas no inciso II deste artigo, sempre que possível, deverão ser corroboradas por relatórios técnicos ou material informativo que ilustre as realizações alcançadas, a exemplo de artigos de jornais e revistas, publicações, vídeos, fotos, prêmios e homenagens recebidas;

§ 2º Os trabalhos mencionados no inciso II deste artigo, quando envolverem aumento da eficiência no uso da água, melhoria da qualidade de efluentes, reúso de água e outros processos inovadores no uso da água no âmbito de processos produtivos de empresas, devem ser acompanhados de memórias técnicas que permitam avaliar, sem prejuízo do sigilo industrial, o pleito apresentado;

§ 3º Para recebimento do prêmio, o participante, excetuando-se pessoa física, deverá comprovar regularidade com as fazendas federal, estadual e municipal, bem como com o cumprimento da legislação ambiental, quando aplicável.

§ 4º Nas regiões onde o sistema de regulação de recursos hídricos esteja implantado, o participante, para recebimento do prêmio, deve comprovar estar regularizado junto ao poder concedente.

§ 5º A critério da Comissão Julgadora, as candidaturas que estiverem entre os finalistas no processo de avaliação deverão fornecer informações adicionais ou ser objeto de vistorias técnicas por peritos indicados pela Comissão;

§ 6º As informações prestadas pelos concorrentes são de sua inteira responsabilidade.

Capítulo VII

Das Comissões

Art. 10. A Comissão Julgadora do concurso, a ser instituída mediante portaria, é composta de 5 (cinco) membros externos à Agência Nacional de Águas, de ilibada reputação e notório saber na área de gestão, uso racional e sustentabilidade dos recursos hídricos e do meio ambiente, e por um representante da ANA, que presidirá a Comissão sem direito a voto.

§ 1º A Comissão Julgadora tem a atribuição de indicar os vencedores do Prêmio ANA de cada categoria, dentre três trabalhos finalistas por ela selecionados em cada uma das categorias;

§ 2º Os componentes da Comissão Julgadora serão indicados pela Diretoria Colegiada e designados pelo Diretor-Presidente da ANA.

Art. 11. A Comissão Julgadora tem o prazo até 31 de maio de 2006 para julgamento dos trabalhos e elaboração de relatório final, sendo extinta na data de entrega da premiação.

Art. 12. A Comissão Organizadora do Concurso, a ser instituída mediante portaria, é composta por 5 (cinco) servidores da Agência Nacional de Águas, aprovados pela Diretoria Colegiada e designados pelo seu Diretor-Presidente.

Anexo C – Reportagens publicadas sobre a Reserva Biológica da Mata Escura

GERAIS

CANAL ABERTO

PARA ENTRAR EM CONTATO CONOSCO

CARTA - ESTADO DE MINAS - Seção Fale com a Redação - Editora Geraís - Avenida Getúlio Vargas, 291 - CEP 30112-020 - Belo Horizonte - MG

FALE COM A REDAÇÃO

DEGRADAÇÃO

FÁBIO MOREIRA DA SILVA

Belo Horizonte

A avenida Antônio Carlos, uma das principais vias de acesso ao hipercentro de Belo Horizonte, há anos vem sofrendo com a degradação. É uma avenida que está virando ruína devido ao grande número de veículos que transitam por toda a sua extensão...

ILUMINAÇÃO

ALBERTO AMARANTE MACEDO

Belo Horizonte

Como a iluminação pública se destina a clarear as ruas e passeios, para uso dos pedestres e maior segurança em geral, a prefeitura e a Cemig deveriam manter as árvores adequadamente podadas. Isso aumentaria a eficiência luminosa e haveria, também, menos desperdício de energia elétrica...

CEMIG RESPONDE

Superintendência de Comunicação Empresarial

Em resposta à carta do leitor Alberto Amarante Macedo, a Cemig informa que, através de contrato firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, executa poda de árvores que estejam interferindo ou apresentando riscos de interferência nos componentes da rede de distribuição...

Reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou meros elogios a questões na fauna que envolvam sua comunidade e a cidadania podem ser encaminhados à redação. O gerador se reserva o direito de publicar ou não o conteúdo.

INTERESSE PÚBLICO

COMUNIDADE COBRA REVOGAÇÃO DE DECRETO E IMPLANTAÇÃO DE PARQUE

Moradores de Jequitinhonha e Almenara, no Vale do Jequitinhonha, querem a revogação do decreto que criou a Reserva Biológica da Mata Escura e a criação de um parque estadual em uma área menor que a pretendida pelo governo federal. A reivindicação foi apresentada durante audiência pública em Jequitinhonha...

PAISAGENS MINEIRAS

ESCOLA ESTADUAL EM EMERALDAS



A Escola Estadual Visconde de Castilho, em Esmeraldas, a 70 quilômetros da capital, destaca-se no conjunto arquitetônico e paisagístico da praça Getúlio Vargas, no Centro, chamando a atenção de quem passa por ela. Inaugurada em 1908, atende alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental...

RECEITA DO DIA

ROSBIFE COM CREME DE PÊSSEGO

INGREDIENTES: 750g de filé mignon (só a parte central); 2 colheres (sopa) de molho inglês; 1 colher (sopa) de azeite de oliva; 2 ramos de manjericao; 2 colheres (sopa) de molho de tomate; 1/2 xícara (chá) de creme de leite fresco; 1/2 cebola ralada; 2 colheres (sopa) de vinho tinto seco; 1 colher (sopa) de manteiga sem sal e a gosto.

MODOS DE FAZER

Ligue o forno em temperatura alta. Limpe a carne, retire a gordura aparente e lave-a. Seque com toalha de papel e tempere com o molho inglês e a pimenta-do-reino. Unte a carne com o azeite, amarelo de ovo e o molho de tomate...

LEI DA SELVA



"SE A GENTE CONSEGUIE VENDER O ARTESANATO, TUDO BEM. SE NÃO, PASSA FOME". Pivetti, índio do tribo Kariri Xocó, cobrando iniciativas de geração de renda para as comunidades indígenas.

O TEMPO HOJE

PARA TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS

TEMPERATURA: 5° a 30°

Simbolos: Sol, Nuvens, Chuva, Granizo, Neve, Gelo, Ventos, Ondas, Maré alta, Maré baixa.



Table with 2 columns: Cidades and Temperaturas. Lists cities like Aracaju, Belo Horizonte, Belo Monte, etc., and their respective temperatures.

AGENDA

Encontros: Brincar na educação - amanhã e quinta-feira...

Fórum Arte das Américas - de 10 a 15 deste mês, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte...

TELL SERVICE CIDADÃO

www.cidadao.com.br

3282-5678

Table with 2 columns: Códigos dos Serviços and Descrição. Lists various services like Saúde, Previdência, Documentos, etc.

Instruções de ligação: 1) Ligando de um telefone fixo, fora de Belo Horizonte ou Contagem, disque: 0 + código da operadora + 31 + 3282-5678.

Instruções de uso: 1) Após a gravação, disque o código do serviço que você quer ouvir.

Table with 4 columns: Situação de emergência, Lazer e Turismo, Educação e Concursos, and Mulher. Lists various services and programs available through Tell Service Cidadão.



26

GERAIS

PATRIMÔNIO

Nova edição do Atlas para Conservação da Biodiversidade de Minas demonstra que Estado teve aumento de 61% de área verde protegida, em comparação com levantamento anterior

Matas que florescem

CRISTIANA ANDRADE

A área verde protegida em Minas Gerais aumentou em 61% se comparados dados de 2004 e 1998, com a criação de parques, reservas ecológicas e refúgios de vida silvestre. As áreas de uso sustentável, como as áreas de preservação ambiental (APA), cresceram em 147% e as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) 3, em 26%. Os números fazem parte do amplo estudo feito no ano passado, seis meses após o lançamento da primeira versão do Atlas para a Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais, que vai ser apresentado à sociedade e comunidade científica no próximo mês.

A publicação traz novas definições das áreas prioritárias de preservação no Estado. O que o Atlas indicou em 1998 — 86 áreas de prioridade absoluta — saltou para 112, em 2004. E nessas áreas que estão guardadas, ainda, espécies de plantas e animais de alta relevância para o ecossistema mineiro e que sofrem grande pressão de extinção, seja pela devastação das matas, poluição dos rios, ocupação do solo, seja pelo crescimento desenfreado da agricultura.

Exemplo de conquista do estudo publicado em 1998 foi a indicação de uma grande área de importância científica no Estado, no Vale do Jequitinhonha. Na época, havia suspeita de que a região guardava espécies raras. A partir daí, o Instituto Estadual de Floresta (IEF) investigou a região e descobriu que

INVESTIMENTO

"A atualização do Atlas consolidou um novo modelo de gestão ambiental estadual onde seguimentos de governo e da sociedade civil se unem para discutir e formar parcerias na proteção da biodiversidade do Estado, de interesse de todos", avalia Cássio Martins. Para atualizar o Atlas para Conservação da Biodiversidade de Minas foram gastos 14 meses de trabalho, com investimento de R\$ 300 mil, patrocinado pela Companhia Vale do Rio Doce. O trabalho foi encomendado à Fundação Biodiversitas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e contou com apoio do Ibama/MG.

na divisa de Minas com Bahia havia remanescentes importantes da Mata Atlântica.

Foi criada, então, a Reserva Biológica da Mata Escura, com 50 mil hectares e, a partir disso, vários estudos já estão sendo desenvolvidos nessa área", informa o gerente de Dados e Informações para a Conservação da Biodiversidade da Fundação Biodiversitas, Cássio Soares Martins. Além de oferecer um mapeamento completo do Estado, o atlas servirá como referência para que órgãos como Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Inercra, Feam, Igam e IEF, universidades e instituições de pesquisa determinem sua atuação, linhas de pesquisa e elaborem políticas públicas que, de fato, permitam que Minas atinja metas de conservação.

Uma das novidades da atualização da publicação é o acréscimo de informações sobre o planeja-

mento da conservação dessas áreas, por meio da seleção de indicadores para o monitoramento ambiental e propostas para um desenvolvimento econômico sustentável. Os trabalhos de pesquisa levaram em conta o grau de conservação de áreas de remanescentes de mata atlântica, cerrado e caatinga, tamanho dos fragmentos florestais ainda existentes, análise da riqueza e diversidade dos grupos biológicos (mamíferos, aves, répteis, anfíbios, botânica, invertebrados e peixes), análise da efetividade do sistema de unidades de conservação (parques, reservas biológicas, estações ecológicas, refúgios de vida silvestre, reservas particulares do patrimônio natural), fatores socioeconômicos no que tange à conservação ambiental e políticas públicas voltadas para o planejamento e proteção do patrimônio natural.

Como explica a superintendente técnica da Fundação Biodiversitas, Gláucia Drummond, em 2004, foram feitos vários planos de manejo para unidades de conservação, como os parques Ibiriri, Itambém, Rio Preto e Araras. "O plano, entre outras medidas, define diretrizes de como o espaço deve funcionar, o que vai ser aberto ao público, quais áreas se restringem às pesquisas científicas, programas de educação ambiental e turismo, por exemplo, como as comunidades do entorno dessas áreas podem se beneficiar com a proteção da região, além de servir de ferramenta para uma melhor gestão da unidade", diz.

VEREDAS MAPEADAS Apesar de se deter conhecimento científico sobre vários grupos biológicos que ocorrem em Minas, há uma lacuna de informação sobre o que existe em solo mineiro. Com o objetivo de reunir o maior número de informações sobre a biodiversidade do Estado, as organizações não-governamentais Fundação Biodiversitas e Conservação Internacional reuniram quase 200 especialistas de 56 instituições de pesquisa para atualizar os dados do Atlas para Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais. A atualização do documento inclui ainda um rol das veredas do Estado, estudo inédito que mostra as riquezas dessas regiões, que vêm sofrendo com expansão da agricultura, campos de trigo e usinas de álcool, principalmente, no Triângulo Mineiro.

ALTOS E BAIXOS



NEGATIVO

Das 12 mil outorgas concedidas para uso do aquífero, estima-se que 50% estejam vencidas, mas mostra a falta de controle do Estado em verificar in loco e saber de fato o que os usuários estão fazendo. Um desafio é tanto para a fiscalização do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), em 2005.

NEGATIVO

Três usinas hidrelétricas construídas nos bacias dos rios Araguari e Alto Rio Grande, áreas prioritárias indicadas pelo Atlas para Conservação da Biodiversidade, em 1998, fizeram com que espécies importantes de peixes desaparecessem. Parte dos rios Prata e Urucuia (foto), avaliados pelo atlas, como áreas de preservação em função de espécies raras, também foi diâmetro pela ocupação do homem.



POSITIVO

O ano de 2004 foi marcado pela consolidação de 23 comitês de bacias. Novos modelos de gestão sustentável estão sendo testados. "Minas Gerais mais uma vez sai na frente e deve ser, no início do ano, a primeira associação de municípios com caráter de agência para cobrança pelo uso do água, unindo os rios Mogi e Paraíba, afluentes do rio Grande", anuncia o diretor geral do Igam, Paulo Teodoro de Carvalho.

POSITIVO

A conclusão do plano do rio das Velhas (foto), principal afluente do rio São Francisco, vem de encontro com o meio de fazer com que os águas poluídas estejam em condições de uso pela comunidade, tanto para lazer, quanto para navegação até 2010. Cerca de 90% dos 51 municípios do bacia já enviaram na melhoria de disposição final do lixo e, em 2005, haverá uma operação de coleta - esgoto clandestino na Grande BH. De acordo com o projeto Águas de Minas, que conta com 244 pontos de coleta e análise dos águas há seis anos, os águas estão menos poluídas com produtos tóxicos, mas é preciso investir pesado na educação ambiental de produtores rurais que ainda fazem uso de agrotóxicos indiscriminadamente e de indústrias que ainda lançam seus rejeitos nos águas.



Parque Estadual do Rio Doce é uma área que guarda remanescentes de mata atlântica em Minas. São 36 mil hectares, equivalentes a 33,5 mil campos de futebol

Desafio é aplicar legislação

Este ano será de consolidação de importantes mudanças em Minas Gerais na área ambiental. A burocracia que emperrava boa parte do sistema de licenciamento ambiental para indústrias de grande, médio e pequeno porte se instalarem por aqui teve avanços no ano passado. Os órgãos que integram a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho, reconhecendo que foi um progresso e tanto para os empreendedores que perdiam até três anos para conseguir liberação de seus negócios.

A descentralização do Conselho Estadual de Política Ambiental

(Copam), que decide sobre as licenças ambientais, em sete unidades regionais, foi outro ponto positivo e 2005 será ano de sua consolidação na prática. O mais importante dessa decisão é promover uma gestão ambiental participativa e colegiada, com toda a sociedade participando nas discussões e decisões do Copam, que antes decidia tudo em belo horizonte. Um empresário de Carneirinha, na divisa com Mato Grosso, tinha que vir à capital para pedir sua licença, um modelo que estimulava as fraudes", avalia José Carlos.

Dois grandes desafios para 2005 são a aprovação, na Assembleia Legislativa, de projetos de lei e o estabelecimento de garantias da atividade mineral, uma das maiores vocações de Minas. Um dos projetos diz respeito à re-

formulação da lei de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico que, nos últimos anos, se transformou num rentável negócio para prefeituras, donas de áreas de proteção ambiental (APAs), criadas à revelia, para abocanhar mais recursos. O outro projeto reformula a lei estadual de meio ambiente, adequando-a à lei federal de crimes ambientais e dando, entre outras coisas, poder de polícia aos funcionários dos órgãos de meio ambiente estaduais.

CAUÇÃO AMBIENTAL As garantias ao setor mineral devem ser estabelecidas na forma de caução ambiental, para que a sociedade tenha uma garantia real, seja em diâmetro ou seguro privado de que, em caso de acidente ambiental, o

meio ambiente não será de todo prejudicado", diz o secretário.

Em 2004, felizmente, nenhum grande acidente foi registrado, ao contrário de 2003, ano marcado pelo rompimento da barragem de rejeitos em Cataguases, Zona da Mata, e os descarrilamentos de trens carregados com combustíveis e produtos tóxicos em Uberaba, Triângulo Mineiro, e Ibiá, no Alto Paranaíba que contaminaram as águas. Para evitar esse tipo de acidente, a Fundação Estadual de Meio Ambiente mapeou as barragens de rejeitos no Estado. "Não basta saber quem tem barragem porque a maioria delas apresenta risco iminente de rompimento. Por isso, vamos chamar as empresas que deverão fazer o tratamento dos resíduos", garante José Carlos.

O TEMPO HOJE

PARA TODO O ESTADO
PARCIALMENTE NUBLADO A CLARO EM TODO O ESTADO.

Sol
Nuvens
Parcialmente nublado
Nublado
Inteiro
Inteiro e sol
Chuvoso

Sol
Nuvens
Parcialmente nublado
Nublado
Inteiro
Inteiro e sol
Chuvoso

TEMPERATURA BRASILEIRA

ARACAJU	24°	Máximo: 28°C	MANAUS	24°	Máximo: 28°C
BELEM	24°	Máximo: 28°C	NAVAL	24°	Máximo: 28°C
BELMONTE	19°	Máximo: 24°C	PELOTA	24°	Máximo: 28°C
BOA VISTA	19°	Máximo: 24°C	PORTO ALEGRE	24°	Máximo: 28°C
BRASILIA	21°	Máximo: 26°C	PORD RIBEIRO	24°	Máximo: 28°C
CAMPUS MESSEAS	19°	Máximo: 24°C	RECIFE	24°	Máximo: 28°C
CANAS	22°	Máximo: 26°C	RIO DE JANEIRO	24°	Máximo: 28°C
CRANHO	22°	Máximo: 26°C	SAO PAULO	24°	Máximo: 28°C
CURITIBA	19°	Máximo: 24°C	TERESINA	24°	Máximo: 28°C
FLORIANOPOLIS	20°	Máximo: 25°C	VITORIA	24°	Máximo: 28°C
GOIASIA	21°	Máximo: 26°C			
GOIANIA	21°	Máximo: 26°C			
JUAZEIRO	19°	Máximo: 24°C			
JUATUBA	24°	Máximo: 28°C			
LAGOAS	25°	Máximo: 29°C			
MACAE	25°	Máximo: 29°C			

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia

COBERTURA VEGETAL

Congresso de biodiversidade debate desmate de reservas naturais. Ministério Público define ações para preservação

Novos rumos para a proteção ambiental

CRISTIANA ANDRADE

Das 19,4 milhões de hectares de cobertura vegetal remanescentes em Minas Gerais, o equivalente a 33% da área do estado, 0,8% foram desmatados entre 2003 e 2005. Isso significa que, em dois anos, o estado perdeu, de áreas verdes nativas, 155,2 mil hectares, ou 77,6 mil hectares, ou o equivalente a 77 mil campos de futebol. Em comparação há 10 anos, quando o Instituto Estadual de Florestas (IEF) chegou a autorizar, em um único ano, o corte de 500 mil hectares, houve um avanço.

Uma das áreas que até então não chamavam a atenção dos órgãos ambientais e que aparece no mapeamento da cobertura vegetal do estado, comparando dados de 2003 a 2005, é o Nordeste de Minas, um grande remanescente de mata atlântica que vem sofrendo pressões antrópicas (expansão agrícola, queimadas, desmatamento e ocupação humana). "Preocupou-nos muito essa região aparecer com índices de desmate, pois não tinhamos registro significativo até então", diz o diretor-geral do IEF, Humberto Candéias.

PARTICIPE

Congresso Mineiro de Biodiversidade (Combio)

De 24 a 28 de abril - Expominas
Inscrições: R\$ 100 (estudantes e ONGs); R\$ 200 (profissionais)
Informações: Minasлон - (31) 3371-3377 - www.combio.org.br

6º Congresso Brasileiro do Ministério Público

Dias 27 e 28 - Minascentro
Inscrições: R\$ 125 (associações Abrampa e estudantes); R\$ 245 (membros do Ministério Público, magistrados e servidores públicos); R\$ 365 (outros profissionais).
Informações: Abrampa - (11) 3296-6900 - www.abrampa.org.br

pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), por meio do Instituto Estadual de Florestas (IEF), o evento tem como objetivo divulgar e dar visibilidade ao patrimônio natural de Minas e colocar em discussão temas de repercussão nacional, como a importância da reserva legal, as espécies invasoras, o aquecimento global, os agrotóxicos e a saúde humana e a atuação do setor privado para a conservação da natureza.

Durante a semana, a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa) também colocou luz sobre o meio ambiente, durante o 6º Congresso Brasileiro, que começa quarta-feira, no Minascentro. Vão ser discutidos temas como direito ambiental, instrumentos de proteção,

concordâncias e disparidades dos termos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público e pela administração pública e relação entre meio ambiente e crime organizado. "Uma das novidades é que vamos colocar em debate o patrimônio cultural, instrumentos legais e as políticas de proteção existentes. Outro painel interessante é o do meio ambiente urbano, os licenciamentos, o adensamento populacional e os planos diretores", diz o procurador de Justiça Rodrigo Cançado, secretário executivo do evento. Os dois eventos são abertos para a comunidade e especialistas.

REFLORESTAMENTO De acordo com Humberto Candéias, na contramão do desmatamento, Minas registrou aumento de 2,5% na taxa de reflorestamento nos últimos dois anos. O estado tem cerca de 1,2 milhão de metros quadrados de florestas plantadas. "Perto do cerrado que tínhamos há 10 anos, estamos melhores, mas precisamos avançar ainda mais. Dos 14 milhões de metros cúbicos de carvão usados pela siderurgia de Minas, 12 milhões vêm de reflorestamento e 2 milhões de matas nativas. Além da siderurgia, as matas nativas sofrem com a expansão agrícola", diz.

Quarta publicação inédita a ser feita no Congresso Mineiro de Biodiversidade (Combio) será o inventário florestado estadual "Com esse inventário, elaborado pela equipe coordenada pelo professor José Roberto Scollorzi, da UFMG, teremos uma avaliação da floresta mineira. Minas não tinha um evento deste porte e será de grande importância trazer esses temas para discussão", explica Candéias.

Conforme a coordenadora técnico-científica do Combio, a bióloga Sônia Rigueti, do Instituto Terra Brasilis, é um grande desafio falar de biodiversidade, pois é tratar de tudo que tem a ver com a vida. "O tema é tão complexo e trataremos de abrir o leque o máximo possível para abordar muitas questões nos eventos. Vamos analisar a biodiversidade sobre a ótica da academia, do setor produtivo, dos museus, zoológicos, do comércio, do tráfico, do extrativismo e, no fim do evento, pretendemos tirar uma carta de ações", salienta.



O macaco é preservado no Mata Escura, no Nordeste do estado



Considerado em extinção, o macaco muriqui terá mais proteção

Primatas e aves em extinção

Temas relacionados à Amazônia brasileira, pagamentos por serviços ambientais, corredores ecológicos e as áreas que devem ser consideradas prioridade pelos órgãos públicos ambientais de Minas, em função de sua importância e riqueza de biodiversidade, também estarão na pauta de palestras e debates do Combio, no Expominas. A região Nordeste do esta-

do, principalmente áreas do Jequitinhonha e Murciut, foi indicada pelo Atlas da Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais como de importância extrema. Ali, existe uma única unidade de conservação: a Reserva Biológica da Mata Escura, que abriga espécies ameaçadas de extinção, como o muriqui e o gato maracajá.

De acordo com a superintendente técnica da Fundação Biodiversitas, Gláucia Moreira Drummond, que falará na abertura do Combio, o documento de grande importância para levantar discussões e políticas públicas. "Desde 1998 o atlas indicava a criação de unidades de conservação na região Nordeste. Ali, há espécies de primatas e de aves, potencialmente ameaçadas, inclusive uma espécie de

ave que reapareceu depois de 50 anos", explica a bióloga. Gláucia cita ainda a recém-criada Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, onde várias espécies da flora que constam na Lista da Flora Brasileira Ameaçada, elaborada pela Biodiversitas, de guarda homologação do Ministério do Meio Ambiente, sofrem algum grau de risco de desaparecimento. (CA)

USINA DE ALCÓOL

Desmatamento é suspenso

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da comarca de Santa Vitória, no Triângulo Mineiro, a 794 quilômetros de Belo Horizonte, obteve da Justiça Militar em ação civil pública o determinado que as empresas Cristály Comércio e Representação e Santa Vitória Açúcar e Alcool encerrassem atividades de desmatamento, inclusive em área de

preservação permanente, de plantio de cana-de-açúcar e de instalação de usina de álcool, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 150 mil, caso continuarem a operar sem autorização ou licenciamento ambiental. Desde o início de março, as empresas, vêm descumprindo embargos do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e autuações da

Policia Militar do Meio Ambiente, promovendo desmatamentos para plantio de cana sem autorização para implantação de uma usina de álcool. A decisão judicial mercionava a constatação de que as empresas vinham desmatando a área e fazendo terra-plena em terreno para o plantio da cana, inclusive em uma nascente, e para a implantação de usina de

álcool na Fazenda Santa Maria, em Santa Vitória. Considerando a potencialidade do impacto ambiental sobre os cursos d'água, a fauna, flora e ar, foi determinada a paralisação de todas as atividades no local até que os empreendedores entrem com processo de licenciamento ambiental junto ao Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema).

AGENDA

CURSOS

Portugals - A professora Danuzia está formando novas turmas para concursos e vestibulares em todos os níveis. Informações: (31) 9978-4394.

Agua - A Agência Integrada em Segurança Alimentar está recebendo inscrição para os cursos Gerente para área de alimentação (módulo 2, de 24 a 28 deste mês, à noite), Controle higiênico-sanitário em hortifrutigranjeiros (dias 24 e 25, à tarde), Manipulação de alimentos (de 24 a 28 deste mês, à tarde), Controle higiênico-sanitário em açougues (dias 26 e 27, à tarde). Informações: (31) 3273-5958 e 9977-1685 ou no endereço www.agisaulmentos.com.br.

Guarda-parque - Estão abertas as inscrições para o curso de formação de guarda-parque, promovido pela Fundação O Botânico de Proteção à Natureza. Dirigido a técnicos que atuam em unidades de conservação e integrantes de policias florestais e ambientais estaduais, o curso será realizado de 13 a 14 de maio, na Reserva Natural Salto Morato, no Paraná. Inscrição até domingo. Informações no endereço www.fundacaobotanico.org.br.

Amis - Programação do mês da Associação Mineira de Supermercados (Amis): Padaria e confitearia (básico, de 24 a 26). Negociações e suas estratégias para obtenção do melhor acordo (dia 25) e Mercancia (dia 26). Informações: (31) 2122-0500/0507.

PALESTRAS

Reprodução assistida - No dia 26, o Instituto Brasileiro de Reprodução Assistida dá início a seu programa de educação continuada em reprodução assistida com palestra do especialista Bruno Scheffer, que vai falar sobre casal infértil. Informações: (31) 3286-8171.

Hieretismo - Como parte da programação do projeto Educação e Saúde, a Artesanal Farmácia de Manipulação programou para dia 29, às 10h, palestra com o cardiologista Evandro Guimarães Souza. Para participar do encontro o interessado deve se inscrever com antecedência pelo telefone (31) 3213-0694.

ESTADO DE MINAS

BELO HORIZONTE, DOMINGO, 25 DE JUNHO DE 2006

318 • MG, SP, RJ, ES, DF E GOIÁS: R\$ 3,00. OUTROS ESTADOS: R\$ 3,40 • WWW.UOL.COM.BR



COPA DO MUNDO 2006

ROBINHO MACHUCADO



O atacante Robinho, reserva mais cotado a virar titular da Seleção, sentiu uma fisgada na coxa direita no fim do treino de ontem e passou a ser dúvida para a partida contra Gana, terça-feira. Se continuar com dor hoje, o jogador fará ressonância magnética para avaliar a gravidade da lesão. Se for vetado, Adriano, que tinha a posição ameaçada, deve jogar. Mas Parreira voltou a fazer mistério e não revela quem pretende escalar.



Alemanha e Argentina vão se pegar

Está marcado o primeiro grande duelo da Copa: Alemanha e Argentina vão se enfrentar sexta-feira, abrindo os confrontos das quartas-de-final, quando uma das favoritas ao título voltará para casa. A Alemanha ven-

ceu a Suécia por 2 a 0, com dois gols do atacante Podolski (E). A Argentina sofreu mais para ganhar do México: Depois do empate em 1 a 1 no tempo normal, Maxi Rodríguez (D) fez um golão e garantiu a vaga.

OITAVAS-DE-FINAL

- ONTEM**
- Alemanha 2 x 0 Suécia
 - Argentina 2 x 1 México
- HOJE**
- Inglaterra x Equador
 - Portugal x Holanda

Lula usa governo na convenção

Presidente leva sete beneficiados por programas federais ao lançamento de sua candidatura

Na Convenção Nacional do PT, ontem, em Brasília, que oficializou sua candidatura à reeleição, com José Alinecar (PBB-MG) como vice, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou ao palco sete pessoas

beneficiadas por programas sociais do governo, como o Bolsa-Família. Foi o mote para ressaltar as realizações em favor dos mais pobres e tecer elogios aos projetos de sua administração. Lula também

apresentou uma série de números para demonstrar que o desempenho de seu governo na economia é melhor do que o do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. E atacou a oposição: 'As vo-

zes do atraso estão de volta e como não têm uma boa obra no passado e nem propostas para o futuro, farei da agressão e da calúnia suas principais armas'. Mais de 4 mil militantes foram à solenidade,

à qual só compareceram dois mensaleiros, o deputado federal Professor Luizinho (PT-SP) e o ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA) que chegou a ser barrado pela segurança.

PÁGINAS 3 E 4

DOMINGO

BEM-VIVER

Benefícios da carne

Estudos científicos mostram os benefícios da carne vermelha, alimento que não deve ser marginalizado, pois não faz mal, se ingerido com a devida parcimônia.

EM CULTURA

Com samba no sangue

No rasto das pegadas do pai, Jair Rodrigues, que também está com disco novo na praça, Jair Oliveira lança o CD *Simplex*, integralmente dedicado ao samba.

FEMININO

As coleções de verão apresentadas na Fashion Rio como a da TNG (foto) mostram roupas leves, coloridas e confortáveis, perfeitas para um período de pernas para o ar.



COMUNIDADE AMEAÇADA

A implantação da Reserva Biológica Mata Escura, em Jequitinhonha, no extremo Nordeste de Minas, como compensação pela submersão das maiores cachoeiras do rio de mesmo nome pela usina hidrelétrica de Itapebi, ameaça desalojar cerca de 500 famílias de pequenos agricultores pobres. A comunidade inclui dois assentamentos federais, um estadual, remanescentes de um qui-

lombo e posseiros. No local há 20 escolas públicas, com cerca de 200 alunos, ainda que funcionando precariamente, debaixo de palhoças, como no assentamento Para Todos (foto). Mas o tipo de reserva, demarcada por decreto presidencial em 2003, não admite moradores nem atividade comercial. Indignadas, as famílias prometem resistir.

PÁGINAS 17 E 18

10 ANOS DEPOIS

Dinheiro de PC Farias some no Uruguai

A fortuna de Paulo César Farias, ex-tesoureiro de Fernando Collor, no exterior continua sendo movimentada 10 anos depois de sua morte. Uma das principais contas dele, no ARN-Amro Bank, em Montevideo, no Uruguai, foi "zerada" recentemente. Não se sabe qual era o saldo, mas dessa conta o testa-de-ferro de PC, o argentino Luiz Felipe Ricca, sacou US\$ 5 milhões em 1992, às vésperas do impeachment.

PÁGINAS 6 E 7

ÍNDICE

PREVISTO (COPAS)	REALIZADO	VALOR
Clube	20	Rio de Janeiro
Flamengo	27	Flamengo
Corinthians	25	Corinthians
Internacional	16	Internacional
Grêmio	15	Grêmio
Palmeiras	14	Palmeiras
Botafogo	13	Botafogo
Atlético	12	Atlético

100 PÁGINAS

VESTIBULAB
CEFET TEM DESISTÊNCIA DE 8,5% NO 1º DIA DE PROVAS

VARIG
AUMENTAM CHANCES DE COMPRA PELA VARIGLOG

SÃO PAULO
DNA CONFIRMA IDENTIDADE DE JORNALISTA ASSASSINADO

AFEGANISTÃO
OFENSIVA DOS EUA MATA 70 MILITANTES DO TALIBÃ

21

GERAIS



VESTIBULAR TEM DESISTÊNCIA DE 8,5%
Engenharia civil é o curso mais concorrido nos exames do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).
PÁGINA 25

MATA ATLÂNTICA

Criação da Reserva Biológica da Mata Escura, paga com a compensação de dano ambiental no Rio Jequitinhonha, ameaça desalojar 400 famílias de agricultores que moram na área de 51 mil hectares



Apoque improvisado na comunidade quilombola Mumbuca, encravada na reserva da Mata Escura, que está assustada com a ameaça freqüente de perder as terras e o modo de vida tradicional

Presente de grego

BENEDINO FURTADO
Investidor

Jequitinhonha - A Reserva Biológica da Mata Escura, uma compensação por irregularidades no licenciamento ambiental da hidrelétrica de Itaipetê, do grupo Neoenegria, na Bahia, transformou-se num venalheiro presente de grego para a população de Jequitinhonha - a 677 quilômetros de Belo Horizonte. Na demarcação dos cerca de 51 mil hectares protegidos por decreto presidencial de 2003, descobriu-se cerca de 400 famílias de pequenos agricultores pobres, o que inclui dois assentamentos federais, um estadual, uma comunidade remanescente de quilombo reconhecida oficialmente e mais de uma centena de posseiros. Por lei, nesse tipo de reserva não pode haver moradores nem atividade econômica. A solução convencional adotada nesse tipo de situação é o reassentamento dos moradores.

Na última terça-feira, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela implantação da reserva, acenou com a possibilidade de redução da área protegida, o que pouparia a maior parte dos agricultores

assentados e a comunidade quilombola. Liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha, os moradores da Mata Escura não aceitaram. Essa proposta desampara quase 200 famílias que vivem da terra e não têm para onde ir. Não há mais propriedades rurais disponíveis para reassentamento no município, justifica a presidente do sindicato, Valdete Sirqueira dos Santos.

Para a implantação da Reserva Mata Escura, o Ibama dispõe de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, devidos pela Itaipetê Energia por força de acordo judicial. A penalidade foi a condição para o encerramento de ação popular contra a submersão, pelo lago da hidrelétrica, das maiores cachoeiras do rio Jequitinhonha, em Salto da Divisa (MG).

Na visão dos moradores da Mata Escura, o uso de recursos federais para desalojá-los de suas terras é uma afronta. "Não há dinheiro público para construir a ponte sobre o rio Jequitinhonha nem para conservar as estradas ou equipar escolas e postos de saúde", diz o sindicalista João da Cruz Bispo de Souza, líder da comunidade quilombola Mumbuca.

No assentamento Para Terra,

que perderá faixas de mata para a Reserva Mata Escura, as crianças têm por escola uma choca de palha plantada na terra rua. A estrutura tem buracos por todo lado. No último dia 14, uma quarta-feira, uma chuva fina formou poças d'água junto às velhas carteiras dos alunos.

O Para Terra é um programa federal, já extinto, em parceria com o Estado e com apoio financeiro do Banco Mundial. O assentamento é de 1997. Além das casas, que já não comportam os descendentes dos 18 assentados, investiu-se dinheiro público numa bomba de água, desativada porque os moradores não têm dinheiro para pagar a conta de energia. Por isso, enfrentam até dois quilômetros de ladeira para buscar água no córrego Alcidão.

Ao lado da escola de palha, também ergueu-se com dinheiro oficial uma exigua construção de alvenaria que abriga dois banheiros e uma cantina para a preparação da merenda. Na fachada do 'predio', foi instalada uma placa para marcar a inauguração em 2003. Estão lá os nomes de quatro instituições públicas: Ministério da Integração Nacional, Instituto de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste

COMPENSAÇÃO CONFLITUOSA

Dinheiro para implantar a Reserva Biológica da Mata Escura é fruto do ofogamento das cachoeiras de Salto da Divisa pela usina hidrelétrica de Itaipetê



de Minas (Idene), Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seapa) e Fundação Rural Mineira (Ruralminas).

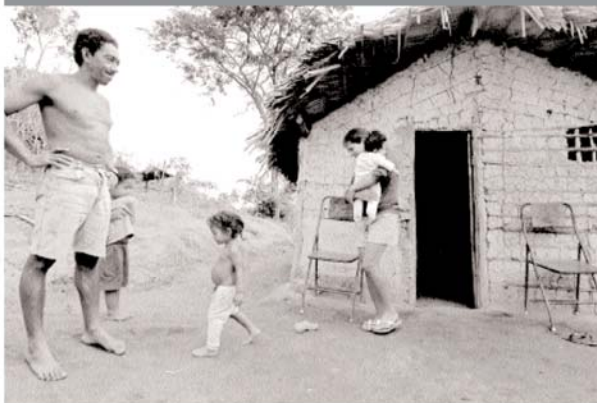
Na opinião do quilombola João Bispo, a retirada dos moradores não é só um desastre social, mas também um constrangimento em termos de política ambiental. Ele argumenta que dentro da

área demarcada para a reserva há 20 escolas públicas com 200 alunos matriculados. Metade da população rural de Jequitinhonha mora na reserva e nos arredores e responde por 80% dos produtos

agrícolas que chegam ao comércio local, diz Bispo lembra que o escravo fugido José Cândido chegou à região da Mata Escura em 1866. Soberte, protegeu as terras da Mumbuca da colheita dos fazendeiros doando-as para a Igreja Católica. "Se ainda há floresta a preservar é porque os moradores a protegeram", afirma.

LEIA MAIS SOBRE A RESERVA BIOLÓGICA DA MATA ESCURA NA PÁGINA 22

MATA ATLÂNTICA



Silvano Alves dos Santos, com a mulher, Eliete, e os filhos Flávio, Nardiel e Graciela: "Nós queremos é trabalhar, mas o Ibama não deixa"

EM PÉ DE GUERRA

As 74 famílias de posseiros da Fazenda Maranhão ameaçam estender suas roças para as áreas ainda não desmatadas da reserva

Iequitinhonha - O maior foco de conflito com a implantação da Reserva Biológica da Mata Escura é um grupo de 74 famílias de posseiros instalados na antiga Fazenda Maranhão. São moradores mais recentes. Instalaram-se na área há oito anos em média, não têm títulos de propriedade e querem ampliar suas roças por meio de desmatamento. Por isso, são os mais exaltados nas críticas à criação da reserva. Domingos Alves dos Santos, de 61 anos, comprou o direito de posse de uma área de 20 hectares por R\$ 500, em 1995, e se diz revoltado com as seguidas advertências do Ibama. "Os 4 hectares de roça que fomos não dão mais para matar a fome da família", alega o lavrador. Silvano, o filho mais velho, casou-se, construiu um barraco de pau-a-pique na vizinhança e já tem três filhos para sustentar.

Funcionário do Ibama designado para a implantação da reserva, o engenheiro Rastal Valdomiro de Paula Lopes tornou-se o único alvo disponível da revolta dos posseiros. Apesar de a Reserva da Mata Escura ter nascido com recursos garantidos, o Ibama em Iequitinhonha não tem nenhuma infraestrutura. "Não consegui até agora executar um tostão da compensação ambiental destinada à Mata Escura", diz Lopes. Até recentemente, o funcionário não tinha nem sequer um veículo para se deslocar da cidade de Iequitinhonha à área da reserva. "Consegui uma Toyota pertencente ao Ibama, com 11 anos de uso que foi retirada de outro município", afirma.

Embora o acordo homologado pela Justiça Federal em dezembro de 2002 tenha atribuído à Itapebi Energia uma participação ativa na implantação da reserva, o que inclui a contratação de pessoal e serviços, não há sinal da presença da empresa em Iequitinhonha. "Só recentemente, depois de muita insistência, consegui falar por telefone com um empregado de Itapebi, que não me ajudou muito", conta Lopes. Diferente e pessoal qualificado certamente contribuiriam para reduzir o clima de tensão na área e para a busca de alternativas à retirada dos moradores. O Ibama identificou duas porções de mata a oeste e ao norte da demarcação atual da reserva. São aproximadamente 5 mil hectares que poderiam compensar a perda de parte do território habitado pelos posseiros. Falta, contudo, uma pesquisa de campo para avaliar o grau de ocupação humana e a relevância das áreas para a preservação ambiental.

JÓIA AMBIENTAL

A publicação "Biodiversidade em Minas Gerais, um Atlas para sua Conservação", editada pela primeira vez em 1998, considerou a Mata Escura como área de "importância biológica extrema", especialmente por causa dos mamíferos e aves. Levantamentos preliminares indicaram a ocorrência de 40 espécies de mamíferos de médio e grande porte, o que alinha a Mata Escura em termos de importância ambiental, ao Parque Nacional do Tatuí e ao Parque Estadual do Rio Doce. Foram listadas na área, que tem 95% do território situado no município de Iequitinhonha, 17 espécies ameaçadas de extinção no Estado e no Brasil. Há relatos, por exemplo, da presença da onça-pintada, só encontrada em Minas nos parques nacionais do Caparaó e do Grande Sertão Veredas e no Parque Estadual do Rio Doce. Há registros também da anta e da queixada, resintos em Minas aos parques do Rio Negro e do Itatiaia (nacional).



José da Paixão Alves (esquerda) e Manoel de Oliveira prometem resistir à desocupação de suas posses

A população de macacos da Mata Escura é considerada de alta relevância por primatólogos que trabalharam na área, como

Fabiano Rodrigues Melo, que avistou, em várias oportunidades, indivíduos da espécie muriqui, considerada uma das 25 mais ameaçadas do planeta. Há registros também da presença do macaco-prego-do-peito-amarelo, cuja ocorrência em Minas está

restrita ao Vale do Iequitinhonha e a um pequeno trecho da margem direita do rio São Francisco. Há relatos que indicam a presença também do rato sagui-de-Wied, também ameaçado de extinção.

A riqueza da flora na Mata Escura é conhecida há décadas. Entre outros, pelo renomado paisagista Roberto Burle-Marx, morto em 1994, que visitou a mata de Iequitinhonha para obter exemplares raros para a coleção de plantas que cultivava no sítio de Barra de Guaratiba, no rio de Janeiro.

ORIGEM DA RESERVA

1988
A primeira edição do "Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação", obra de referência científica do Estado, identifica a região da Mata Escura como de máximo interesse para preservação.

1999
O Instituto Estadual de Florestas (IEF) apresenta proposta de criação de um parque estadual de 20,5 mil hectares na Mata Escura.

2002
A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresenta ao Ibama a proposta de criação do Parque Nacional da Mata Escura, ampliado para 41,5 mil hectares. Ibama muda a proposta para a categoria de reserva biológica (sem estatutário) com área de 40,9 mil hectares.

2003
Junho - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina o decreto de criação da Reserva Biológica da Mata Escura.
Dezembro - Um obitório assinado da população moradora e de instituições dos municípios de Iequitinhonha impede a revogação do decreto e a homologação da proposta do parque, com área de 20,5 mil hectares.

2005
O governo Lula cria grupo de trabalho, com participação de representantes da população local, para rever os limites do Parque Biológico da Mata Escura. As negociações estão em andamento.

USINA DE PROBLEMAS

1996
Mato - As Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB), pertencente ao grupo Odébrecht, propõe ao Ibama o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) com pedido de licença-prévia para o projeto da hidrelétrica de Itapebi. O EIA, contratado a empresa de consultoria Engexul, diz claramente que os projetos quanto do conjunto Tombo de Fumaca não seriam afetados pela formação do lago da usina.

1997
Novembro - O Ibama concede a licença-prévia. Entretanto, no documento, o instituto cita o alojamento dos cachoeiros não indicado no EIA-RIMA protocolado pela EPB.

1998
Abril - Ao perceber o engano, os vereadores de Salto da Divisa votam a Lei nº 080/98, que proíbe a descaracterização do Tombo de Fumaca e torna o conjunto de cachoeiros patrimônio natural do município.

Mato - Em resposta a questionamento da EPB, o procurador jurídico do Ibama diz que a lei municipal tem de ser considerada, uma vez que o licenciamento ambiental da hidrelétrica não havia sido concluído.

1999
Abril - De modo surpreendente, os vereadores de Salto da Divisa votam nova lei que revoga o 080/98, retirando a proteção ao Tombo de Fumaca.
Setembro - O Ibama concede a licença de instalação, que corresponde à autorização para o início das obras da hidrelétrica.

Novembro - A Assembleia Legislativa de Minas aprova lei que torna o Tombo de Fumaca patrimônio paisagístico e turístico do Estado.

2000
Abril - O advogado Mário Werneck Neto propõe ação popular na Justiça Federal contra a Itapebi Energia, sucessora da EPB, e contra o Ibama. Alega irregularidade na concessão das licenças ambientais e fraude no EIA, já que o documento, público por natureza, descarta inadvertidamente o submersão dos cachoeiros de Salto da Divisa.

2001
Fevereiro - O juiz federal Hermes Gomes Filho concede liminar que proíbe a Itapebi Energia de realizar qualquer obra que interfira na integridade do Cachoeiro do Tombo de Fumaca. Na prática, o decisão impede a operação da hidrelétrica. A multa diária por descumprimento da decisão judicial é de R\$ 200 mil por dia.

2002
Novembro - A Justiça Federal homologa acordo celebrado entre o maior da ação popular e o Itapebi Energia, com intervenção do Ministério Público Federal (MPF). Em troca do encerramento da ação, a empresa assume a obrigação, o título de compensação adicional de impactos socioambientais, de custear a criação e a implantação de unidade de conservação de proteção integral (reserva) no área denominada Mata Escura, no Boque Iequitinhonha.

2003
A hidrelétrica Itapebi entra em operação.

LEIA AMANHÃ

SALTO DA DIVISA RECLAMA MAIS COMPENSAÇÕES PELA PERDA DOS PEIXES E CACHOEIRAS

CULTURA

3



Hérick Casais e Mano Fontana

Concentração Mata Escura

Se a maioria dos agraciados este ano com a Medalha JK resolver assinar o ponto na solenidade de 12 de setembro, em Diamantina, a terra de Xica da Silva vai receber grupo dos mais poderosos, formado por dirigentes de empresas tanto de Minas como do país. Entre eles, os presidentes da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, da Bolsa de Valores de São Paulo, Raimundo Magliano Filho, da Usiminas, Rinaldo Campos Soares, de Furnas, José Pedro Rodrigues, e da Cemig, Djainia Moreira. Como se vê, turma da pesada. Ainda merecem destaque o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, o engenheiro José Cebo Gontijo, construtor da Ponte JK em Brasília (leita a mais bonita do mundo), e o maestro Isaac Karabtschewsky, que fez serenata para JK.

Ainda continua a provocar polémica o projeto de criação de parque nacional na reserva biológica da Mata Escura, em Almenara e Jequitinhonha, no Noroeste de Minas. Ele seria destinado a preservar uma das últimas áreas remanescentes da Mata Atlântica. O Ibama está cuidando da delimitação do espaço, cujo projeto ainda será encaminhado ao Congresso Nacional. Produtores rurais estão contra, julgando-se prejudicados. Além disso, há a oposição de frei Pedro de Assis, da paróquia de Jequitinhonha. Ele teme que os últimos índios que habitam a região sejam expulsos.



O maestro Isaac Karabtschewsky regerá muitos sessos o Mendelgel Renascentista para JK

Restaurantes

O grupo de quarteirões no Bairro de Lourdes, entre as avenidas Olegário Maciel, Contorno, Alvaros Cabral e Elias Fortes, concentra o maior número de restaurantes de luxo, pizzarias e bares badalados por metro quadrado de BH. Curiosos: apesar da inflação de casas do gênero, outras não param de surgir. É só dar uma vaguinha e o pessoal abre um boteco. No entanto, como é natural, as baixas também ocorrem. Há poucos dias, dois restaurantes foram fechados na região e mais três estão em situação complicada. Cossa da vida, como diria o Chico Leite.



Maria José Copanema, Mariângela Ximenes e José Galeno nos salões de BH

Queda

Em Brasília, o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guis, tem chamado a atenção. O motivo é o bem traçado colete ortopédico que está usando devido a queda de cavalo quando estava em seu sítio, em Santo Antônio do Leite, distrito de Ouro Preto. O ministro alega que caiu porque o cavalo não tinha sela.

Pode ser

A Vasp tem autorização judicial para voltar a voar. No entanto, muita gente não acredita que ela possa sair do chão, pois a dívida continua enorme e a frota praticamente já foi desmantelada. Além do mais, teria de criar nova estrutura operacional, o que não será fácil. Enquanto isso, a loja da Avenida Getúlio Vargas, na Savassi (no prédio construído pelo saudoso empresário Nikolaus), terá nova destinação. Será assumida pelo Porto Fino.

No Minas 2

Estúpio Cupido 5 é o nome da festa marcada para sexta-feira, nos salões do Minas 2, promovida por um grupo de senhoras mantenedoras da Creche Arco Iris, comandadas por Sheila Edin, Maria Antônia Cavalcanti e Márcia Tanare. A renda será aplicada na construção da segunda unidade da creche, na Rua Herval, na Serra. As atrações serão o show da banda Hocus Pocus, música para dançar da banda Bia Tropical, Chope da Krug Bier e buffet livre.

Feijoada

Desde ontem, a equipe de cozinheiros do Automóvel Clube está empenhada na preparação da feijoada que será servida hoje no tradicional almoço em benefício da Apae, na casa de campo de Dúzia e José Maria Alkmim, no Morro do Chapéu. Espera-se que 400 pessoas assistem o ponto. O convite custou R\$ 160 e a renda será revertida para a entidade presidida por Heloisa Azeredo. Sorteios estão previstos, bem como pista de dança e boate. A partir das 13h30.

35 anos

Segunda-feira, no espaço de eventos do Crea, no Santo Agostinho, a FUC Minas comemora em grande estilo os 35 anos de fundação da Faculdade de Comunicação e Artes, promovendo sessão solene para lembrar a trajetória da escola. No encontro será lançada a publicação Comunicação da FUC Minas: história de nossa história. O grão-chanceler dem Walmar de Azevedo, o reitor Eustáquio Araújo e a professora Ivone Oliveira anfitriãs. Às 19h30.

Segurança

Quem viu o desempenho do ministro da Cultura, Gilberto Gil, em Ouro Preto, ficou certo de que ele (como aliás, todos os colegas de governo) tem como certa a reeleição de Lula. Tanto que trata de assuntos e projetos para os próximos anos com a maior tranqüilidade. A propósito, parece que, em breve, haverá decisão sobre as estátuas dos profetas de Aleijadinho, em Congonhas. A tese é de que devem ser colocadas réplicas no lugar das originais - que, dessa forma, seriam preservadas.

Na pauta

Cá entre nós. Platão deve estar danado da vida com a desfeita que a associação mundial de autorretratos lhe fez, tirando-lhe, sem mais nem menos, a categoria de planeta, depois de tantos anos usufruindo de seu lugar ao lado da turma da primeira divisão. A vida é isso mesmo, cheia de ingratitude.

A Fundação Torino ganha homenagem em 5 de setembro, em sessão especial na Assembleia Legislativa. A escola foi fundada com apoio da Fiat, onde estudam filhos dos empregados italianos da empresa. O idioma italiano é uma das principais matérias do currículo da fundação.

Vida de modelo de luxo é um vaivém constante. Gisèle Bündchen desceu correndo de Nova York para Porto Alegre, com finalidade não muito comum em suas andanças. Foi prestigiar o nascimento da sobrinha Eduarda, filha de sua irmã Raquel. Perguntada se tem algo em vista nesse setor, respondeu: "Filhos só daqui a uns 10 anos". Ou mais. A não ser que...

Hoje, em Ouro Preto, encerra-se o Fórum Nacional de Museus, que reuniu diretores de instituições e museólogos do país para debaterem a situação do setor. Verificou-se que, no maior parte, museus públicos estão em melhor situação que os privados. Problemas de verbas de manutenção

Balada animada

O DJ Fausto comemora aniversário hoje no Bar Graças a Deus, no São Pedro. Como convidado especial da festa, o DJ Marcelinho da Lua, responsável pelos beats do grupo Bossacavanca, pela coletânea *Samba soul 70* disco indispensável no case de qualquer DJ e produtor da releitura de Colômbia, música de Chico Buarque, para Seu logo. O DJ David também vai tocar.



Flávio Loborne e Walter Soares no aniversário de Nicolé Porcero

Fernanda Lippi e André Semerari na festa de inauguração da sede da Zikizo-Espaço Ação

Cubo mágico

Daniel Hunt, um dos integrantes do quarteto Ladytron (pontado como referência em electro), faz rápida aparição por Belo Horizonte. No próximo sábado ele toca na Mary in Hell, espaço que ganhou a preferência dos alternativos da cidade.

Pré-estréia

Tem sabor especial para os fãs do Skank a apresentação da banda, logo mais, no Rock Festival. Como será o primeiro show após o lançamento do CD *Carrossel*, é grande a expectativa em torno das novas músicas. Confirmada, por enquanto, a faixa *Uma canção é isso*. O Rock Festival será realizado hoje e amanhã, no Mineirão.



Bravo!

Foi emocionante a abertura da temporada do Grupo Corpeum Buenos Aires, no tradicional Teatro Avenida. No programa, as coreografias *Parabelo* e *Ongotó*. Os aplausos chegaram a cinco minutos.